



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: MILTON LEITE**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 10-11-14

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Na qualidade de membro da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 25ª audiência pública temática 2014 para tratarmos do PL 467/14, Orçamento de 2015, com as presenças dos Vereadores Aurélio Nomura, Ricardo Nunes, Paulo Fiorilo e Dalton Silvano, na presidência. Vamos iniciar os trabalhos.

Em comum acordo com os Srs. Vereadores, tendo em vista que a Secretaria de Serviços, Fundo de Iluminação Pública e a Amlurb, são os temas mais agudos, a audiência será mais extensa, fizemos uma inversão de pauta para que possamos primeiramente ouvir a Secretaria de Políticas para Mulheres. Convido então a Sra. Denise Motta Dau para participar da Mesa da audiência pública.

Na forma regimental, a Secretária pode tecer suas considerações por até 20 minutos. Depois passaremos a palavra aos demais membros da Comissão.

Chamo também para sentar conosco o Secretário Municipal de Serviços, deputado Simão Pedro. É com muita satisfação que temos V.Exa. na Mesa.

Cumprimento também o meu amigo, e sempre vereador, Beto Custódio, aqui presente.

Tem a palavra a Secretária Denise Motta Dau, Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Quem quiser fazer perguntas, por favor, inscreva-se à direita com Fabio ou Maria do Socorro.

**A SRA. DENISE MOTTA DAU** – Bom dia a todos, a todas. Bom dia aos Vereadores presentes.

Antes de iniciar minha apresentação, lembro que a minha Secretaria é nova. A Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres foi criada em janeiro de 2013, por decreto, pelo Prefeito Fernando Haddad e aprovada por esta Casa, em maio de 2013. É uma secretaria

que está estruturando a sua equipe, os recursos humanos, a estrutura, e mudamos somente este ano para uma nova sede. Estávamos abrigadas na sede da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Estávamos administrativamente ligadas a Direitos Humanos, até janeiro deste ano, e a partir de janeiro é que passamos a ter autonomia administrativa. Então o processo de execução do Orçamento foi paulatinamente ganhando musculatura, pois estávamos sob os auspícios da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. É uma secretaria em estruturação, em implantação, pois é uma nova secretaria.

Para o nosso Orçamento de 2015, como fonte 00 – Tesouro Municipal, para atingir a meta 41 – Implantação da Casa Abrigo e Casa de Passagem, temos 1.189.746 milhão de reais. A Casa Abrigo, ela está sendo implantada e o seu endereço é sigiloso, e vai ser realizada por meio de aluguel. A Casa de Passagem será construída na esquina com as ruas Dr. Bacelar e Estado de Israel, na Vila Mariana, ao lado da casa histórica Eliane de Grammont. A Casa de Passagem servirá para *abrigamento*, para atendimento temporário de mulheres, diferente da Casa Abrigo que supõe permanência mais longa, que é quando as mulheres correm risco iminente de morte. Já há uma sob a gestão da nossa Secretaria, quatro estão sob gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; e agora alugaremos, implantaremos mais uma Casa Abrigo. E a Casa de Passagem será construída através de parceria com o Governo Federal. O Município de São Paulo dará somente a contrapartida. É um convênio federal com a Secretaria de Políticas para as Mulheres. É uma parceria, foi aberto edital, apresentamos o projeto no Sistema de Convênios Federal – SICONV, e a Secretaria Federal de Políticas para as Mulheres, federal, aprovou. Aqui então só entra a contrapartida do Município de São Paulo. A construção e a equipagem da casa é missão do Governo Federal e nós entraremos com os recursos humanos.

Quanto ao material permanente, *software*, são 249.990 mil; e reforma e manutenção dos espaços físicos de oito equipamentos da Secretaria, são 1,6 milhão. Isso é para reformas nos Centros de Cidadania da Mulher, Centros de Referência da Mulher. Não sei

se todos sabem, temos dez serviços, a Secretaria tem dez serviços, pretendemos ao final de 2016 criar mais 9 serviços, quase dobrar o número de serviços às mulheres da cidade de São Paulo.

O total é de 3.039.736 milhões de reais.

Quanto ao custeio, ainda na fonte 00 – Tesouro Municipal, para administração da Secretaria, de todos os seus serviços, inclui sede e os 10 serviços, Centro de Cidadania da Mulher, são cinco; Centros de Referência da Mulher, todos os serviços, são 8.028.907 milhões; proteção especial às mulheres vítimas de violência, 865 mil. Para as conferências municipais temáticas nós reservamos 500 mil reais, para realização da V Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, que ocorrerá ano que vem. Ano que vem, também haverá conferência estadual e nacional. E o nosso Município de São Paulo realiza a sua etapa. Para manutenção do sistema de informação e comunicação, são 720 mil. Isso é o custeio: 10.113.000.907 milhões de reais, lembrando que na administração da unidade estão incluídas, calculamos 684 mil reais para a questão dos seminários, das atividades que realizamos com as coordenações das ações temáticas. As atividades que há dentro da coordenação de ações temáticas vão contemplar seminário com o público LBT, idosos, mulheres negras, educação, saúde e moradia. Elas estão incluídas, essas atividades temáticas estão incluídas nos 8 milhões.

Há quatro coordenações – isso para falar sobre a estrutura da Secretaria - a saber: Coordenadoria de Ações Temáticas, que faz interface com as demais áreas temáticas, que são importantes para nós porque as políticas para as mulheres tem de estar nas várias políticas da cidade. A de ações temáticas faz interface com as Secretarias da Saúde, da Educação, com a Coordenação LGBT com a Coordenação de Direitos Humanos, com a Coordenação de Juventude da Secretaria de Direitos Humanos, com a Secretaria da Habitação. Há também a Coordenação de Autonomia Econômica, que está implantando os projetos na área de geração de trabalho e renda para as mulheres; a Coordenação de Enfrentamento à Violência contra a

Mulher trabalha tanto ações preventivas quanto às de atendimento às mulheres vítimas de violência; e a Coordenação de Participação Social, que é responsável pela implantação dos fóruns de participação das mulheres na cidade de São Paulo e pela implantação do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres da cidade de São Paulo. E que para o ano que vem pretendemos implantar o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres aqui na cidade de São Paulo porque não há. Optamos por uma estratégia de instalar os fóruns de participação regional. Das 32 subprefeituras, fizemos mais ou menos, se não me engano, foram 32 plenárias preparatórias. Na verdade, foram 29, faltam em três subprefeituras. Agora vamos fazer 16 plenárias deliberativas para eleição das delegadas que vão compor os fóruns de participação das mulheres.

Juntaremos duas subprefeituras, primeiro foi individualmente em cada subprefeitura, e agora vamos juntar, fazer as plenárias regionais, duas a duas, para eleger as representantes. E isso em articulação com o Conselho Participativo. Não são fóruns apartados dos conselhos, ao contrário, estamos estimulando que as mulheres do conselho participativo se candidatem aos fóruns de participação das mulheres para articular ambas as demandas. O conselho participativo se reúne com o subprefeito, com a subprefeita, leva as demandas, e a gente está acumulando com isso para conseguir, ano que vem, instalar o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres.

Quero lembrar que o Orçamento está enxuto, e a apresentação também será enxuta.

Antes de passar para a próxima página, ainda na Participação Social, quero dizer que foi aprovado nesta Casa projeto de lei que garante a paridade entre homens e mulheres nos conselhos gestores de controle social. A nossa Secretaria está com a missão de buscar todos esses conselhos – e estou falando de Habitação, Educação, Saúde, todos – para gradualmente se adequarem a sua composição nas próximas eleições – e quem for realizando as eleições no próximo período já estarem adequados quanto à paridade nos conselhos.

No Orçamento de 2015, fonte 02 – Parcerias com o Governo Federal. Ampliação da aplicabilidade do pacto nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres através da construção de uma Casa de Passagem e a formação das e dos agentes da rede enfrentamento à violência do Município de São Paulo, são 558.535 mil reais. *Implementação* de iniciativas de geração de renda para grupos de mulheres nos Centros de Cidadania da Mulher. Estamos capacitando na área de cooperativismo e associativismo para que a área da economia solidária seja uma alternativa de renda para as mulheres, são 433 mil reais. Formação de jovens multiplicadores em direitos sexuais e reprodutivos na Cidade Tiradentes, 45.027 mil a primeira fase do projeto. Ação de estruturação dos equipamentos de informática e mobiliário da Secretaria, são 179.092 mil reais. Apoio à implementação das unidades móveis de enfrentamento à violência contra as mulheres do campo e da floresta nos municípios integrantes da região metropolitana de São Paulo, são 108.073 mil.

---

Quero lembrar que a unidade móvel é um ônibus adaptado cedido pelo Governo Federal, em parceria, são dois para cada Estado. Em São Paulo, o Município está com uma unidade móvel desde abril, percorreu o extremo Sul da cidade – Parelheiros, M'Boi Mirim, campo Limpo, Cidade Ademar - e agora está na zona Leste da cidade – Guaianases, Cidade Tiradentes, etc. Ele não é só da capital, é compartilhado com a região metropolitana. Esperamos que ano que vem tenhamos um só para a capital.

Formação de fóruns regionais de incentivo à participação popular das mulheres para a articulação política de suas demandas. Esses são aqueles fóruns que citei, são 197 mil. O que dá 1.518.222 milhão, fonte federal.

Implantação de novos equipamentos, fonte 07, receita condicionada. São 2,940 milhões.

Resumo do Orçamento: recurso municipal de investimento 3,039 milhões; recurso municipal de custeio, 10,113 milhões; recurso federal, 1,518 milhão; receita condicionada, 2,940 milhões. Total geral do Orçamento: 17.611.865 milhões.

Quero lembrar que os novos equipamentos, ainda neste ano, inaugura em São Miguel Paulista o Centro de Referência da Mulher; no Capão Redondo também; e a Casa Abrigo, com endereço sigiloso.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Tem a palavra o relator.

**O SR. RICARDO NUNES** – Secretária Denise, foi muito bom a senhora iniciar. Acabamos de passar às mãos do Secretário Simão Pedro documento da Loga e, com certeza, os Vereadores o questionarão sobre ele. Assim dará tempo de ele dar uma olhada.

Secretária, tentarei ser pontual e rápido. Quantos funcionários há na sede Secretaria?

**A SRA. DENISE MOTTA DAU** – Abrangendo as quatro coordenações, assessoria de comunicação e jurídica, são 30 pessoas.

**P** – Queria só fazer um raciocínio com a senhora. A senhora tem gasto previsto com Prodam de 720 mil reais, gastou 800 mil. São quantos funcionários, Secretária? São trinta e...

**R** – Acho que na sede... São trinta e... (Pausa) São 44, desculpe.

**P** – Temos um custo per capita mensal de 1.515 reais. A senhora tem um custo de Prodam de 66.666,00 mil reais; então o custo per capita só para manutenção do sistema de Prodam dá 1.515 reais e aí...

**R** – Vereador, um adendo. O gasto Prodam envolve os dez serviços.

**P** – Há, há...

**R** – A manutenção dessa parte da tecnologia da informação em todos os CRMs e CCMs.

**P** – Nos CCMs há sistema de informatização?

**R** – Sim, tem, tem.

**P** – Nos Centros de Convivência da Mulher?

**R** – Sim, sim.

**P** – Só por curiosidade, o que seria, Secretária? O que tem lá que elas usam de sistema?

**R** – A Prodam mantém o funcionamento do e-mail institucional; a rede de internet ligada ao sistema municipal, ela faz a manutenção de todos os serviços da nossa Secretaria.

**P** – Ah, são os serviços básicos de internet e e-mail?

**R** – Toda essa parte, a contratação é com a Prodam.

**P** – Não há gasto grande como baixa plataforma, alta plataforma? Nos CCMs são internet e contas de e-mail?

**R** – Serviços básicos.

**P** – Então, queria colaborar com a sua Secretaria, Dra. Denise, com relação a esse custo. É para a senhora avaliar se é condizente um custo de 1.500 reais per capta para o sistema de informatização. É bastante caro, Secretária, esse custo para a senhora. Vamos ter de revisar essa questão da Prodam. Não tem lógica uma Secretaria tão importante, mas que não tem o destino-fim com o serviço de informatização. Com relação ao Centro de Referência da Mulher Zona Sul, Capão Redondo, 300 mil reais, é para implantação? São cinco e em 2015 vão passar para seis?

**R** – Isso é equipe, equipamentos, computadores, mesas e aluguel.

**P** – Será inaugurado lá o ano que vem?

**R** – Estamos tentando, lutando para que seja inaugurado este ano.

**P** – Este ano? Então, há dotação para 2014, não precisa repetir em 2015?

**R** – Não.

**P** – Não? Presidente, arrumamos 300 mil... Este aqui já tem então. Secretária, uma dúvida com relação ao acolhimento das mulheres vítimas de violência nas casas abrigo, são 866 mil reais. Uma dúvida: na Secretaria de Assistência Social há esses locais de acolhimento de vítimas violência, tanto de mulheres quanto para jovens, crianças. Queria perguntar: essa

política de acolhimento das mulheres vítimas de violência não estaria conflitando ou concorrendo com a Assistência Social? É só uma dúvida, pois não conhecemos muito desse tema. Como na Assistência Social há toda uma estrutura para essa atividade, não seria melhor para a cidade de São Paulo focar o que há lá na Secretaria das Mulheres ou esses 866 mil direcionar à Assistência Social, que já tem lá toda uma estrutura de psicólogas, assistentes sociais, um *know how* em relação ao serviço.

R – Então, a proposta, a ideia de ter uma Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres na cidade de São Paulo é exatamente de que essa secretaria tem o *know how*, tem a equipe multiprofissional especializada em abordagem de gênero, psicólogas, assistentes sociais, sociólogas, e por isso estamos construindo – foi feita uma portaria pelo Prefeito Fernando Haddad, onde eu e a Secretaria Luciana Temer, em parceria, assinamos, construímos para que haja um protocolo único de atendimento às mulheres da cidade de São Paulo em todos os equipamentos, seja nos equipamentos ou serviços da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres seja nos serviços que atendem mulheres vítimas de violência da Secretaria da Assistência Social, para que haja critério, para que as mulheres sejam atendidas. Que tipo de critério? Se atende gestante ou não, se atende mulheres que foram usuárias de drogas, se atende mulheres portadoras de deficiência física. Enfim, todos os critérios para receber e garantir vaga para as mulheres nos serviços da Prefeitura e o acompanhamento, o atendimento daquela mulher seja similar. Nós temos uma história, nos serviços especializados há história, eles vêm, Vereador, da coordenadoria de políticas para as mulheres. Então, temos um grande acúmulo. Não teria sentido que esses serviços passassem para a Assistência Social, teria sentido o caminho contrário porque a Secretaria tem um acúmulo e pretende ampliar os seus serviços, não reduzir. E que cada vez mais tenhamos profissionais, equipe multiprofissional capacitada para esse atendimento.

Além disso, muitos desses serviços da Assistência Social abrigam homens, então, dependendo da situação não dá para essa mulher ser atendida num equipamento misto por

isso esse entendimento com a Secretaria da Assistência Social para que nós consigamos chegar a um protocolo único e a Secretária Luciana Temer tem demonstrado muito boa vontade. Eu acredito que consigamos chegar nesse acordo para que gradualmente, lá na frente, a gente reveja sob qual gestão ficam esses serviços. No momento a ideia é o entendimento de um protocolo único.

**O SR. RICARDO NUNES** – Não haverá concorrência dessa atividade entre a Assistência Social e a Secretaria da Mulher, então, passará toda a atividade de violência às mulheres.

R – Não está decidido isso, que passará. Nós nesse momento estamos na fase de protocolo único para lá na frente ambas secretarias avaliarem como ficam esses serviços. Não é essa decisão de passaremos os serviços para a Secretaria de Mulheres, ou eles irão para a Secretaria de Assistência Social. É um processo.

P – Nós podemos então, Secretária, colocar a fonte 07 nesse item porque é uma coisa que está a definir ainda.

A senhora tem também 249 mil reais para aquisição de material e *software*, além dos 720 mil reais para Prodam. Esse *software* seria do quê? Só para gente poder ter entendimento?

R – É a locação dos computadores porque são alugados, não comprados para todos os nossos serviços.

P – Então não é *software* é *hardware*.

R – Inclusive, o da 07. É *hardware*.

P – Secretária, gostaria de agradecer bastante, desejar sucesso e sei do empenho da senhora, então, as pequenas alterações que faremos aqui na peça orçamentária, de acordo com que a gente conversou, depois eu dialogo com sua assessoria da área de finanças.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Obrigado, gostaria de saudar a Secretária e o Deputado Simão Pedro, Secretário de Obras, e digo que o Prefeito acertadamente criou essa

Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. É extremamente importante, mas tenho visto que na realidade até considerando que as ações, as políticas públicas pertinentes às mulheres deveriam ter ações transversais intersecretarias. O que está me parecendo é que existe uma ação basicamente com a Secretaria de Assistência Social, pelo que pude analisar, e até as indicações do Vereador Ricardo e gostaria de fazer primeiro essa pergunta.

A outra questão é que apesar da necessidade, a gente vê a baixa realização no Orçamento desse ano, estava orçado 13 milhões e 600 e apenas cinco milhões foram liquidados até setembro de 2014. Nós temos uma proposta para elevação de quase 30%, elevando para 17 milhões. Acontece que desses 17 milhões nós voltamos novamente a uma questão e volto a falar da baixa realização de recursos federais e também, que está aqui na fonte 02, existem investimentos e ações pertinentes à Secretaria e também com relação à fonte 07 e essa estamos orçando em quase três milhões. A fonte 07 depende ainda da questão do IPTU. Muito embora o representante da Secretaria dos Negócios Jurídicos que esteve aqui presente, representado pelo chefe de gabinete da PGM, nos foi claro em dizer que essa liberação de recursos, dificilmente teremos condições de consegui-lo no ano que vem mesmo porque tem uma série de procedimentos que ainda dependem de manifestação do Tribunal de Justiça de São Paulo e após isso tem também as ações que obrigatoriamente serão de emitir carnes. Não é uma transação extremamente simples como se pensa e como se coloca aqui no orçamento. De investimentos propriamente nós temos basicamente o item 07, que volto a falar, é aquele dinheiro que depende do IPTU, sob judge, e 02, basicamente, que depende do Governo Federal.

Não vindo esses recursos, de onde a Secretaria pretende solicitar recursos 02 da Prefeitura de São Paulo? Essas são as minhas indagações e queremos saber se existem também já os projetos reestruturados dentro das metas a serem cumpridas, ou seja, reestruturação na Capela do Socorro, Itaquera, Parelheiros, Perus e Santo Amaro.

R – Quero reiterar aqui a nossa total concordância com a fala do Vereador Nomura.

A nossa visão é de que a Secretaria além de implementar políticas nos próprios serviços da Prefeitura, tem de ter uma ação transversal. Por isso nós criamos o Comitê Intersecretarial de Políticas para Mulheres que envolve 19 secretarias. Porque nós entendemos que as políticas para as mulheres têm de estar na saúde, na educação, trabalho, moradia, política para juventude, na política para o idoso, na das pessoas com deficiência, em todas essas áreas.

Temos construído por meio desse comitê intersecretarial, o Conexão Mulher, vários projetos. Rapidamente, com a Habitação estamos construindo tanto o encaminhamento para dentro do projeto parceria social para o aluguel social, quanto para a casa própria das mulheres vítimas de violência.

Com a secretaria de serviços do Secretário Simão Pedro aqui presente, com a Ilume, estamos construindo a partir de indicadores dos locais onde há a maior violência contra mulher, não só a violência comum, mas o abuso sexual e estupro a prioridade da iluminação dessas vielas, becos, dessas ruas. Com a Secretaria de Transportes temos toda a parceria para que a unidade móvel transite e a campanha de enfrentamento ao assédio sexual nos transportes. Com a Secretaria do Trabalho há parceria no Pronatec para indicação de mulheres para poderem ser qualificadas e atingirem empregabilidade. E com a Assistência Social e a Saúde o tempo todo quando a unidade móvel vai para uma região é feito o CADE único, vai a unidade móvel do CAT para que as mulheres tirem carteira profissional, fora outros projetos que nós estamos articulando.

Por último, educação, que é fundamental para transformar a mentalidade machista, sexista, onde muitas vezes as crianças e os jovens são criados. Então, a campanha Quem Ama Abraça que prevê um gibi contando, abordando, a questão da desigualdade entre homens e mulheres, uma campanha pela não violência contra as mulheres está sendo implementada em parceria com a educação, além do debate das creches com educação, que é uma reivindicação fundamental das mulheres.

O tempo todo a gente trabalha numa ação transversal para que as políticas para as

mulheres estejam incluídas como uma visão de governo. Inclusive, várias secretarias já começam a construir no Plano de Metas, metas próprias de política para as mulheres, porque este é o grande objetivo.

Em relação à execução, como eu disse, essa é uma Secretaria nova, então, achamos que chegaremos de 85% a 90% de execução do orçamento porque ainda temos editais em andamento para segurança, para a contratação de gráfica, hortifrutos para servir alimentação nos serviços onde as mulheres ficam abrigadas, material de consumo, que há edital em andamento, e esse ano teve eleição, então, o Siconv (?) ficou suspenso, não podia passar nada para nós, o sistema de convênios federais, até que fosse passado...há todo um regramento. Daí tem as burocracias federais também, que eu não tenho essa governabilidade. Para respeitar todos os critérios da Lei 8.666 isso é um pouco lento, traz uma burocracia administrativa grande e convênio para os novos equipamentos.

---

Estamos fazendo vários convênios para os novos serviços, contratando oficinas, e acho que vamos começar entre dezembro e janeiro do ano que vem de várias aulas, oficinas, desde arte terapia, dança, meditação, jazz, ioga, para as mulheres nos nossos centros de cidadania para a mulher, que exigiram todo um rigor na contratação dos professores e obedecer à lei que prevê esse conveniamento.

A sede ainda está sendo equipada, enfim, há vários editais em andamento, nós fizemos uma avaliação que chegaremos a 85% a 90% de execução. E tivemos toda a dificuldade de não ter autonomia para gastar o orçamento durante todo o ano passado e só a partir de janeiro deste ano porque estávamos sob a gestão e vinculados à outra secretaria. Essa é uma Secretaria nova, então, tem de ser olhada como uma secretaria em construção e se não conseguirmos a liberação da fonte que está congelada, já temos o compromisso da Secretária Leda Paulani de rever o nosso orçamento e buscar a complementação para que os serviços continuem a funcionar e que a gente consiga contratar os profissionais para abrirem os nossos serviços.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** – Obrigado, Vereador Dalton Silvano, bom dia Vereadores presentes, Secretária Denise, Secretário Deputado Simão Pedro e população aqui presente.

Com relação à Secretaria para a Política das Mulheres, realmente, com todos os senões aqui colocados parece muito grave essa Secretaria ter executado, ter liquidado até o dia três de setembro, ou seja, 75% do ano, nem metade do orçamento mínimo, que seria 37,5 % como o Vereador Nomura falou, de 13 milhões e 600 foram liquidados 5 milhões, quer dizer, é um valor muito pequeno mesmo considerando que é uma Secretaria nova, etc.

Ao que parece a coisa não vai melhorar muito porque no PPA de 2014 a 2017 a sua Secretaria não tem uma diretriz como Secretaria responsável, tudo está em Assistência Social, a Secretaria está como constante, é claro, mas não como secretaria responsável, coisa que enfraquece muito a sua secretaria a política pública para as mulheres da Cidade de São Paulo. Então, se vai criar uma secretaria, ela tem de ser empoderada e não está acontecendo isso na sua Secretaria, na verba federal.

Em nove meses é inaceitável a execução zero, nenhum centavo executado, com eleição, com Copa do Mundo, não é possível esse tipo de coisa. São 573 mil reais, a fonte 02, da fonte 07 a gente nem fala. Na questão dos projetos da sua Secretaria, 2014, zero executado até 30 de setembro em três rubricas, inclusive, casas de passagens, abrigos. Pelo visto ficará tudo para o ano que vem.

Acho estranho não ter sido falada uma palavra sobre a Casa da Mulher Brasileira, a meta 37, é a construção da Casa da Mulher Brasileira, com verba federal. Está previsto na LDO deste ano aprovada no ano passado e aprovada para 2014. Então como está a Casa da Mulher Brasileira? Aliás, foi até motivo eleitoral na eleição presidencial e até agora essa casa ao que parece não sairá do papel tão cedo, infelizmente, porque as mulheres precisam de projetos importantes para sua defesa e emancipação.

Por fim, registro que todos os projetos previstos para 2014 pelo visto o seu início, Casa Abrigo, Casa de Passagem, e os cinco CCMs também ao que parece pouco será executado. Também a questão da proteção especial, que é o acolhimento das mulheres vítimas da violência na Casa Abrigo, eram três milhões de reais e o atendimento às mulheres vítimas de violência no centros de defesa e convivência, seis milhões e 400 mil reais para 2014. Eu gostaria de saber quanto foi executado? Porque isso é prioritário para própria justificativa da existência dessa Secretaria, mesmo que seja executado junto com a assistência social, mas é importante que essas rubricas sejam seriamente executadas.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro, de Itaquera.

**A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES** – Bom dia a Mesa e a todos. É um prazer estar mais uma vez aqui. Eu, Maria do Socorro Alves, da região de Itaquera sou do conselho e muito me admiro que falam de mulher, mulher e mulher e os idosos ficam onde? Os idosos não precisam de nada? Vai criar o quê? Uma coisa que já existe? O que queremos é pé no chão e luta, dignidade e articular e cumprir o que tem de ser feito porque a assistência social na nossa região: Vila Ramos, Águia de Haia, Caititú e toda a região os idosos são largados e abandonados. Os idosos acamados, os ratos estão comendo e cadê vocês mulheres? Não existem idosos na Secretaria de Mulher? Eu acho que vocês não ficam velhos não, quem fica velha é a periferia, só que minha cabeça tem 13 anos. Eu posso ter dificuldade no meu corpo, mas meu cérebro não.

É bom vocês olharem com carinho o que está acontecendo na região, vocês falam em Itaquera, mas o Plano de Metas não saiu do papel e nada foi feito, certo? O único prédio que seria um equipamento para o idoso, que teria sido o CAPS (?) e saiu, foi fechado por ordem partidária. E estou falando para todos: é bom vocês olhar com carinho, porque o idoso está aumentando, e nenhum é burro, não, porque sou idosa, não sou besta, nem boba, nem babona, e não quero ser tutelada, não é, Simão Pedro? Queremos oportunidade para o idoso

no trabalho.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** - Com a palavra o último orador, Laerte Brasil.

**O SR. LAERTE BRASIL** - Presidente da Uni (?) São Paulo, Trabalho, Empreendedorismo. Primeiramente, saudar aqui a presença novamente dos Vereadores, da Secretária, de todas e de todos, mobilizados para discutir, vamos dizer, as políticas públicas das mulheres paulistanas 2015.

Vou me ater aqui, primeiramente, em parabenizar: a nossa Central vem parabenizar essa Administração. Três anos atrás, o Governo do Estado tratava usuários de drogas através da repressão militar, em vez de desenvolver políticas públicas de Estado na área de Saúde, Educação, Políticas Sociais. Três anos atrás a nossa Central, com várias organizações, combatemos aquela violência que foi implantada ali no Centro da Cidade de São Paulo, onde o usuário de drogas era atropelado por viaturas, cavalos e motocicletas da Polícia Militar. Esta Administração empregou quase 400, e está recuperando, através de políticas públicas, os usuários de drogas. O Governo do Estado fala grosso contra os usuários de drogas, mas fala fino com os traficantes de drogas.

Outra ação é a seguinte: também venho parabenizar a estrutura de cidadania que esta Administração está desenvolvendo, de interesse, de políticas públicas das mulheres. Mas o Governo do Estado não garante essa estrutura através da Segurança Pública.

Fizemos uma pesquisa: das cem mulheres que denunciaram a violência através de seus esposos e de outros tipos de violências, 99 delas assassinadas a bala aqui no Estado. Temos um Governo omissivo, uma Segurança Pública de Estado sucateada. O que o Governo do Estado faz hoje é distribuir dinheiro roubado aqui, para me perseguir - não é? -, na Secretaria de Segurança Pública, no Comando Geral da Polícia Militar e no Comando da 4ª Divisão de Exército. Enquanto Geraldo Alckmin rouba...

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** - Trinta segundos.

**O SR. LAERTE BRASIL** - ... Distribui dinheiro e, ao mesmo tempo, fica usando tática de vampiro, dizendo que crematórios (?) é cemitério geral. Mas esta aqui não é a verdadeira arena. Vou dar um sacode nesse ladrão a partir do dia 20, agora. O dinheiro roubado, que ele falou que vai roubar até 2016, o dinheiro roubado que ele já roubou está distribuindo a órgão de segurança para me perseguir.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** - Encerrando.

**O SR. LAERTE BRASIL** - Vou tirar a máscara desse ladrão e o fazer pular sem máscara na frente do povo.

E minha pergunta para a Secretária: qual é a ação dessa Secretaria para viabilizar a política de segurança em defesa das mulheres aqui da cidade de São Paulo?

Era o que tinha a dizer. Obrigado pela palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** - Secretária, rapidamente, responda as perguntas. Posteriormente passaremos para a próxima pasta.

**A SRA. DENISE MOTTA DAU** - OK, vamos lá.

Em relação às perguntas, às ponderações, na verdade, críticas que Fábio Siqueira apresentou aqui para nós, bem, nós, o tempo todo, temos trabalhado, Fábio, nessa linha de que as diretrizes de valorização da mulher, garantia de autonomia econômica, uma ação preventiva e de atendimento às mulheres vítimas de violência sejam incorporada e sejam a marca de nossa Secretaria, e sejam incorporadas pelas demais Secretarias.

Quando falo em prevenção, estou recuperando aqui todas essas ações em parceria com as Secretarias de Educação e da Saúde e o atendimento em nossos serviços para que a mulher possa reestruturar a vida dela. Aliás, autonomia econômica é importante para as mulheres vítimas de violência e para o conjunto das mulheres. A cidade tem 52% de mulheres e a maioria delas, ainda bem, não sofre violência, mas precisa de oportunidades, de emprego, qualificação profissional, de emprego não precarizado, de um emprego que garanta a

ascensão profissional e uma integração ao mercado de trabalho, qualificada, não trabalhos precarizados. No Brasil e no mundo, as mulheres ainda ganham 70% a menos do que os homens.

Então uma marca da Secretaria é essa. Não é só ampliar serviços, porque isso pode estar sob qualquer rubrica, certo? "Instalar de serviços" poderia estar sob a Assistência Social ou sob a rubrica de Direitos Humanos, mas é exatamente demonstrar o quanto é importante ter serviços especializados no atendimento, nas demandas das mulheres, com essa visão de empoderamento, de gerar maior igualdade entre homens e mulheres na cidade de São Paulo, com uma visão de gênero e isso ser uma marca da gestão municipal.

Com relação à Casa Abrigo, localizamos uma casa - obviamente não posso falar o endereço - é sigiloso -, porém estávamos quase fechando o aluguel, mas o proprietário desistiu - a Casa Abrigo - de alugar para nós, iria assinar esta semana. Então, imediatamente começamos outra busca. Achamos uma casa que tem as características necessárias para esse serviço. Estamos correndo para implantar ainda este ano.

E a Casa de Passagem, agora, a Secretaria de Desenvolvimento... A de Obras, a Siurb, está fazendo um projeto arquitetônico executivo e, mediante o depósito dele no Siconv, ser-nos-á repassado o dinheiro ainda este ano.

Casa da Mulher Brasileira: ela não consta no Orçamento, consta no Plano de Metas, Fábio, porque não tem nenhum repasse de verba, até o momento, previsto. A Secretaria Federal de Políticas para as Mulheres concluiu o edital. A empresa vencedora... Foi um edital do Banco do Brasil, bem longo para ser concluído.

A empresa vencedora já está instalada no terreno, já montou o canteiro de obras e iniciou a construção, e é uma agenda federal, da qual não temos governabilidade.

Por dois anos, o Governo Federal manterá os equipamentos, comprará móveis, computadores, nos primeiros dois anos; e, quanto a recursos humanos, a responsabilidade é do Governo do Estado e da Prefeitura, em gestão bipartite, quando a Casa estiver em

funcionamento. Então não prevê nenhum repasse para nós, por isso não entrou no Orçamento.

Você perguntou em relação ao gasto dos novos serviços. Bem, dos novos serviços, são 2,908 milhões para novos equipamentos, e achamos que vamos executar integralmente, porque isso é aluguel - que já estamos fechando, só falta fechar. São três novos serviços: um CRM em Capão Redondo, um CRM em São Miguel Paulista, e uma Casa Abrigo de endereço sigiloso. Dois já estão em processo bem adiantado. O da Casa Abrigo é que está com maior dificuldade, por conta da desistência do proprietário. E trata-se de aluguel, equipamentos, mobiliário, computador e recursos humanos. Então achamos que conseguimos executar, porque há esses editais já abertos e acontecendo.

E, no gasto com a manutenção, conforme está colocado aqui, e acolhimento das mulheres vítimas de violência são 891 mil, nós gastamos 427 mil; então estamos com estas novas ações, com estas ações e novos editais em andamento, esperando conseguir, com o desejo de conseguir executar, como eu disse, chegar a 85%, 90% do orçamento gasto.

Quando a D. Maria do Socorro fala: “Olha, e os idosos, como ficam as mulheres idosas?”, nessa ação transversal, D. Maria do Socorro, nós estamos o tempo todo fazendo uma atividade sobre as cuidadoras de idosos e de pessoas com deficiência, porque hoje há idosas cuidando de idosos, com a coordenação dos idosos da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania e com a Secretaria Municipal de Pessoas com Deficiência.

Como eu disse, a gente tem uma ação transversal, então a gente busca quem está cuidando do tema para articular as políticas. Eu não vou articular uma política para as mulheres à parte do que a coordenação de idosos está discutindo. Eu não vou implantar uma política para as mulheres com deficiência à parte do que a Secretaria com Deficiência e Mobilidade Reduzida faz; ou para a juventude, à parte do que a coordenação de juventude faz. A ideia é somar as ações nos territórios, regionalizar, então a gente tem trabalhado essa ação transversal.

Por último, a pergunta do Sr. Laerte Brasil. A pergunta dele foi muito boa porque

lembrou dois aspectos da nossa ação transversal que eu não abordei aqui. Em relação à dependência química, no Programa Braços Abertos a nossa equipe foi capacitar os profissionais para abordagem de gênero, para como atender mulheres dependentes que ficam bastante expostas à gravidez indesejada, a doenças sexualmente transmissíveis, a violência sexual. Naquela capacitação feita pelo Braços Abertos tanto para os profissionais da Prefeitura como para os de uma ONG conveniada nós entramos com essa contribuição.

O mais importante que a pergunta do senhor me lembrou, quando o senhor falou: “Que política vocês estão fazendo para as mulheres na área da segurança”? Nós fizemos uma parceria que prevê a participação do Gevid, do grupo de enfrentamento à violência doméstica do Ministério Público e com a Secretaria de Segurança Urbana, que se chama Projeto Guardiã Maria da Penha, é uma patrulha Maria da Penha. Então as mulheres que têm medida protetiva garantida pela Lei Maria da Penha estão tendo monitoramento por esta patrulha Guardiã Maria da Penha.

Esse projeto começou no centro da Cidade, no bairro do Bom Retiro, está sendo ampliado gradualmente. Quem executa são 20 guardas municipais metropolitanos, 10 homens e 10 mulheres que andam em duplas, fazendo visitas domiciliares para mulheres que têm medida protetiva garantida pela Lei Maria da Penha. A medida protetiva garante que o agressor não se aproxime até xis metros dessa mulher, e muitos não respeitam. A mulher passa por todo um processo de tomar coragem de denunciar, fazer um depoimento, entrar com uma ação judicial contra o agressor e, na hora que consegue a medida protetiva, muitas vezes o agressor facilmente se aproxima dela.

O projeto tem tido uma avaliação muito boa das usuárias, de ter garantida a proteção pela guarda municipal metropolitana. Nós gostaríamos que essa parceria fosse ampliada para a Guarda Civil, para a Polícia Militar, como existe em outros estados, mas até o momento não tivemos essa contribuição da Polícia Militar e da Guarda Civil que proporcionaria ampliar o projeto. A gente conta só com os recursos humanos da Guarda Municipal. Mas a

gente está fazendo essa ação junto e em parceria com a Secretaria Municipal de Segurança.

Quero agradecer aos Vereadores Nomura, Dalton Silvano, Fiorilo, Ricardo Nunes pela condução dos trabalhos. Eu e minha equipe estamos à disposição para mais esclarecimentos. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Agradeço à Secretária de Políticas para Mulheres Denise Motta Dau. Dou por encerrada a audiência pública dessa pasta e início à audiência pública da Secretaria de Serviços. De comum acordo com os Srs. Vereadores, faremos junto Secretaria de Serviços, que envolve o Fundo de Iluminação Pública e Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, Amlurb. São secretarias interligadas e conexas.

Suspendo por um minuto para me despedir da Secretária.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Dalton Silvano.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Reaberta a audiência pública, já se encontra à Mesa o Secretário Municipal de Serviços Simão Pedro. Anuncio a presença de Silvano Silvério, presidente da Amlurb; José Alberto Serra, diretor da Ilume; Lúcia Sales, superintendente do Serviço Funerário; João Cassino, coordenador de Conectividade e Convergência Digital; Renato Gonçalves, secretário adjunto; Roberto Aquino, chefe de gabinete da Secretaria de Serviços; e Mario Sasaki, chefe de assessoria de Finanças.

Secretário, parabéns, trouxe toda a equipe à disposição desta audiência pública, como sempre. Tem V.Exa. a palavra para suas considerações iniciais, para depois partirmos para as perguntas.

**O SR. SIMÃO PEDRO** – Bom dia, cidadãos, assessores, nossa equipe presente. Deixo um cumprimento ao Vereador Milton Leite, que preside a Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa, que não pode estar presente nesta oitava. Aproveito para fazer um cumprimento especial ao Vereador Dalton Silvano, que preside os trabalhos, ao Vereador Aurélio Nomura, ao Vereador Ricardo Nunes, relator, e ao Vereador do meu partido, meu colega Paulo Fiorilo.

Srs. Vereadores, agradeço a oportunidade. Esta é uma audiência muito importante e é importante que a gente faça todos os esclarecimentos necessários e tenhamos a ajuda e o apoio desta comissão, desta Casa para o acompanhamento e, se for o caso, algum ajuste que se fizer necessário.

Trouxe alguns *slides* que vou passar rapidamente aos senhores a respeito da Secretaria. Temos quatro áreas importantes na nossa Secretaria. A primeira, evidentemente, o gabinete, a Secretaria, para coordenar o conjunto das ações. Dentro do gabinete, dentro da Secretaria temos o Departamento de Iluminação Pública – Ilume, que administra o Fundo de Iluminação Pública. Temos também a Coordenadoria de Convergência e Conectividade Digital, lembrando que é a antiga Coordenadoria de Inclusão Digital, que na gestão passada estava na Secretaria de Participação e Parceria. Além de cuidar dos telecentros, da política dos telecentros, oferecer a internet, cursos e atividades em locais fixos, desde o ano passado nós executamos, já bem avançado este ano, as praças digitais com *wi-fi* livre.

Temos duas autarquias subordinadas à Secretaria, a Amlurb, antiga Limpurb, que cuida de toda a limpeza da Cidade, da coleta, com duas áreas principais. A Amlurb administra, gerencia a concessão que foi feita dez anos atrás, tem mais dez anos ainda de contrato, e também os contratos de limpeza, varrição, limpeza de bocas-de-lobo, contratos esses - são dois de cada área – que se encerram agora dia 15 de dezembro. Outra área importante é administrar política de coleta seletiva e reciclagem.

Srs. Vereadores, eu também cuido, administro o convênio com o Corpo de Bombeiros. Muitos não sabem, mas a Prefeitura mantém um convênio para ajudar a manter o Corpo de Bombeiros, compra e manutenção de viaturas, viaturas que nós compramos para o Corpo de Bombeiros, toda a manutenção de 42 unidades; e passamos, este ano, a fornecer alimentação para os bombeiros da cidade de São Paulo, coisa que existiu no passado, o Estado assumiu, no ano passado o Estado deixou de cumprir essa função, o Prefeito achou interessante atender à reivindicação da população e da própria instituição e passamos a ter

então o Corpo de Bombeiros. Então é um conjunto de atividades que por lei foram, ao longo do tempo sendo atribuídas a nossa Secretaria.

A função da Secretaria é planejar, estudar, programar e controlar os serviços de utilização pública, supervisionando e exercendo a fiscalização dos serviços relativos à iluminação pública, que consiste na manutenção, operação, efficientização (*sic*) e ampliação da rede de iluminação pública. Já foi dito, principalmente neste ano, várias reportagens, a população passou a entender um pouco melhor, São Paulo tem a maior rede de iluminação pública da América Latina, com cerca de 580 mil pontos de iluminação.

Evidentemente que isso ainda não supriu toda a carência de iluminação, porque temos ainda *déficit* de iluminação, ruas que têm iluminação que precisa ser reforçada, praças novas que surgem, um parque que é criado, um conjunto habitacional que é implementado, sempre tem uma demanda nova, e esse parque é muito dinâmico, cresce conforme a cidade se desenvolve: um viaduto novo, uma obra nova. Por exemplo, a ligação da Avenida Jacu-Pêssego com a Radial Leste, que está para ser inaugurada nos próximos dias pelo Governador e pelo Prefeito, e ali a instalação de novos pontos de iluminação. Em torno do Corinthians e assim por diante.

A Amlurb é responsável por implementar a política do sistema de limpeza, o Plano Diretor de Resíduos Sólidos, a coleta de resíduos da Saúde – isso é muito importante, temos três mil pontos de coleta de resíduos da Saúde e nós que temos que administrar -, a varrição das vias públicas, lavagem de documentos e escadarias, remoção de entulhos, contrato com os aterros que nós administramos, de transbordo e (ininteligível), e os dois tipos de contratos de que já lhes falei.

A Coordenadoria de Conectividade e Convergência Digital tem atribuição de planejar, coordenar, implantar os serviços de conectividade à internet disponibilizados pelo Município. Falei basicamente das duas áreas, uma rede de telecentros bastante ampla na cidade de São Paulo: telecentros diretos são os que funcionam em espaços públicos, como

CEUs e bibliotecas; os telecentros indiretos, que são aqueles mantidos em convênio com entidades sociais; e as praças digitais, que é uma política nova. Se não me engano, neste momento, das 120 praças planejadas para funcionarem neste ano, já temos umas 79 em funcionamento. O nosso objetivo é, até o final do ano, chegar a 120 praças ou parques. Então a coordenação das praças digitais e outros trabalhos. Ou seja, é o serviço de oferecer internet pública e gratuita à população.

Aí são atribuições da Coordenadoria, dos telecentros etc.

Bom, o Corpo de Bombeiros: o objetivo do convênio é destinar ao Corpo de Bombeiros recursos previstos naquele convênio que foi firmado com o Governo do Estado desde 1978 para manter 42 postos de bombeiros na cidade de São Paulo. O Corpo de Bombeiros tem uma função muito importante, todos conhecem, milhares de ocorrências no decorrer do ano, e para nós é um orgulho muito grande ajudar a manter esse serviço na cidade de São Paulo.

Vou passar esse quadro para V.Exas., de um resumo do que foi o orçamento deste ano, depois vou entrar um pouco mais em detalhes. Então o gabinete, o orçamento inicial de 2014, que a Câmara Municipal aprovou, um orçamento de 61.170 milhões. Ele teve uma pequena adequação: de 61 milhões, congelados 464 mil. Neste momento nós temos empenhados 45 milhões – dados do dia 4 de novembro; 45 milhões do Gabinete e liquidados 28 milhões. Lembrando que no Gabinete tem a Coordenadoria de Conectividade e Convergência Digital. Então, neste momento, liquidados 28 milhões.

A previsão encaminhada para esta Casa pela Prefeitura, pela Administração, 63.365 milhões. Lembrando que folha de pessoa veio para o orçamento da Secretaria. O Corpo de Bombeiros, o previsto no orçamento inicial aprovado por esta Casa foi 25.314 milhões; foi atualizado para 31 milhões porque incluímos, tivemos um acréscimo por causa da licitação que realizamos no começo do ano para fornecer alimentação, que ficou em torno de sete milhões, mais ou menos; congelados 2.750 milhões; empenhamos já 25 milhões; liquidamos 17; e a

previsão orçamentária para 2015, 29.811 milhões.

Reembolso do Serviço Funerário. Importante explicar isso para V.Exas. A Prefeitura de São Paulo mantém uma política pública, que consideramos importante, de gratuidade de serviços funerários para famílias pobres e para doadores de órgãos. Cidadãos que doarem órgãos, a família requisitando, tem um reembolso. Há muitos anos a Prefeitura não vinha repassando esse recurso para o Serviço Funerário, recurso da gratuidade – objeto de críticas do Tribunal de Contas. Então neste ano nós tomamos a iniciativa de repassar ao Serviço Funerário os reembolsos relativos ao anos de 2013, já prevendo também uma parcela de 2014, para que assim a gente fique quite com a situação. Temos ainda um passivo bastante alto que estamos buscando alternativas para repor esses recursos e assim não deixar o Serviço Funerário numa situação que hoje, infelizmente entra numa situação de déficit. Não paralisar totalmente porque havia um superávit, então vai se repondo. Passamos para o Serviço Funerário 3,5 milhões de sobra da nossa Secretaria. Tomamos essa iniciativa com apoio do Gabinete do Prefeito.

O Fundip, que é o Fundo de Iluminação Pública, a previsão orçamentária era de 280 milhões, 544 mil. Atualizamos para 351 milhões. Temos quase 1 milhão congelado, 918 mil. Empenhamos 346 milhões. Neste momento, a liquidação de 366 milhões e a previsão para 2015, 300 milhões. Essa diferença – é bom os senhores saberem -, como tem saldo no orçamento, saldo no Fundip, nós decidimos investir em projetos especiais, melhorias da iluminação, como as iluminações de destaque na Biblioteca Mário de Andrade, Viaduto do Chá, Ponte das Bandeiras, valorizando o Pátio do Colégio. Valorizando esses espaços, esses monumentos da Cidade.

Por exemplo, a remodelação da 23 de Maio, da Radial Leste e Av. Tiradentes, para preparar a Cidade para a Copa do Mundo. Então alguns projetos que implementamos de melhoria em São Paulo para valorizar o aspecto da iluminação. O tema da iluminação dialoga com várias outras políticas. Uma que não tem muito a ver com a função do Município, a

Segurança Pública, que é atribuição do Governo do Estado, mas evidentemente que uma boa iluminação de uma rua, uma viela, como bem falou a nossa Secretária Denise Motta Dau, pode melhorar o aspecto da Segurança. Isso é muito importante.

Por outro lado, estamos também dialogando com Mobilidade Urbana, projetos de iluminação de pontos finais de ônibus, corredores, terminais. Também parques, iluminamos o Parque do Carmo, o novo Parque Tiete, obras hoje no Parque Ceret. Muitas praças sendo remodeladas, as que não tinham iluminação passaram a ter, na Brasilândia, São Miguel e muitos outros pontos. Então o tema da iluminação é muito importante.

Na Amlurb, autarquia que cuida da coleta e limpeza, o orçamento era de 2 bilhões e 11 milhões. Foi atualizado para 2 bilhões e 2 milhões, 982 mil, 245. Temos congelados 92 milhões, 130 mil. Empenhado até 4/11, 1,730 bilhão e liquidado até o dia 04, 1, 471 bilhão. Pode ser que neste momento já tenhamos uma alteração e está previsto no orçamento de 2015 um recurso da ordem de 2,63 bilhões. Lembrando que a maior parte desse recurso da Amlurb é consumido para o pagamento dos contratos de coleta, que são dois agrupamentos e os contratos de limpeza da Cidade, varrição, limpeza de boca de lobo, limpeza de feiras, que também consomem um parte considerável desse recurso. A Cidade gasta muito em limpeza.

Serviço Funerário, orçamento aprovado por esta Câmara no ano passado, inicialmente 186 milhões, 525 mil, que permaneceu assim. Teve congelado 10 mil, empenhado até o dia 04, 124 milhões, 264 mil. Liquidado 94 e previsto para 2015, 266 milhões. Essa diferença porque no orçamento passado havia previsão de um reajuste do serviço, até considerado razoável, porque os preços estavam congelados ou sem reajuste desde 2009, desde 2004. Então uma defasagem nos preços praticados pelo Serviço Funerário e tomamos uma decisão para não onerar a Cidade, não fazer uma coisa que impactasse o bolso do cidadão que precisa desse serviço, principalmente numa hora difícil. Nós diminuimos a previsão de reajuste para 18%, que foi feito no início do ano, readequando alguns custos para que a nova direção, que assumiu em janeiro, pudesse estudar e implementar ações para

recuperar as receitas.

Evidentemente que a recuperação de receita significa a recuperação da qualidade do serviço. Então uma série de ações que a Superintendente vem tomando para melhorar a qualidade do serviço, ações pelas quais ela já veio a esta Casa, na semana passada, para prestar esclarecimentos.

Então o orçamento total da Secretaria, nobres Vereadores, de 2,637 bilhões, de 2014, estamos prevendo gastar em 2015, 2 bilhões, 624 milhões e 90 mil.

Esse é um resumo. Evidentemente que aquela penúltima coluna é muito dinâmica e, neste momento, deve ter sido alterada. Ela vai se alterando conforme se aproxima o final do ano.

Aqui vou tentar detalhar um pouquinho mais, não vou me alongar muito, algum nível de detalhamento. O suporte administrativo da Secretaria, a previsão de receitas para a Secretaria de Serviços, 63 milhões. Suporte administrativo consome boa parte, 27 milhões é pessoal, auxílio alimentação, auxílio transporte para os nossos trabalhadores. Então 71% dos 27 milhões, que é o suporte administrativo, são consumidos com esses benefícios.

O orçamento vigente foi de 26 milhões, empenhados 16. Essa diferença tem a ver com a incorporação das receitas das despesas de pessoal, que é uma mudança que o Planejamento fez para este ano, 1,2 milhão para manutenção dos sistemas de informática, contrato com a Prodam, etc. Operação e manutenção das praças digitais, 14,275 milhões. O orçamento vigente foi de 10 milhões, congelados 200 mil. Empenhamos 9 milhões e liquidamos nesta semana, determinei um pagamento de 3,5 milhões, então mudou esse liquidado porque tivemos problemas na implantação das praças digitais, problemas técnicos que envolvem a Eletropaulo, a implantação dos pontos de energia elétrica.

Então vamos ter uma execução mais baixa este ano. Atrasou o cronograma. Temos 79 e esse número vem crescendo. Começamos com três praças em janeiro. Esse número foi crescendo gradativamente, superamos as dificuldades e vamos ter uma execução menor.

Evidentemente para o ano que vem, com as praças funcionando na sua totalidade, com toda força, vamos precisar dos recursos para dar conta dessa nova política pública muito bem avaliada e aceita pela população.

Para a operação e manutenção dos telecentros temos uma previsão de 20 milhões. O orçamento atual 23. Pouco recurso congelado, lembrando aqui que este ano tivemos aquele problema de fechamento dos telecentros, que durou cerca de quatro a cinco meses. Depois retomamos os convênios em outras bases. Tínhamos 126 entidades conveniadas, buscamos melhorar o convênio repassando recurso para que as entidades pudessem contratar os próprios monitores. Hoje temos 89 entidades conveniadas, com possibilidade de conveniarmos mais, evidentemente.

Fomos retomando gradativamente os telecentros diretos, principalmente nos CEUs e bibliotecas públicas. Nessa altura devemos ter uns 170 telecentros em funcionamento. A contratação dos monitores para os telecentros diretos foi feita em parceria com a Secretaria de Trabalho, enquanto a Coordenadoria prepara os novos editais para contratação de pessoal e assim por diante.

Então provavelmente teremos uma execução mais baixa porque estamos reformando o programa que estava bastante defasado. Problemas como cursos de 2000 ainda, baixo interesse dos jovens, queda da procura, é um programa que está sofrendo uma remodelação bastante grande.

Lembrando também que lançamos um edital para novas atividades, um projeto chamado Redes e Ruas, com várias atividades na área de cultura digital, que vamos passar a implementar agora além dos conteúdos dos cursos. Estamos prevendo colocar Pronatec e assim por diante.

Corpo de Bombeiros, o orçamento vigente é de 31 milhões. Congelados 2,750 milhões. Empenhados até o momento 25,941 milhões. Liquidamos até 04 de novembro 17 milhões. Uma liquidação de 66%. Esse convênio vai bem. É um convênio antigo e a diferença

da previsão do ano passado, como já lhes falei, incluímos a alimentação do Corpo de Bombeiros como uma nova atividade nesse convênio.

O reembolso ao Serviço Funerário tinha baixa previsão. Fizemos aquele repasse de 3,5 milhões e estamos estudando com a Secretaria de Planejamento e Finanças como repor os serviços gratuitos. São por volta de 15% de pessoas que declaram não ter condições de pagar o serviço e a Prefeitura tem um conjunto de serviços oferecidos para a população. Considero importante, assim como a política de doação de órgãos que do ponto de vista da Saúde é muito interessante.

Vou entrar um pouco no Fundip - está presente o José Alberto Serra -, que é o Fundo de Iluminação Pública. O Fundip tem uma função importante: estudar, planejar, projetar, programar, fiscalizar a ampliação, remodelação da rede de iluminação, supervisionar toda parte técnica, compra, recebimento e armazenamento de material, e fixar as orientações normativas para a iluminação pública. Atender o serviço de manutenção e conservação da iluminação na Capital, controlar as faturas de consumo, manter um cadastro das unidades de iluminação, remover, suprir e reinstalar equipamentos quando for de interesse público.

O Fundip é uma vantagem muito grande para a cidade de São Paulo porque a maioria dos municípios não tem controle sobre os ativos da iluminação pública. Na maioria das cidades do Brasil, grandes cidades, inclusive, da Grande São Paulo, quem faz a manutenção e o provimento da iluminação pública são as concessionárias da energia.

Então a resolução da Aneel determina que isso passe para todos os municípios. Então os municípios passarão a controlar os ativos, ou seja, serão responsáveis. São Paulo, de um tempo para cá, assumiu o controle dos ativos da rede de fiação, as luminárias, todo o parque e instituiu a contribuição, a Cosip, e a previsão do orçamento para 2015 é arrecadarmos 300 milhões.

Temos uma área muito grande, número de vias, 17 mil quilômetros, com 94 de rede aérea, 20 mil transformadores e assim por diante, uma potência grande instalada. E atendendo

4 milhões, 256 mil domicílios. E temos um déficit alto ainda, por volta de 40 mil domicílios sem luz, mas, por exemplo, às vezes uma favela puxou a iluminação, então temos esses números.

O Ilume é responsável pela manutenção, um parque chegando a quase 580 mil neste momento, sendo a maioria de lâmpadas de vapor de sódio, mas temos muitas lâmpadas de mercúrio que precisam ser trocadas porque consomem muita energia, têm problemas ambientais evidentemente.

E agora já temos 6.596 lâmpadas de led, que foca melhor, consome 50% menos de energia e dura mais. Uma lâmpada de led dura 12 anos. Uma de sódio dura, em média, otimizando bem, cinco anos. Então para a manutenção é muito melhor ampliar o parque de led. É mais caro porque exige aterramento do fio, mas é uma tendência. Vai se tornar barata e lançamos uma licitação - aliás, dia 13 temos audiência pública -, na cidade de São Paulo, para substituição do contrato de manutenção atual que prevê a instalação de led em toda Cidade, num período de cinco anos, fazendo então a parceria público-privada para oferecermos iluminação de qualidade para nossa Cidade.

É bom lembrar também que dependemos muito da ligação do cidadão hoje, para fazer reclamações, pedir a substituição de uma lâmpada, anunciar que uma lâmpada está queimada. Queimam muitas lâmpadas na Cidade, cerca de 400 por dia. Então temos de fazer a substituição e há também muitos problemas de roubo de fios, que não é só uma prerrogativa do Ilume, mas também a Eletropaulo sofre com isso, as empresas de telefonia, sofrem, uma epidemia, que infelizmente, não temos o poder de investigar. Cabe a Secretaria de Segurança Pública. Já dialogamos bem com o Secretário para resolver isso, e temos tido êxito, porque diminuimos bastante do ano passado para cá, o roubo de fios. E também tiramos o Ilume de primeiro lugar de reclamações da Ouvidoria e hoje está em 8º, 9º lugar. Temos de melhorar muito mais. Hoje, estamos no novo contrato, na nova licitação a gente prevê um centro de controle operacional para que o Ilume tenha condições, on-line, perceber se uma lâmpada está com defeito, está precisando ser substituída. Isso, infelizmente tem tecnologia hoje disponível,

felizmente, não temos ainda na Cidade de São Paulo, estamos prevendo na nova licitação o centro de controle operacional para diminuir à necessidade da dependência hoje dos cidadãos ligarem para fazer as reclamações.

Os dados da iluminação pública da Cosipa já lhe passei. Sempre é bom lembrar para os cidadãos presentes, que esse fundo é constituído com a contribuição de 4,72 centavos de cada conta de luz residencial e 14,87 centavos das não residenciais. É fundo importante para a manutenção desse grande gigantesco parque da Cidade de São Paulo. É bom lembrar que os dados de 2012, apenas para efeito de comparação, arrecadação da Cosipa foi de 240, por aí, metade dos recursos, 120 milhões, em 2012 pagamos conta de energia para a Eletropaulo. O ano passado, isso caiu para 97 milhões. Modelação, diminuição, a incidência do desconto de 18%. E esse ano nossa previsão, esse 2014, 100 milhões. Ou seja, conseguimos diminuir bem o percentual do custo da energia, do gasto com a energia, da conta de energia, sobrando então mais recurso para ampliação, para remodelação.

Temos previsto para ano que vem uma serie de ações. A efetivação de 7 mil pontos, iluminação de destaque. Estamos prevendo em colocar Led no chamado Arco do Futuro. Iniciamos a obra para colocação de Led na Marginal Pinheiros, vamos trocar a iluminação da Av. Cupecê, Jacu Pêssego. Só, não Marginal Tietê, porque teve uma remodelação feita recentemente por ocasião das obras realizadas pela DERSA. Para o padrão sódio é boa. Foi feita a três anos, não justificaria a gente fazer uma troca agora. Resolvemos investir em vias de grande trafego e assim por diante.

Está previsto no orçamento de 2015, 273 para operação e manutenção da rede. Orçamento 285 milhões... Esses dados já passei aos senhores.

O Fundip, previsão de 300 milhões, lembrando que esse fundo é constituído pela contribuição. Na medida em que vai sendo legalizado a implantação da energia em residências, o comercio cresce, etc... então a contribuição melhora. Para manutenção, operação, consumo de energia está previsto 273 milhões, a efficientização com pontos

especiais 7 milhões, ampliação de 10 mil pontos 15 milhões, despesas administrativas. Isso aqui é uma novidade, passamos com autorização da junta orçamentária e do planejamento, atividades administrativas do Ilume que antes eram da Secretaria, passamos a recolocar nas despesas do fundo. E aí PPP que são os estudos, nós prevemos, colocamos 10 mil, se precisar de alguma necessidade de suplementação. Etc...

Aqui o Fundip, já expliquei. A última coluninha lá embaixo os 300 milhões, posso deixar para os senhores todo o detalhamento de cada item do orçamento da Ilume. Aqui a EMLURB. A grande parte do orçamento da EMLURB, prevê a administração dos contratos de concessão que é pagar tarifa das empresas de concessão, ela consome uma boa parte dos recursos, quase, da parte de limpeza total, temos contratos na ordem de 35 milhões por mês para cada uma das empresas. Setenta milhões em média. Assim, também, a proporção serviços de limpeza, lembrando que lançamos uma nova concorrência para os contratos de limpeza da cidade. Tivemos audiência pública, está em consulta, e não vai aparecer aqui implantação dos ecos-ponto, porque, eles diferentemente de 2013, que eram feitos com recursos orçamentários da Secretaria, da EMLURB, fomos transferidos para o fundo FEMA. Ano passado implantamos 18 eco pontos. Esse ano a previsão são 21. E ano que vem mais 20, para chegar a meta de 140. Lembrando que ano passado, início do ano tínhamos 51 ecos-pontos. A coleta seletiva que é outro item de ampliação, ela atingia 36% das residências, apenas, dos 96 distritos, só 75 distritos tinham coleta seletiva.

Com a implantação das duas centrais mecanizadas, a partir de outubro, ampliamos a coleta seletiva para dez novos distritos e a universalizamos em 40. O que significa universalização? Às vezes, existe um distrito com coleta seletiva, mas nem todas as ruas recebem o serviço. Então, a universalização pressupõe levar o serviço a todas as residências, condomínios. Então, o serviço será implementado em 40 distritos neste final de ano e, para o próximo, teremos, além da implantação, o início da construção de mais duas centrais mecanizadas, o que nos permitirá, em 2016, universalizar a coleta seletiva em toda a Cidade.

Esse é um serviço que vai demandar mais recursos para o item das despesas com a concessão. Para a implantação das centrais – é bom lembrar – está prevista a elaboração de projetos, que são obrigações do contrato de concessão, como a melhoria da estação de transbordo, a implantação de unidades para tratamento dos resíduos de saúde, centrais para coleta seletiva. Isso está embutido nos recursos da concessão.

Quanto à varrição, nosso principal trabalho é gerenciar os contratos. É bom lembrar que no modelo implantado na cidade de São Paulo, a varrição e a limpeza são gerenciados e pagos pela Amlurb. A fiscalização cabe, no modelo atual, às Subprefeituras.

Há previsão de implantação de mais dois galpões e a coletiva seletiva sendo universalizada em 40 distritos. No documento que a empresa Loga protocolou, no início, havíamos colocado recursos para o reequilíbrio econômico. É bom esclarecer aos Srs. Vereadores e a todos que o contrato prevê um reequilíbrio econômico-financeiro de cinco em cinco anos. Havia a previsão de ser reequilibrado a favor da Prefeitura ou das empresas em 2009. A Administração não o fez nessa data fazendo o reequilíbrio em 2012. No final da gestão Kassab e início da gestão Haddad, foram pagos, para as duas empresas concessionárias, recursos de um reequilíbrio que elas reivindicavam. Estava previsto outro reequilíbrio para 2009 e 2013, mas como aquele foi pago no final do ano, não havia recurso orçamentário previsto e não foi feito.

O que fizemos neste ano por determinação do Prefeito? Contratamos uma auditoria, uma verificação independente, fizemos uma concorrência pública e, na próxima semana, vamos homologar o vencedor. Com essa empresa de verificação independente, faremos uma análise desse contrato nos últimos dez anos; o que foi pago, o que as empresas reivindicam. Darei um exemplo: as empresas concessionárias nos cobram porque aumentaram o número de caminhões no decorrer do contrato. Isso não estava previsto no contrato inicial. Vamos ter de analisar.

Não foi previsto recurso para o reequilíbrio, neste ano, para a proposta enviada à

Câmara porque a conclusão desse estudo será feita por volta de abril. As empresas têm até seis meses para terminar essa revisão. Vamos utilizar esse estudo para análise do reequilíbrio devido. Provavelmente, se precisar, faremos uma suplementação e tudo mais. Vamos ter de buscar isso.

Peço desculpas pelo tempo que ocupei, mas se trata de um orçamento bastante complexo. Desculpa se extrapolei. Estou aqui à disposição. Os nossos Diretores estão presente para mais esclarecimentos ou detalhamentos.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Está perfeito. Eu somei todos os tempos; da Amlurb, da Secretaria de Serviços e do Fundo de Iluminação; e V.Exa. consumiu regimentalmente todos. Realizamos todas as audiências públicas ao mesmo tempo.

Minha primeira pergunta é relacionada à sua última fala. Qual é a minha preocupação, neste momento? É essa nova licitação, para prestação de serviços indivisíveis, com relação às atividades. Sr. Secretário, farei uma série de perguntas. Vou por na tela.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** - Coincidentemente, V.Exa. mencionou a respeito de um reequilíbrio e vou falar sobre isso. Qual a minha preocupação? Primeiro, é o valor do contrato que temos aqui. Segundo é o modelo de limpeza urbana que está sendo proposto, verificado por meio da audiência pública realizada no mês passado. Considerando a Lei 13.478, existem várias atividades conjuntas e, no meu entendimento, estão sendo separadas atividades correlatas nos contratos, sendo que umas dependem das outras.

O Sr. Secretário falou que fará uma análise dos contratos de dez anos para trás. Estes valores que estão aqui são reais com data focal, ou seja, todos eles atualizados até 31 de dezembro de 2013. O que foi pago e liquidado. Quer dizer, não inventei esses dados e nem tirei de contato. Foi feito um levantamento por nossa Assessoria. Em 2008, gastou 404 milhões - 9.392 – em 2010, 376 milhões; em 2011, 378 milhões; em 2012, dentro desse equilíbrio que o Sr. Secretário disse que foi feito, 718 milhões e, em 2013, foram pagos 794 milhões. Portanto,

sobreassina a justificativa de que foi inclusa limpeza manual de boca de lobo nesse contrato, que corresponde a 7,8% do valor das propostas, mais as lixeiras em torno de 25 milhões. Então, o aumento real desse equilíbrio, Sr. Secretário, é de 84%. Em valores absolutos, saímos em 2011 de 378 milhões para 794 milhões.

Qual a minha preocupação? A licitação que foi feita, a somatória de todos os agrupamentos: quatro bilhões e 396 mil; por ano, 879 milhões. No orçamento há 930 milhões. Foi dito na audiência pública que houve uma economia de 10%. Ou seja, vai economizar dez, porém, naquele período, houve um reajuste de 84% nesse chamado equilíbrio. Essa é uma questão de extrema importância para chegarmos à conclusão.

A pergunta é: qual o motivo técnico para a mudança do contrato? Ao que me parece, não se trata de equilíbrio econômico-financeiro, porque está totalmente desproporcional com o acréscimo dos novos serviços. E se olharmos o quadro dos aterros sanitários, Sr. Secretário, em que houve um aumento de contrato de 8,49% dos resíduos; veremos que em 2011, 47 milhões; 2012, 42 milhões e, em 2013, 47 milhões, ou seja, o aterro sanitário não recebeu resíduos de lixo compatível ao proporcional com o aumento do contrato, ali, de varrição. Quer dizer, os números não mentem, não é Secretário? Então qual é o motivo, que já perguntei.

O valor do contrato aumentou 84% e os resíduos coletados mantiveram-se iguais. Qual é a explicação para esse aumento expressivo do valor do contrato de 2012, sem a devida contrapartida na prestação de serviço? Isso é preocupante.

Pode pular.

Aí, fazendo um estudo do site Transparência, da Prefeitura, está lá, você faz as contas, tem todas as limpezas de boca de lobo, de um ano, de outro e de outro, aumentou em 63% o desembolso da Prefeitura – eu calculei 84 naquela conta -, reduziu 8% na quantidade de bocas limpas.

Portanto, o aumento do custo unitário de cada boca de lobo foi de 78%. Então é

uma pergunta que desejamos colocar nessa audiência pública.

E, ali, com todo respeito – aliás, tem aqui e quero lhe passar uma via, com todo apreço e consideração ao Silvano -, o Silvano deu uma resposta e eu mesmo fiquei abismado: um dos motivos que mudou a limpeza manual de boca de lobo para esse contrato – olha só, que coisa, aí sim é voz corrente na Câmara Municipal -, pode pular, pergunta feita pelo participante – volta lá - : “A limpeza manual de boca de lobo deveria ser excluída do escopo do contrato atuem nova licitação para que se pudesse fazer parte da manutenção do sistema de drenagem, juntamente com os outros serviços; aumenta a eficiência, baixando o custo?”. Isso está publicado no dia 4 de novembro.

Vem sua resposta: “No escopo do contrato são contemplados serviços de limpeza de bueiro, de boca de lobo e ramais, não fazendo parte do objeto dessa licitação, a limpeza de córregos, galerias e canais, bem como a limpeza de poço de visita e piscinões”, ou seja, eu, sinceramente, não entendi, pois nós sofremos com essa chuva – vamos sofrer -, então, “boca de lobo, ramais, galerias”, ou seja, estão desconectados nessa licitação.

Aliás, não deveria desconectar, na minha opinião, nem naquela passagem do contrato.

E o que é mais interessante: e por que saiu a limpeza de boca de lobo de um contrato e foi para o outro? Pois havia argumentação corrente que, comumente, os resíduos de varrição eram despejados nos mesmos, uma vez que há limpeza diferentes que podem estar nesses serviços. O ‘sic’ aí é meu, pois não entendi, mas a prática demonstrou que o processo de limpeza dos bueiros é facilmente, blá blá blá.

Sr. Secretário, por que o mudou o contrato? Porque o pessoal da varrição jogava o lixo dentro do bueiro, quer dizer, já que se joga dentro do bueiro, vou tirar o serviço da empresa e vou por o serviço no contrato da varrição. Aquele mesmo funcionário que, dizem – na argumentação corrente – que joga o lixo no bueiro. Eu não acredito, mas, os funcionários, então, que trabalhavam na varrição jogaram o lixo no bueiro e então foram beneficiados

recebendo essa parte do contrato. Quer dizer, o infrator é beneficiado com o contrato.

Isso lá atrás, Sr. Secretário. Nem no Governo Fernando Haddad foi.

Muito bem, pode pular.

A argumentação corrente, eu perguntei, como sempre gostei de português, qual é o sujeito da oração? Quem? Quem é que fez a varrição para dentro do bueiro? Quem são as pessoas que viram? Quem são os veiculadores da argumentação corrente?

Existem denúncias registradas na Prefeitura? Ou os Subprefeitos deram seu parecer, porque mudou essa atividade que era feita por uma determinada empresa e passou para a varrição, que, a meu ver, falando o português claro, não tem nada a ver.

Então pergunto se houve estudo técnico para comprovar que os resíduos de lixo, eventualmente, despejados nos bueiros, provoca essa obstrução e, por consequência, os aqlogamentos.

Os estudos que temos, Sr. Secretário, não são argumentações correntes, existem estudos. Não sei se o IPT fez estudos, se não fez. São os lançamentos irregulares de esgoto; lançamentos irregulares pelas residências, infiltrações por defeitos estruturais e de rede, refluxo de córregos e, agora – não está aqui no escopo do contrato, Vereador Aurélio Nomura -, a limpeza de galeria.

E aí, se entupir as galerias ou os canais, quem vai ser culpado? Esse escopo só tem os ramais e o bueiro, ou seja, uma limpeza que, no meu entendimento, vai prejudicar a cidade de São Paulo. E ainda o dimensionamento incorreto da rede.

Pode pular.

Por fim, em escala menor, aí sim, entupimento de boca de lobo devido à deficiência. Mas não por conta da varrição eu mudo um contrato, dizendo que o povo da varrição que eu não acredito joga todo o lixo para dentro do bueiro.

Aí também essa argumentação corrente é querer crucificar os empregados, inclusive, o lado ético e profissional deles.

O que está me preocupando, então, por isso, estou colocando – aliás, fiz parte, junto com o Vereador Aurélio Nomura, de comissão de estudos para que pudéssemos avaliar – que essa licitação está confusa.

Na hora em que leio – publicado no Diário Oficial – que determinados serviços estão fora, não contemplados: limpeza de córrego – deve estar sendo feita; galerias e canais não estão contemplados e poços de visita. Quem vai fazer? Vai continuar sendo feito por essas empresas. E como isso vai acontecer? Isso é preocupante.

Veja, Sr.Secretário, fiz algumas considerações e está claro que a mudança do contrato 2012, com um modelo que “inclui serviços de drenagem e de varrição”, na minha opinião, não deu certo. Está claro que o valor do contrato aumentou sem a devida contra-prestação de serviço, até pelos números do aterro sanitário.

E também há uma questão, eu não conheço estudos técnicos, mas lá na audiência foram mencionados os estudos técnicos que comprovam a eficácia desse modelo que se propõe na licitação. E também, pelo que está escrito e publicado no Diário Oficial, da Anlurb, para o sistema de drenagem – acabei de dizer aqui – separam-se as atividades previstas da Lei 13.478 em contratos diferentes. Mas não está claro como vai ficar.

Estou falando diretamente para aquilo que a Cidade vai sofrer: chuvas torrenciais, e tomara que chova é muito mesmo -, mas, aí, precisamos saber se estaremos preparados para receber essa chuva.

Está claro também, Sr. Secretário – e vou dizer minha opinião -, que isso está feito de forma sodada, repito, na minha opinião. Para mim, muitas coisas não estão claras, principalmente, com o aumento do contrato em 84%, lá atrás, e, agora, inclusive, se pretende, veja que paradoxo, de um lado, o pessoal que faz prestação de serviços divisíveis, estão pedindo uma equiparação do contrato, um reajuste do contrato, para um equilíbrio econômico-financeiro; e, de outro lado, diz-se que há pretensão – eu sei que a proposta do prefeito é que ele quer o melhor para a cidade de São Paulo, e compete ao Vereador dizer o que é melhor e o

que não é, e eu falava isso quando o José Serra era Prefeito aqui, afinal, o bom Vereador é aquele que diz: “Cuidado, você vai errar, prejuízo para a Cidade” -, de se reduzir 10% no contrato. Isso foi dito na própria audiência pública.

Quer dizer, está confuso. Eu fiz umas contas: 4 bilhões dividido por 12 são 879 milhões; no Orçamento está 930 milhões, sendo que a parte executada, até 2014 – não sei se foram executadas todas as parcelas, 856 milhões.

O problema maior está lá na base. Pode voltar lá.

Só para terminar, Sr. Secretário, juro que não vou ficar duas horas, e concluindo, vou dar minha opinião. Falei com o nobre Vereador Aurélio Nomura, assim como conversei com outros Parlamentares.

Pode seguir. Ah, mas isso é interessante também, Sr. Secretário: áreas verdes, praças e canteiros. Então vamos economizar 10% no Orçamento. Mas o contrato atual – aí é para a população entender -, o pessoal vai lá na praça e corta, e limpa o mato da praça. Limpou o mato, capinou o canteiro central.

Esse serviço, pelo contrato, só pode ser feito daqui a 30 dias, ou seja, ele não pode, pelo contrato, voltar lá antes de 30 dias. Se eu estiver errado, por favor, me corrija, Secretário. Vou lá, capino o mato, só posso voltar lá, pelo contrato, 30 dias depois.

A nova licitação prevê – se eu estiver errado, por favor, me corrija, mas acho que não estou errado não – que eu vou lá, limpo a praça e só vou poder voltar lá depois de 90 dias. O que significa isso? É claro que é um prejuízo para o município. Até vou chegar lá e encontrar uma jaguatirica, pois vai crescer muito mato se chover o que se pretende que chova.

Então, para mim, isso é uma piora no serviço. Se não for, gostaria de saber se isso é verdadeiro ou não. E foi dito que se economizará 10% do contrato.

Minha pergunta, quer dizer, minha grande base é por que corrigiu em 84%. Queria até ser desmentido, mas vai ser difícil, pois a conta é feita na matemática financeira.

Diante de todos esses problemas, eu pergunto, Sr. Secretário: por que não

prorrogar os contratos atuais, todos, e se abrir uma comissão de estudos para encontrar o modelo adequado para a prestação de serviços públicos na cidade de São Paulo?

Eu acho que isso é contribuir, Sr. Secretário, para que não tenhamos problemas na limpeza: de bueiro, dos canais, dos ramais, e que sejam serviços integrados. Afinal, não me parece ser integrado à varrição a limpeza de bueiro.

Então você já viu alguém da varrição, limpar bueiro? (Pausa) Eu também não vi.

Sr. Secretário, não vou me alongar, como eu disse, vou lhe passar às mãos, por escrito, tudo o que eu disse, e ao Silvano também – a quem tenho muito apreço e consideração – para que, embora o Prefeito queira, alguém tem de dizer para ele: “Calma, porque se não misturarmos uma coisa com a outra, no final, podem ter certeza, isso aí não vai dar certo”. Não vai.

É isso que eu tinha a dizer. Passo a palavra agora para? (Pausa)

**O SR. RICARDO NUNES (PMDB)** – Sr. Presidente, posso fazer uma pergunta?

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano – PV)** – Pois, qual seria a ideia, Sr. Secretário, V.Exa. quer esperar as próximas perguntas?

**O SR. RICARDO NUNES (PMDB)** – É que estou inscrito.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano – PV)** – Sr. Secretário, aqui é democrático, eu passaria a palavra para o Relator, depois para o Vereador Aurélio Nomura e, enquanto isso, pediria que fossem feitas as inscrições.

E, Sr. Secretário, nem fui eu que falei, V.Exa. que disse caso fosse necessário, recorreria aos universitários. Estão aqui.

Passo às suas mãos, vou dizer mais, uma cópia para o Vereador Paulo Fiorilo, uma cópia para todo mundo, se quiser divulgar o problema, está bem transparente. Também estou encaminhando uma cópia do digníssimo Sr. Prefeito. E nada contra. Eu estou preocupado é com o que vai acontecer com essas chuvas aí.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano – PV)** – É como na pastelaria do Yokoama, ele sempre me cobra: “Olha o bueiro”.

Não esqueci de V.Exa. Com a palavra, o Sr. Secretário.

**O SR. SIMÃO PEDRO** - Só ia perguntar ao Vereador Ricardo Nunes se ele tem consideração sobre esse tema, pois é uma tema complexo que gostaria de responder.

**O SR. RICARDO NUNES (PMDB)** – Só para as pessoas entenderem, como o Vereador Dalton Silvano fez um documento bastante importante, com bastante subsídios, essa adequação de 2011 para 2012, o Tribunal de Contas do Município já apontou como coerente isso, Vereador Dalton Silvano?

**O SR. SIMÃO PEDRO** - O Tribunal de Contas aprovou esse contrato.

**O SR. RICARDO NUNES (PMDB)** – Essa readequação?

**O SR. SIMÃO PEDRO** - Aprovou o contrato, com os valores, com os novos serviços etc.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano – PV)** – Veja só, eu não estou entrando no mérito do Tribunal, estou entrando no mérito de números.

Então, para mim, 84% numa readequação de contrato parece – para mim – excessivo, com relação à contra prestação de serviços.

Agora, obviamente, que é um apontamento da nossa assessoria, um apontamento meu, com todos os critérios técnicos financeiros, corretos.

Pois não, Sr. Secretário.

**O SR. SIMÃO PEDRO** - Primeiro, gostaria de agradecer a preocupação que o nobre Vereador Dalton Silvano tem a respeito da limpeza. Eu sou testemunha, pois, nesses quase dois anos, V.Exa. tem nos solicitado informações, tem acompanhado e nos procurado para trazer demandas da população, para questionar e trazer sugestões. E, agora, ele o faz de forma bastante organizada.

Só para poder esclarecer um pouco melhor e para os cidadãos também

compreenderem, os serviços de limpeza na Cidade vêm evoluindo, vêm mudando substancialmente. Desde o número de lotes, com número de empresas que prestavam esse serviço até o tipo de serviço, o grupamento de serviços ou, por exemplo, a centralização na Amlurb ou mesmo a diluição nas Subprefeituras. Então é um contrato que avançou muito.

O que aconteceu na última gestão, do Prefeito Kassab, em 2011? Esse contrato passou a funcionar a partir de 15 de dezembro de 2011, ou seja, ele entrou em funcionamento em 2012.

Quando entramos e assumimos a Secretaria de Serviços, em janeiro de 2013, o Silvano assumiu a presidência da Amlurb, esse contrato já vinha em vigor há um ano.

Qual foi a novidade desse contrato? Ele foi feito com base numa ideia de cidade limpa, ou seja, eu não vou pagar mais os serviços por quilômetro. Por exemplo, varrição. Antes pagava-se por quilômetro varridos. Antes, pagava-se quantas feiras foram limpas. Mudou-se o conceito.

O conceito passou a ser: a empresa contratada passa a limpar a Cidade, conjunto de atribuições e serviços, e a Prefeitura testa se a Cidade está limpa e paga. Com a possibilidade de dar um desconto, uma punição, se o serviço não foi feito adequadamente.

Como é feito isso? A Subprefeitura fiscalizam, solicitam serviços, remetem à Amlurb. É feita, também, uma pesquisa de opinião – até 2013 era feita pela FIPE, que era a empresa que tinha o contrato para supervisionar e fazer a fiscalização, como suporte da Amlurb, e como não foi feito licitação etc., nós optamos por encerrar o contrato com a FIPE e licitar esse serviço da pesquisa, prevista no contrato, e a verificação – que tem um nome -, verificação detalhada do serviço prestado, bem como as reclamações dos cidadãos, então tem uma régua que nos permite fazer uma avaliação e aplicar desconto.

Vou lhes dizer que é uma régua bastante difícil, pois a nossa constatação é que é difícil para o Poder Público aplicar.

Mas, vamos dizer assim, é um conceito que é novo e vem sendo aplicado no

decorrer desses três anos.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano – PV)** - Eu falei 2012, quando está escrito aqui, questões de argumentações.

Em se tratando de argumentações correntes, você pode falar que tem um estudo da FIPE, em 2012, quando se constatou etc., mas, aqui, se é que é equilíbrio econômico-financeiro, pois não é nem do governo repetido, do Fernando Haddad.

Agora, a base de tudo que pulou de 400 milhões para 800 milhões, quase 100% de reajuste de um contrato, que eu não consegui ver.

**O SR. SIMÃO PEDRO** - Vereador, eu vou chegar lá. Só para explicar assim: houve uma mudança. O que mudou?

Então passa-se a considerar o conjunto dos serviços. Eu pago globalmente e tenho umas regras de possibilidade de desconto se verificar que o serviço não foi feito a contento.

No máximo, é 10% de desconto. No máximo. Mas, para se chegar a 10%, teria que ser o caos.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano – PV)** – Então foi uma nova licitação que foi feita?

**O SR. SIMÃO PEDRO** - Não, final de 2011, o contrato passou a vigorar plenamente em 2012. É um contrato administrativo, três anos, ele termina em 15 de dezembro de 2014, ou seja, no mês que vem, praticamente em um mês o contrato se encerra.

O sistema de limpeza da Cidade, esse conjunto de serviços, era feito por subprefeituras, em vários lotes. A cidade de São Paulo chegou a ter nove lotes. Hoje, temos só dois: o Sudeste, que pega toda Sul e a zona leste, excluindo a Penha; e o Noroeste que pega Butantã, Pinheiros, toda a zona Oeste e Norte e o bairro da Penha. A Inova ficou com a parte Noroeste e a Soma – são consórcios – ficou com a parte Sudeste.

Teve uma mudança aí, antes eram vários lotes, passaram a dois. A ideia foi adequar os lotes ao sistema de coleta, que a coleta de São Paulo, com a concessão que foi

feita, em 2004, contrato de 20 anos, passou a ter dois agrupamentos, o Sudeste e o Noroeste.

A ideia do Prefeito anterior foi adequar o sistema de limpeza ao sistema de coleta. A diferença é que o contrato da coleta vai até 2024, 20 anos, e o da limpeza, três anos, podendo ser prorrogado por mais dois anos, que inclui varrição, limpeza de bueiro, limpeza de feiras, lavagem dos monumentos e calçadas etc., é um conjunto de serviços.

A novidade aí, Vereador, foi a seguinte: o gestor anterior – vamos personificar na figura do Prefeito – o Prefeito Kassab entendeu que aquele serviço de atribuição das subprefeituras executarem, como limpeza de bueiros e de feiras, considerado serviço indivisível, que fossem incluídos nesse novo contrato de 2012, o contrato atual.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** - Já são indivisíveis todos eles.

**O SR. SIMÃO PEDRO** - Eles eram separados.

**P** - Na verdade, resumindo, para o povão entender, pegaram a questão da limpeza dos bueiros, da boca de lobo, e puseram para o contrato da varrição, dizendo que a argumentação corrente é que o povo, esses funcionários da varrição jogavam lixo. Vamos falar, é isso, estou errado? Foi pelo que eu li aqui.

**R** - Deixe eu explicar, para não ter mal entendido.

**P** - Está publicado no Diário Oficial.

**R** - Vereador, esse é um contrato feito pela Administração anterior.

**P** - Mas é isso mesmo.

**R** - Quais eram os argumentos que o gestor fez? Ele pensou assim: por que trazer a limpeza de bueiro para dentro do contrato da varrição? Isso é o que nós encontramos. São argumentos que...

**P** - Não estou criticando V.Sa. não, estou criticando lá atrás, mesmo.

**R** - Tinha a ideia de que a pessoa que fazia a limpeza da rua, porque talvez se pagava por volume, etc., para facilitar... foi usado esse tipo de argumento, não fomos nós.

- Manifestações simultâneas.

**R** -... para justificar que era importante então quem varre a rua já também faz a limpeza do bueiro, porque aí não se tinha contradição. O que se deixou de fora? O edital previu incluir também a limpeza de galeria, além da limpeza do bueiro e da boca de lobo, a galeria, e o corte de mato das praças e áreas vegetados, canteiros centrais. No processo de audiência pública, de concluir a licitação, deixou-se de fora a limpeza de ramal, que é aquele tubo entre a boca de lobo e a galeria.

**P** - A limpeza de bueiro, de boca de lobo e de ramal, entrou na licitação. Limpeza de córrego, disse que não está, galerias e ramais, canais e poços de visita.

**R** - Isso. Deixou fora.

**P** - Ou seja, se entupir, vai saber lá o que entupiu. Estou falando do modelo agora, eu não vejo lógica.

**R** - Está certo.

**P** - Nem a começar que os funcionários... Lá atrás, vou repetir, não é deste governo atual, eu não tenho problema nenhum em falar que é lá atrás.

**R** - Se convencionou, acho que a fala do Presidente Silvano, ele fez uma referência a esse tipo de argumentação, que era um dos argumentos. Por que incluir limpeza de bueiro no contrato de varrição? Para tentar eliminar esse problema. Não sei se é verdade. Mas foi um argumento forte, discutido em audiência pública e se convencionou colocar a limpeza de bueiro no contrato da varrição, que é mais amplo do que varrição.

Depois, nos debates, tinha-se a ideia, por exemplo: eu limpo a praça com o contrato da varrição, só que o corte de mato na praça é a subprefeitura que faz, com contratos nas subprefeituras, assim como a limpeza dos ramais. Então eu limpo o bueiro, limpo a boca lobo, mas se o ramal estiver entupido é a subprefeitura que tem que fazer, com os contratos que têm na subprefeitura.

Isso foi acertado e se convencionou no final da gestão Gilberto Kassab, quando então se fez a licitação e a contratação desses serviços dessa forma: com dois lotes, incluíram-

se alguns serviços como a limpeza da boca de lobo, mas deixou de fora o corte de mato, a limpeza de ramais, para contratos pulverizados nas subprefeituras e poda também.

**P** - Limpeza de boca de lobo manual, porque a mecanizada já é feita por outro grupo. Quer dizer que então quem fazia tudo era o outro grupo, aí tiraram a manual desse grupo e falaram: agora você só faz a manual e quando tiver que entrar na galeria... quer dizer, é uma confusão.

**R** - Só para finalizar, para entrar no debate. Quando nós entramos, nobre Vereador, eu e o Silvano, nós chamamos a Inova e a Soma para cumprir um Decreto do Prefeito que determinava renegociações de valores dos contratos. Assim eu fiz com a SP-Luz, o Ilume, assim nós fizemos também com os contratos de varrição.

Contratos de coleta não fizemos porque já tinha sofrido um debate, um processo de auditoria, de reequilíbrio econômico financeiro, feito pela FIF, no último ano da gestão do Kassab e a Prefeitura tinha pago o reequilíbrio, então nós chamamos todas as empresas.

Conseguimos obter um desconto de 7,5% nos dois contratos, nesse serviço - melhor assim para não confundir - os contratos de limpeza. Nós adiantamos o pagamento que levava dois meses, até atestar e pagar, adiantamos, com isso obtivemos um desconto de 2,5% e também conversamos com as empresas para não pagar mais os serviços chamados não regulares.

Por exemplo, você tem um contrato que determina as ruas serem varridas tantas vezes, a limpeza da feira, etc., mas quando tinha um problema - por exemplo, deu uma chuva, jogou terra para a rua, ou um evento especial, uma manifestação -, serviços não regulares, que não estavam previstos, a Prefeitura pagava para as empresas. Passamos a não pagar, conseguimos um desconto de 7,5 nesse contrato.

Havia uma preocupação do Prefeito se não era o caso de retomar aquele debate de incluir o serviço de corte de mato já que, por exemplo, havia muita crítica. Muita gente ligava na Amlurb ou procurava a Prefeitura para dizer que a praça estava suja. Não que estivesse suja,

mas o mato estava alto e a impressão que se tinha era a de sujeira o que, aliás, dificulta a limpeza.

Será que não seria o caso de passar o corte de mato dessas praças e canteiros centrais para o serviço divisível, a Procuradoria, e também o serviço de ramal, pois havia uma incongruência. Limpávamos o bueiro, mas o ramal ficava entupido. Então não era o caso de juntar? Mas a Procuradoria foi consultada e entendeu que foi feita uma licitação, tinha contrato em vigor, assim também foram feitas licitações e haviam contratos em vigor nas Subprefeituras, então não dava para encerrar um contrato e passar para esse.

Então deixamos como estava para que, num período de um novo contrato, analisássemos de novo isso. Foi isso que fizemos. Obtivemos um contrato, passamos a fiscalizar, embora a fiscalização fica a cargo da Prefeitura com seus agentes vistoras, mas fomos tentando aprimorar e melhorar o serviço.

---

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano – PV)** – Secretário, não quero monopolizar a palavra, já vou abrir aos nobres Vereadores, mas o que me parece lógico: num sistema, pois até agora essas explicações de quando se fez o contrato, a incorporação do serviço – e até escrevi aqui: limpeza manual de boca de lobo 72 milhões; mais áreas verdes, lixeiras e tal, mais 22 milhões – quer dizer, o crescimento, que estava nos 400 milhões, estava quietinho ali.

Quatrocentos milhões pularam para 800 milhões. Tira uma coisinha ou outra, oitenta por cento, primeiro, não me parece – não sei se o Tribunal de Contas aprovou ou não – mas estou falando de conta matemática na ponta do lápis, se quiser, podem refazer as contas, aumentou 85%.

Outra coisa que não me parece lógico, independente se é voz corrente, não se acha o sujeito que falou nem tem estudos, é que o modelo de limpeza urbana das atividades correlatas, ou seja, iguais, têm, na minha opinião, que serem contempladas num mesmo contrato. Não tem lógica nenhuma limpeza manual de boca de lobo. É o que foi incorporada no contrato.

Eu escrevi aqui porque eu estudei essa matéria. Lixeira e resíduos.

O que estou dizendo: esse modelo que está sendo proposto, para mim está confuso.

Qual seria o ideal? Que esta Casa, como em outras vezes - eu fiz parte da comissão de estudos, pois eu propus a concessão, em 2001, e o Vereador Paulo Frange em 2007 – contribua, como sempre contribuiu. Mas, agora estamos fora desse debate. Estamos fora. Essa é a sugestão que estou dando.

O Sr. Prefeito quer, tudo bem. Mas vai dar consequência lá na frente.

E vou dizer mais, Sr. Secretário. Estou falando e repito, somos da base aliada do Governo, queremos o melhor para a cidade de São Paulo. Briga política é lá para Brasília, com Aécio Neves, com a Dilma etc.

O panfletário lá da revista Veja, quem é da revista Veja que é o grande panfletário e tal. Não tem problema nenhum.

Quero dizer, Sr. Secretário, que essa Casa pode contribuir. Eu não sou da Oposição, mas se eu pegar esse edital que foi publicado, a ata da assembleia publicada no Diário Oficial no dia 4 de novembro, vejam, serei sincero.

**O SR. SIMÃO PEDRO** – O senhor me permite, Presidente, só terminar meu raciocínio, pois eu concordo consigo em muitas coisas.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano – PV)** – Vou concluir. Está prontinho para o Poder Judiciário já anular essa licitação. Está prontinho.

Estou falando assim: tá fora, limpeza de galerias e ramais, eu não desenhei, porque não sou engenheiro. Mas você pega aqui, o bueiro, o ramal, o poço de visita e a galeria. Está tudo ligado.

Já encerrei, já falei demais.

**O SR. SIMÃO PEDRO** – Veredor, me permita. Quero cumprimentar meu colega Jair Tatto, Vereador dessa Casa e para explicar.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano – PV)** – Também o cumprimento.

**O SR. SIMÃO PEDRO** – Então Vereador, chegamos na Secretaria, o contrato estava assinado, aprovado pelo Tribunal, nesse modelo. É o que encontramos, desse jeito.

Tentamos adequá-lo, por exemplo, tentamos negociação para mudar a régua de fiscalização, e não foi possível. Mas, no final, conseguimos um bom desconto, foram 7,5% de um contrato de 70 milhões por mês, eu considero uma economia muito boa para a cidade de São Paulo, sem mexer na diminuição de serviços, mudando a forma de administrar e gerenciar. A antecipação de pagamento que fazíamos também. Então a empresa não perdeu nada e a Prefeitura ganhou dois e meio.

Os serviços não regulares têm de ser feitos, porque estão no contrato, são obrigados, mas a Prefeitura deixou de pagá-los, então, 5%; 7,5% de um contrato de quase 1 bilhão é uma economia para a Cidade muito interessante, que acho não é desprezível.

Agora, em relação a... bom, não tínhamos o que fazer. Tínhamos de gerenciar esse contrato. Teve edital, teve concorrência, teve aprovação do Governo, teve aprovação do Tribunal, então, nosso papel como gestor é executar, fiscalizar, cobrar os serviços e ir buscando melhorar.

O debate que fizemos esse ano era o seguinte: prorrogamos o contrato ou não prorrogamos? Ou vamos partir para nova licitação?

O contrato dura três anos, 15 de dezembro. Tem a possibilidade, se for de interesse da Administração Pública, prorrogá-lo. Se não for de interesse, é nossa obrigação fazer um novo planilhamento, fazer um novo estudo, é nossa obrigação. No prazo adequado, inclusive, se não posso incorrer em interpretações de que eu deixei a licitação correr, não fazer os prazos adequados que não se permite.

Então o cronograma que lançamos, então foi uma decisão do Governo de fazer uma nova licitação, porque não conseguimos entrar num acordo.

Então o que determinei? A Amlurb, Silvano, vamos fazer um novo planilhamento

desse serviço. Quanto custa? Quanto custa a hora? Quanto custa a hora do caminhão? Vamos fazer um planilhamento de todo o serviço. Todas as ações. Isso ele começou a fazer por volta de março, abril.

Começamos, então, um debate. Vamos manter o modelo atual com quatro lotes ou vamos alterar? Então fizemos essa discussão. Vamos incorporar novos serviços ou vamos deixar como está?

Então, em resumo, achamos por bem fazer uma nova licitação. Lançamos a concorrência, que teve audiência pública. O edital já está publicado para consulta. Tem um prazo de consulta. Decidimos fazer, ao invés de dois lotes, cinco lotes. E a audiência está discutindo se a uma mesma empresa pode ganhar todos os lotes, pode ganhar dois lotes, ou vai ficar com um só. Isso porque achamos que uma concorrência, mais concorrência...

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano – PV)** – O senhor acha, Secretário, que tirando as empresas que já estão no mercado, vão aparecer outras? É complicado.

**O SR. SIMÃO PEDRO** – Ninguém sabe.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano – PV)** – O quero dizer, estou dizendo que agora, mas todo mundo sabe, Sr. Secretário, que hoje, são poucas aquelas empresas que podem participar de licitação.

Principalmente, se pegar o edital, ver o capital social exigido e uma série de questões.

Então tudo isso é dentro dum contexto. Eu falei, é só ler, aqui, o edital, está prontinho para aquela parte que se sentir prejudicada, entrar na Justiça.

O que me parece é que, e eu estou falando de modelo.

**O SR. SIMÃO PEDRO** – Mas eu deixe eu chegar, finalizando, para responder a questão que o senhor levantou.

Nós também achamos o seguinte: vamos incluir no novo contrato, porque eu pensei: incluir a limpeza de ramal e corte de mato de praças e áreas de canteiros centrais, no

atual contrato, a Procuradoria nos disse que não era possível fazer um aditivo.

Então a decisão foi fazer uma nova concorrência e, inclusive, incluindo esse serviço de corte de mato de praças e canteiros centrais.

Por exemplo, vamos pegar a avenida Tiradentes, tem um canteiro central, incluir nesse serviço de limpeza, chamado indivisível. Temos uma posição favorável da Procuradoria. E incluir a limpeza de ramal, não a galeria, pois, de fato, a galeria, no nosso entendimento, pressupõe limpeza desses pontos de...

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano – PV)** – A galeria não faz parte do sistema?

**O SR. SIMÃO PEDRO** – Do sistema de drenagem? Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano – PV)** – Então, estou dizendo, Sr. Secretário, é isso.

**O SR. SIMÃO PEDRO** – Mas a Prefeitura tem de prestar o serviço de limpeza de bueiro e limpeza de ramal.

Ela tem de fazer isso. Hoje está separado.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano – PV)** – Só se alguém de sã consciência cai no bueiro, passa pelo ramal e cai na galeria. Vou ficar louco, Secretário, e não sou técnico. É isto que estou falando: do modelo. Então, eu propus e vamos chamar o IPT, a Fundação Getúlio Vargas se tem um estudo porque não me parece lógico separar a galeria. Cai no bueiro, passa pelo ramal. Está fora aqui, poços de visita. Não consigo entender uma coisa separada da outra.

**O SR. SIMÃO PEDRO** – Mas hoje já está separado o bueiro do ramal, nobre Vereador.

**P** – Mas também foi outro erro lá atrás. Vai insistir no erro?

**R** – Nós achamos que melhor é juntar. Agora, é um debate que a gente está fazendo.

**P** – Daí que eu falo para a gente fazer um estudo, chamar o IPT para a gente ter

base técnica. Chamar as pessoas envolvidas, chamar a Vega, a Soma, as outras empresas porque o negócio está indo de um jeito... Vamos pegar esse edital que foi publicado e isso aí está uma...

**R** – Nobre Vereador, só para encerrar sobre esse assunto. Nós lançamos esse edital, nós fizemos um novo “planilhamento”, fizemos estudos desses novos serviços, temos parecer da procuradoria que esses serviços podem ser considerados indivisíveis. Então, resolvemos lançar uma nova licitação. Por quê? Porque nós entendemos que para o interesse público é melhor um novo contrato já que a gente não conseguiu que o atual – ele tem uma ideia boa, eu considero, realmente, que essa ideia da cidade limpa foi um conceito bem, agora, precisa ser aperfeiçoado, melhorado. Com essas mudanças, nós entendemos que ele pode ser melhorado.

Nós fizemos o “planilhamento” com base e preços coletados em empresas que executam esses serviços. A lei determina que o “planilhamento” seja feito com até três preços diferentes e chegamos à conclusão desses números do contrato que estamos planejando licitar, aliás, colocamos em operação agora.

Eu acho que a consulta, o debate, isso não exclui o papel da Câmara de fiscalizar, de nos cobrar a presença aqui...

**P** – Sim, mas nós queremos participar da elaboração do modelo. Depois que estiver o prato pronto, aí não dá. Essa é a minha opinião e de vários Vereadores. Eu quero discutir porque que as galerias e os canais não fazem parte.

Vou repetir, esse aumento de 85 não foi no governo Fernando Haddad e que ninguém vai me dar explicação aqui. A verdade é que não tem explicação. Eu até vou pesquisar no Tribunal de Contas porque não é possível.

Eu pago 400 milhões só que você vai pegar um servicinho. Um servicinho custa 50 milhões, outro 70 milhões, 480 milhões. Está bom. Você vai fazer um serviço a mais e custa 80 milhões. 480 milhões, só que você vai pagar 800 milhões. Aí não dá. Desculpe falar assim. Não

foi no seu governo, então fique tranquilo.

R – Eu não quero defender.

P – Mas o modelo eu gostaria de discutir.

R – Agora, eu também não posso me excluir de esclarecer que serviços novos foram incluídos: implantação das 150 mil papeleiras; limpeza de feiras, que era um contrato separado. São 890 feiras por semana. Então, houve um acréscimo.

Agora, como a gente não tinha tudo, resolvemos fazer um novo “planilhamento”. Há todo um “planilhamento” que mesmo se a gente decidir suspender a licitação, aliás, eu vou ter de fazer isso e tirar a preocupação de V.Exa. que é justa.

P – V.Exa. falou que iria fazer um levantamento dos últimos 10 anos.

R – Não, aí é uma confusão porque...

P – Auditoria dos valores.

R – Não, é dos contratos da concessão da coleta porque é um contrato mais longo.

Ainda temos 10 anos.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** - Não, mas aproveita e faz desse também.

R – Mas desse, nós fizemos: o novo planilhamento, lançamos a nova licitação. De certa forma, é uma análise que nós fizemos. Qual é o nosso objetivo? Não somos contra a empresa tal, queremos beneficiar a empresa tal; o que nós queremos é uma melhoria desse serviço, uma otimização dele, talvez até uma economia dos custos– por que não? Porque, de fato, quase 1 bilhão por ano é um custo alto para varrer a Cidade, para limpar bueiro. Aliás, eu queria recorrer a uma fala do Prefeito Haddad em uma determinada ocasião. Ele dizia: “Em cidades mais modernas do mundo, varre-se a rua no outono, quando as folhas caem”. Infelizmente, estamos trabalhando para ter uma política de educação ambiental, de conscientização. Até estamos estudando, nobre Vereador, a ideia que o nobre Vereador Jair Tatto propôs nesta Casa, o chamado Lixo Zero, apesar de que hoje temos todos os

instrumentos de multas *etc.* para combater quem descarta irregularmente, quem coloca o resíduo fora do horário. O problema é a baixa capacidade de fiscalização. A Amlurb tem 19 agentes vistoristas. Temos a expectativa de ter um concurso novo para aumentarmos esse número para 70 e estamos estudando mecanismos junto à Guarda Civil Metropolitana para jogar mais duro com quem não contribui com a limpeza da Cidade. Esse é um custo alto para a Cidade. Então, buscar economia – adequação, otimização - é dever nosso como gestor.

As preocupações de V.Exa. são legítimas; o direito de querer entender, de fazer perguntas, de obter esclarecimentos é fundamental, porque V.Exa. foi eleito pela população, e uma das atribuições do Parlamento, além de fazer e votar leis, é fiscalizar o Executivo. Precisamos dessa ajuda.

Só para tirar essa preocupação de V.Exa. em relação ao verão: é lógico, esperamos chuvas nesse período imprevisível. Mas, provavelmente, o decreto que nos levou a lançar o edital da nova licitação... É importante que isso seja esclarecido para que não reste dúvida. O Prefeito lançou um decreto em junho do ano passado que propunha que todos os contratos fossem reajustados pelo IPC da FIPE e não mais por índices setoriais. Cada contrato da Prefeitura tem um índice setorial que se reajuste anualmente, com base no qual se reajusta anualmente. O contrato da limpeza tem um índice próprio. Por exemplo, em quanto o IPC da FIPE chega à casa dos 6%, nos três anos o reajuste desse contrato ficou nos 10%. Por quê? Porque é mão de obra, dissídio *etc.*

O decreto do ano passado determinava que nós gestores procurássemos as empresas e fizessem uma readequação: ao invés de utilizar o índice setorial, passar a reajustar pelo IPC da FIPE. As empresas de limpeza não aceitaram, e havia um item no decreto que dizia o seguinte: as empresas que não aceitarem essa mudança não terão seu contrato renovado, permitindo ao gestor – no caso, a Amlurb – renovar o contrato por seis meses ou até que a licitação estar pronta, no prazo que fosse menor. Então, temos autorização para fazer uma prorrogação desse contrato por mais seis meses, que vai até 15 de junho do ano que

vem. Devemos fazer isso, porque estamos trabalhando para concluir a licitação antes do término do contrato. Porém, se isso não for possível, para não ter solução de continuidade do serviço, temos condições, com base no decreto – e a legislação nos permite -, de prorrogar por mais um tempo.

**P** – O.k., Secretário.

**R** – Então, tranquilizo os cidadãos dizendo que não teremos problema de descontinuidade desse serviço por conta do encerramento do contrato, mas estamos trabalhando em cima do que a lei nos determina e do que preveem os decretos editados pelo Prefeito. Mas, nobre Vereador, se faltou alguma resposta, eu lhe encaminharei por escrito.

**P** – Passarei a palavra ao Vereador Ricardo Nunes. Meu propósito é alertar o Prefeito sobre o nosso pensamento. até vou determinar. Na qualidade de Presidente, que seja remetida uma cópia desse meu posicionamento, bem como das notas taquigráficas desta reunião, ao Digníssimo Prefeito. Quero só fazer um alerta com relação ao modelo que está sendo colocado para licitação, só isso. Com relação aos 84%, não vou encontrar justificativa mesmo. Mas está perfeito.

Desculpe, Vereador Ricardo Nunes. Hoje eu dei uma de “Milton Leite” (risos). Porque, quando ele ocupa a palavra, é por duas horas.

Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes.

**O SR. RICARDO NUNES** – Obrigado, Vereador Dalton Silvano. Fico muito feliz quando vejo um trabalho como o seu, que demonstra preocupação com os números, com a evolução dos gastos. Parabéns, mesmo. Já o senhor vai mandar isso para o Prefeito, quero deixar registrada também minha fala parabenizando sua atuação.

Secretário Simão Pedro, são muitas as questões, algumas das quais já conseguimos elucidar por conta da fala do Vereador Dalton Silvano. Aproveito para falar da Amlurb. Temos algumas dúvidas que as pessoas nos têm trazido, principalmente em relação à fiscalização e à aplicação das multas às empresas. É corrente, Sr. Secretário, escutar-se na

subprefeitura que as multas são aplicadas, mas que há mecanismos de recurso contra elas, e ninguém nunca as paga. Assim, sai mais barato ser multado, porque essas multas nunca são efetivamente aplicadas. Eu não consegui achar aqui qual é o resultado das multas que as subprefeituras têm aplicado contra as empresas. Tenho a planilha do Fundo de Limpeza Urbana, e, se as multas foram essas, parece-me bastante irrisório esse valor - 428 mil reais estavam previstas, mas realizado até setembro, zero. Pelo menos é o documento que eu tenho. Se realmente for zero, acho que tem alguma coisa errada nesse processo. Porque, se é verdade a história de que o Subprefeito colocou um saquinho com o nome dele lá no bueiro e depois da limpeza ele voltou e estava lá o saquinho, era bom a gente verificar essa questão das multas, já que está no processo de licitação, de novo edital. Decerto, o Silvano, que é uma pessoa competente, deve ter previsto isso. Porque, se continuar desse jeito, Secretário, será muito ruim para a Cidade. Pelo menos é o que as pessoas têm nos relatado com bastante frequência na Câmara Municipal.

Ainda da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, tivemos um aumento, na administração de unidades, de 4 milhões e 900 mil para 11 milhões e 800 mil, aumento de 142%. Se o senhor puder depois explicar, ou se quiser chamar o Silvano, para podermos, como relator da peça orçamentária, entender o porquê do aumento. Isso é custeio. Então, precisaríamos entender o porquê desse aumento de 142% em administração de unidades, 21.00. Reitero que estamos falando da Amlurb.

O serviço de limpeza urbana, varrição e lavagem de áreas públicas, código 6007, da fonte 07, o senhor tinha, em 2014, 40 milhões. Agora, para 2015, isso foi para zero. O senhor não tem nada de 07. Isso, o senhor não precisa nem anotar, é só para parabenizar o senhor. Há muita Secretaria aí que fica com esse presente aí. Então o senhor foi bem atendido pela Secretaria Leda Paulani, porque o senhor tinha aqui esses 40 milhões e já não os tem mais. Há muito 07 de Assistência Social, Secretaria de Segurança Urbana, mas a sua Secretaria, então, só para deixar registrado, é muito importante em não ter aí o 07, pelo menos

por enquanto.

Outra questão, Secretário, é a ampliação e melhoria da infraestrutura para coleta seletiva, código 5608, da Fonte 02, que são recursos federais: de 39 milhões foi para 45 milhões em 2015. 39 milhões em 2014 e, em 2015, 45 milhões. O que chama a atenção é o zero de execução com relação a essa Fonte 02, que é uma fonte importante para a cidade de São Paulo, porque é a fonte de recurso federal e era importante entendermos por que que a Secretaria não conseguiu liquidar nada desse valor, um valor importante, que era importante termos esse debate para, talvez, até identificar algum problema, que é um recurso que não poderíamos ter perdido de forma nenhuma, que é a fonte de recurso federal, e não foi executado.

Outra coisa, Secretário, o senhor falou que foi feita uma auditoria do contrato para análise do reequilíbrio financeiro, não é? Esse contrato, pelo que o senhor me falou aqui, já chegou e essa questão o senhor já citou um pouquinho, mas deixa só eu deixar claro, até por conta de ser uma audiência pública e estarmos com Registro Taquigráficos: nós recebemos da empresa Loga, esta Comissão de Finanças, um documento - pelo menos a escrita é muito bem elaborada - e ele argumenta que a proposta orçamentária de 2015 para a concessão de serviços divisíveis de Limpeza Urbana em regime público é de 969,340 milhões de reais. Diz a empresa que esse valor é insuficiente na peça orçamentária para 2015, tendo em vista que: “Ocorre que uma das despesas fixadas para fins decorrentes de concessão não é suficiente para cobrir os gastos previstos para o exercício do ano de 2015...”, alegando que o valor ideal seria de 985,823 milhões de reais e apresenta uma tabela - que não vou ler aqui, mas o senhor tem o documento - algumas divisões: tarifa Loga, tarefa EcoUrbis, e diz ele que há necessidade de previsão orçamentária do montante relativo a reajuste das tarifas das concessionárias geridas pela Amlurb, conforme já validado no Termo de Compromisso Ambiental de 2012 e citado na correspondência Loga pré 11729/2014. Diz ainda que esses montantes, uma vez devidos, deverão ser indenizados à Loga, e cita que está evidente a

necessidade de que seja realizada uma emenda à proposta orçamentária 2015. Portanto, esse assunto é de suma importância para mim como Relator, *que estejamos bem esclarecidos*. E ele diz o seguinte "Caso as despesas relativas aos serviços decorrentes da concessão não sejam readequados com base nas premissas acima, o gestor as despesas - V.Exa. - poderá incorrer em violação do artigo 15 da Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, transcrita abaixo". E ele conclui, Secretário, dizendo o seguinte: "Ante o disposto, resta plenamente demonstrada a necessidade de *emenda à proposta orçamentária 2015, de modo a corrigir o equívoco nas suas estimativas, adequando-se à realidade das despesas que serão incorridas pela Amlurb com os serviços de Limpeza Urbana Municipal*".

Sobre esse quesito, Secretário, como foi um documento para toda a Comissão, além das suas explicações, se o senhor puder, depois, por escrito, enviar à Comissão, só para deixarmos bem claro, que é um assunto bastante delicado, importante.

Da 02 eu já falei.

Com relação à Secretaria Municipal de Serviços, gostaria, Secretário, se o senhor puder nos falar sobre... Ah, desculpa, só para concluir aqui a Amlurb, no item 2171, Manutenção de Sistemas de Informação e Comunicação - imagino que seja Prodam.

**R** - Amlurb.

**P** - Amlurb, Amlurb. Só para concluir, voltei aqui.

Nós tínhamos orçado 1,855 milhão e, agora, indo para 1,949 milhão. Queria entender um pouquinho o porquê de quase 2 milhões de reais para esse contrato com a Prodam, lembrando que é a manutenção do sistema de informação. Se puder explicar, Silvano, por que temos esse custo altíssimo - não é? -, porque acho que não requer aí um nível de inteligência de informação com relação à Amlurb, do que realiza com relação à Prodam.

Sobre a Secretaria Municipal de Serviços, também o sistema de informação de comunicação, de 1,100 milhão, está indo para 1,200 milhão, um aumento de 9%. A Secretaria em si me parece uma estrutura pequena, com um Orçamento de 63 milhões. Desses 63, leva

1,200 milhão para a Prodam. Então, se for cabo, internet, *e-mail*, precisamos tentar corrigir isso aqui. Não tem a mínima lógica esses custos. Há casos aí da Prodam que estão pagando 1.500 reais *per capita* para usar *e-mail* e internet, não é? Acho que é importante começarmos a corrigir essas questões.

Administração da Unidade: não há grandes variações, está tranquilo.

Operação e Manutenção de Telecentros, de 25 milhões caiu para 20 milhões, o senhor já falou um pouco e me dou por satisfeito.

Operação e Manutenção das Praças Digitais: aqui, Secretário, é um grande problema que vamos ter que trabalhar bastante. Temos, para operação e manutenção das praças digitais: tínhamos 10 milhões previstos em 2014, agora, 14,275 milhões em 2015, com aumento de 43%. Mas não é aí o problema. O problema, Secretário, se o senhor puder nos dizer com relação ao custo de cada praça. Temos previsto para 2015: Praça digital, Butantã, 432 mil reais; praças digitais Campo Limpo, 432. Ou seja, 432 mil reais todas as praças digitais, Butantã, Campo Limpo, Tiradentes, casa verde, Ermelino Matarazzo, Freguesia do Ó, Guaianases - e por aí vai -, Ipiranga, Itaquera...

- Manifestação fora do microfone

**P** - Tem, Itaquera tem: 432 mil. Nesse quesito aqui, bem atendida a zona Leste. Mais 432 mil reais por praça digital. Esse é o serviço do Wi-Fi Livre, isso vai dar em torno de quase 40 mil reais por mês. Então, se o senhor puder dizer se realmente é isso ou se está com algum erro aqui - possivelmente imagino que esteja -, que são operação e manutenção das ... (ininteligível) ... , que imagino que teria um custo alto para implantação, não é? Então deve ter alguma coisa errada para ter 40 mil reais por mês só para manter o Wi-Fi Livre lá.

Com relação a pessoal e encargos sociais, Secretário, o senhor tinha, em 2014, 17,333 milhões e, agora, foi para 17,188 milhões. Teve até é um decréscimo de 1%. A dúvida aqui é com relação ao reajuste do funcionário. Todas as Secretarias têm dado um pequeno *plus*, aumento, em pessoal e encargos sociais, por conta da previsão do aumento do

funcionário público. Então pode ser que tenha tido alguma readequação, só para podermos entender e deixar registrado com relação a essa questão. Então, feita a questão de Amlurb e Secretaria de Serviços.

No Fundo Municipal de Iluminação Pública, eu volto para fazer, mas já antecipo uma Secretário, que era importante a gente verificar só a questão das emendas parlamentares. No Fundo Municipal de Educação Pública tinha várias emendas, uma de 529 mil, cem mil, trinta mil, nenhuma foi liquidada ou empenhada até setembro. Então, era só importante para essa comissão entender com relação às emendas parlamentares, que se tiver dificuldade de execução eu já oriento aos senhores Vereadores para não fazer, ou se tiver algum problema, a gente poder orientar com relação às emendas parlamentares que não foram executadas em 2014 pelo menos até o presente momento.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Tem a palavra o Vereador Aurélio Nomura.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Cumprimento novamente o nosso Secretário, também o Presidente da Amlurb, o da Ilume, o Serra, enfim, todos os assessores.

Começo com uma pergunta que vem de uma discussão que tivemos, em primeira votação do Plano Diretor, que foi acordado entre o PT e o PSDB um acordo para retirar a estação de transbordo da Vila Jaguara. Foi acertado em reunião que fizemos juntamente com os Secretários João Antônio e Chico Macena e dessa reunião redundou outras ações também constantes do Plano Diretor, mas especialmente, essa questão. Posteriormente foi retirado um mapa, onde determinava o local, mas foi mantida a implantação da estação de tratamento da Vila Jaguara.

Essa é a primeira pergunta: o porquê que o governo apesar do acordo firmado e não foi só esse acordo, foram outros acordos de outras Bancadas e não cumpriram o acordo na efetivação e na sanção pelo Prefeito.

Eu ouvi atentamente V.Exa. falando a respeito do programa de implantação dos

ecopontos, mas fico preocupado porque está em Amlurb também. Vou deixar essa questão porque ela consta no programa de ecopontos, mil reais, essa é a dúvida que foi suscitada.

Outra questão diz respeito a essa desativação dos telecentros, V.Exa havia mencionado que está havendo uma ampliação, mas não estamos vendo que foram reativados e pelo que estamos verificando está havendo uma inversão. Está havendo operação de manutenção em praças digitais, pelo que estamos vendo, até dentro da proposta orçamentária do próximo ano, um aporte de 15 milhões e ao mesmo tempo uma redução com relação à questão dos telecentros. Eu não sei se é uma nova visão do governo nessa questão.

A outra questão, como o Vereador Dalton Silvano...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Não, houve uma redução, porque, atualizado até o dia de hoje, falamos em 26 milhões; e ele baixou a proposta para 20 milhões. Basicamente

---

isso.

A outra questão o Vereador Dalton Silvano esmiuçou muito bem, que é a discussão dos resíduos sólidos na cidade de São Paulo. Mas eu gostaria de saber a opinião de V.Exa., porque estamos debatendo na CPI de Áreas Contaminadas sobre a estação de transbordo da Ponte Pequena. E as informações e dados levantados indicam que as áreas contíguas da estação provavelmente também estão contaminadas; e, do lado, tem uma creche. Estive nessa creche – inclusive, esta semana, ou na próxima, faremos uma vistoria –, e verificamos que crianças brincaram na areia. E foi solicitado, à época do licenciamento, que se fizessem essas vistorias. E isso nos deixa preocupados exatamente porque as crianças estão utilizando aquela terra. A alegação é de que foram encapsuladas, mas, pelo que verificamos, isso não aconteceu.

A outra questão que nos deixa preocupados é a PPP da iluminação pública.

Se nos ativermos à questão do que propriamente é essa concessão em forma de PPP, verificaremos que não preenche os requisitos para a configuração da PPP. Vejamos, por

exemplo, que está ausente um dos fatores primordiais, que está ligado à tarifa de usuários. E notamos a ausência de tarifa a ser paga pelo usuário de iluminação pública. E segundo o que dispõe a Lei 8.8987/95, que no art. 2º reza sobre a concessão pública e da permissão de serviço público, é textualmente claro da impossibilidade de se fazer a PPP.

Pelo edital, existem garantias acumuladas exigidas que nós achamos extremamente altas, a saber: a garantia de proposta de 40 milhões, ou em dinheiro, ou em caução, títulos da dívida pública; patrimônio líquido mínimo de 365 milhões ou 420 se for consórcio.

O atestado de projeto de infraestrutura em qualquer modalidade está orçando em 400 milhões, e não é necessário ser registrado no CREA. E o que nos chama a atenção é que, para essa manutenção preventiva, existe uma exigência mínima de 200 mil pontos de iluminação pública. Estive analisando essa questão, até com os documentos que chegaram aqui, e estou até aguardando até uma posição, mas me parece que até as distribuidoras de energia hoje aqui na cidade de São Paulo, a AES Eletropaulo e a “CPMF”, não têm esse quantitativo. E elas fazem somente – é bom que se diga – essa questão corretiva, que é na realidade a substituição de pontos de luz queimada, e não preventiva. Essa é uma questão. Verificando que se o objeto é a modernização, otimização, expansão, operação, manutenção e controle em tempo real da infraestrutura da rede de iluminação pública, nós entendemos que esse controle remoto está ligado ao serviço de telegestão, controles operacionais e que vai monitorar esses 200 mil pontos.

Então entendemos que está um pouco equivocada essa questão de modernização, otimização, operação, manutenção e controle, tendo em vista essa questão que está sendo exigida nesse controle remoto.

Finalmente, há essa questão também da nacionalização dos produtos manufaturados e nacionalizados que, pelo edital, não consta, o que nos deixa preocupados.

Também vamos ter problemas com relação à redução do ICMS, porque de acordo

com a reunião do Conselho Gestor do PPP, no item bens de concessão há uma previsão de locação de ativos para o Poder Público. Ou seja, a empresa vencedora poderá alugar luminárias de led na forma de arrendamento, ao invés de comprar para fazer as substituições dos 580 mil pontos de iluminação.

E assim deixariam de pagar o ICMS, o que seria um problema muito sério tendo em vista que estamos e vamos enfrentar uma eventual crise no próximo ano. Precisamos proteger essas questões, principalmente com relação aos impostos que são caros não só para o Estado, mas para a cidade de São Paulo, que recebe também uma contrapartida do ICMS.

E acompanhando essas previsões, para este ano já há uma queda da arrecadação de tributos estaduais. Então nos preocupa exatamente esse volume que poderá ainda aumentar essa brecha tributária.

Eram essas as minhas indagações. Muito obrigado.

**R** – Quero agradecer as intervenções e questões levantadas pelos Vereadores Ricardo Nunes e Aurélio Nomura. Em algumas questões, evidentemente, vou pedir ajuda para o Silvano Silvério. Até quero fazer uma autocrítica, às vezes dá impressão que não valorizo a presença do Alberto, do Silvano, da Lúcia, mas eles estão atentos e vou até pedir ajuda para o Silvano.

Deixe-me fazer um preâmbulo. Às vezes dá impressão que demoramos muito nas explicações, mas eu fui Deputado de Oposição e o meu papel principal lá era fiscalização no Governo do Estado, então, considero importante que os Secretários respondam as questões levantadas e esclareçam para o devido esclarecimento dos Vereadores, que têm a função de fiscalizar, e também da população, que está nos acompanhando pela TV ou está presente, interessada no debate.

Com relação à aplicação de multas, vou solicitar ao Vereador Dalton Silvano que, se puder, dê um resumo. Até tomamos algumas medidas, por exemplo, quem faz a comunicação e a autuação no caso dos serviços não regulares, dos serviços regulares de

limpeza são os Agentes Vistores das Subprefeituras. De fato, eles encaminham para a Amlurb fazer a auditoria. Quando há dúvida, um documento mal preenchido e tal, precisamos devolvê-lo para que se faça o esclarecimento, para não se aplicar uma multa com base numa informação que pode estar incorreta ou incompleta.

Então, quando necessário, pedimos para que se esclareça, de fato, aquela situação, depois vem para a Diretoria aplicar a multa e a empresa pode recorrer, se ela considerar injusta, à segunda instância que é o Presidente. Numa situação anterior, as empresas podiam recorrer até ao Secretário para dizer se aquela multa foi ou não devida. Nós simplificamos isso. Segunda instância, ponto final, no Presidente da Amlurb, que possui essa prerrogativa de aplicar ou não, de entender se foi ou não devida.

Todos os noticiários têm mostrado que aumentou o número de multas aplicadas nesse período em que estamos à frente da gestão. Aliás, quando entramos, havia muitas aplicadas, mas sem serem publicadas. Determinei que a Amlurb publicasse para dar transparência e para que as empresas pudessem recorrer.

Vou solicitar ao Vereador Dalton Silvano fazer rapidamente um resumo. Também em relação à segunda questão levantada pelo Vereador sobre a Administração da Amlurb, o aumento dos recursos. S.Exa. também fez referências às perguntas do Vereador Dalton Silvano sobre o contrato de limpeza.

E, com relação à coleta seletiva, Vereador Ricardo, isso é muito importante aos recursos federais porque conseguimos a todas as cidades-sedes da Copa do Mundo, neste ano, uma linha de investimentos a fundo perdido, aberta pelo BNDS. São os recursos não reembolsáveis para serem aplicados na melhoria das condições das cooperativas, na inclusão dos catadores e no aumento da reciclagem.

Os recursos são colocados à disposição, as Prefeituras teriam de elaborar os projetos, que deveriam ser aceitos ou não. A Amlurb encaminhou projetos na ordem de 105 milhões e tivemos uma aprovação de recursos na ordem de 41 milhões. A própria Presidenta

Dilma, quando veio na exposição dos catadores, aqui, em dezembro do ano passado, no Anhembi, anunciou a aprovação de 41 milhões, se não me engano, na ordem de pouco mais de 40 milhões, para que pudéssemos aplicar isso na melhoria das centrais, na compra de equipamentos, reforma.

Tínhamos 20 convênios com cooperativas e passamos a ter 22, mas, evidentemente que as condições de trabalho e os equipamentos são muito precários. Isso é visível. Basta fazer uma visita. Vimos lutando, desde então, para ter à disposição esses recursos. Já está tudo aprovado e estava previsto para setembro ou outubro, estamos em novembro. Na semana passada, fiz um despacho com o Vereador Dalton Silvano no sentido de perguntar o que está faltando para cobrarmos devidamente o BNDS para que faça a transferência desse recurso à Amlurb. Assim poderemos aplicar esse recurso para melhorar a capacidade das cooperativas, melhorar sua produtividade, pode, por exemplo, entrar com reforma, com compra de esteiras novas e tal. Isso vai permitir que as cooperativas saiam de três a quatro toneladas por dia e passem para dez ou doze. Isso é muito importante e muito necessário.

A outra parte são recursos do Ministério do Trabalho. O Ministro esteve presente na audiência e, se não me engano, há cinco milhões para a economia solidária. Estamos aguardando também a liberação desses recursos e evidentemente temos de fazer licitação para a realização de um mapeamento de todos os catadores avulsos, individuais, esses que fazem a catação, prestam serviço, mas na total informalidade e que não levam para as cooperativas. Queremos fazer esse levantamento para incluí-los, trazê-los para o sistema oficial e também montar dois centros de apoio à economia solidária para que as cooperativas que queiram se formalizar, tirar documentação ou fazer um projeto, tenham o apoio da Administração. Esse último projeto também é em parceria com a Secretaria de Assistência Social. Estamos aguardando a liberação de recursos importantes.

Quanto ao documento da Loga...

**O SR. RICARDO NUNES** – Sr. Secretário, apenas para não perder o raciocínio. V.Exa. falou a respeito da operação e manutenção das centrais de triagem de coleta seletiva.

Está previsto cinco milhões com o Governo Federal.

**O SR. SECRETÁRIO** - Não, não. Isso é para outro projeto. O Vereador Dalton Silvano tem o número exato, mas são 40 e poucos milhões para investimento nas centrais, que não são aquelas mecanizadas. São as centrais de triagem que temos hoje. Temos dez galpões próprios, mais uns 10 ou 12 alugados, mas para investimento em compra de esteiras, de equipamentos para que as cooperativas possam dar um salto e dessa forma conseguiremos aumentar a produtividade, o número de trabalhadores nessas cooperativas.

Quanto ao documento da Loga, nobre Vereador, nós vamos olhá-lo com atenção, mas, provavelmente, não sei se vocês se lembram, neste ano, o Orçamento, por exemplo, da concessão, o que foi aprovado pela Câmara para 2014, foi abaixo do valor contratual em cerca de 70 milhões. Isso exigiria da Prefeitura, então, uma suplementação. Recentemente isso foi feito para que possamos quitar com as obrigações contratuais.

Tínhamos previsto, mas não foi encaminhado, o recurso que as empresas cobram para o reequilíbrio econômico-financeiro da concessão. Licitamos e estamos contratando auditoria, que deverá concluir seus estudos ainda no primeiro semestre. Se a auditoria concluir ser necessário o reequilíbrio, que há reequilíbrio a ser feito, então, evidentemente, o planejamento terá de suplementar o Orçamento e dessa forma poderemos concluir bem o Orçamento do próximo ano. Acredito que essa diferença reclamada pelas empresas se deve a isso.

Quando foi feito o reequilíbrio passado, alguns recursos foram reconhecidos pela Administração como devidos às empresas pelos serviços que ampliaram, como contratação de caminhões. Só que não foram previstos recursos para o pagamento feito em dezembro de 2012, jogando para esta gestão a quitação daqueles serviços. O que a auditoria concluiu? O que o equilíbrio determinou?

Foi feito um termo de compromisso ambiental, para que essa gestão pudesse fazer um grupo de trabalho - foi o que nós fizemos - para analisar como fazer o pagamento desses recursos reivindicados pela concessão, que já são reconhecidos pelas empresas e pelo Poder Público, só que não foi feita previsão orçamentária. É uma comissão intersecretarial, não é só a secretaria de serviços. Nós constituímos essa comissão nesse ano, e ela está analisando as reivindicações, para analisarmos como nós vamos indenizar as empresas, se será no próximo reequilíbrio econômico-financeiro ou se vamos solicitar a suplementação. Há um reconhecimento da Administração, mas, no último reequilíbrio, não foi quitado. Está havendo reivindicação, para que a Administração possa quitar, e precisamos olhar o orçamento.

Vou deixar o Sr. Presidente, nobre Vereador Dalton Silvano, falar sobre os contratos com a Prodam e dos serviços previstos. A prerrogativa desta Casa é analisar o orçamento e fazer emendas, se necessário.

Em relação à secretaria, a previsão de 1,2 milhão de reais é para a gestão dos serviços de informática da Casa, com pagamento dos programas. Há um contrato. Como nós não podemos fazer direto, é a Prodam quem gerencia o correio eletrônico e uma série de serviços, que estamos para assinar agora. Provavelmente não vamos executar tudo nesse ano, mas, para o ano que vem, nós pretendemos melhorar a gestão desse tipo de serviço de informática naquilo que for necessário evidentemente.

Em relação ao pessoal, o nobre Vereador reclama que a previsão de orçamento para a gestão de pessoal é quase igual a de 2014 para 2015. V.Exa. poderia responder isso?

Em relação ao Ilume, nobre Vereador, as emendas parlamentares, de fato, são importantes para a nossa secretaria, para complementar ações que nós não temos condições pelo contrato, mas percebemos que, quanto aos serviços sugeridos e solicitados pelos Vereadores por meio de emendas, conseguimos suprir com os recursos do próprio Fundip(?), de maneira que não havia muito sentido, por exemplo, receber recursos do orçamento, tendo recursos no Ilume para fazer aquele serviço. Há a indicação do nobre Vereador. Quanto aos

serviços indicados, a Ilume tem buscado suprir com os recursos próprios, tanto é que, nesse ano, nós estamos buscando apoio de S.Exas. Por exemplo, quanto ao Serviço Funerário, precisamos de emenda para uma obra ou para uma melhoria. Então, vai ser muito mais necessário, para que a gente melhore o serviço, faça investimentos com recursos que hoje, infelizmente, não conseguimos suprir com recursos previstos para ao serviço funerário.

Nomura, nobre Vereador, que tem sido muito parceiro e dialogado muito conosco em relação aos serviços da nossa Secretaria, o Plano Diretor – não me chegou ao conhecimento de que houve um acordo para que fosse suprimido ou determinado. Até porque nós temos um contrato com as concessionárias, as quais têm obrigações contratuais.

Então, transbordo, implementação do aterro ou alternativa, estação de tratamento dos resíduos de saúde, recursos para ampliação e melhoria da coleta seletiva e da reciclagem, e nós cobramos das empresas que, no cronograma acertado no contrato, possam executar.

A empresa Loga comprou uma área ali na Vila Jaguara.

Por reivindicação dos nobres Vereadores, eu entendi que fosse importante suspender a audiência pública que a Cetesb exigia e que já estava marcada. Estava um debate, e a comunidade estava querendo dialogar mais. Achei por bem solicitar que fosse feito um adiamento para que a gente pudesse concluir os debates.

Agora, nós temos uma situação: a empresa comprou essa área. Ela tem a obrigação de fazer isso para cumprir os prazos contratuais. Lá, o que a empresa nos informou: era um distrito considerado de Zona Industrial.

Bom, mas tem casas lá. Tem uma ocupação irregular e uma ocupação regular. Então, nós estamos fazendo esse debate.

Se o Plano Diretor determina que lá não vai ser possível implantar, evidentemente, que nós vamos ter que buscar alternativas. Por exemplo: o contrato determinava que fosse feito um aterro na zona Norte. Até hoje, a Administração não conseguiu licenciar uma área para fazermos o aterro, o que nos obriga a levar os resíduos coletados no agrupamento Noroeste

para a cidade de Caieiras, tendo um custo para a Cidade, que é o transporte, a logística e o aluguel do aterro.

Provavelmente, na minha opinião, vamos ter muita dificuldade para licenciar uma área para o aterro, até estou buscando abrir um debate para buscar uma alternativa a esse aterro. Por que não um Ecoparque, por exemplo? A empresa tem disposição para fazer isso e, talvez, seja a opção ambientalmente mais adequada e assim, a gente pode até aproveitar melhor os resíduos. Esse é um debate que está aberto, e temos a disposição para dialogar, seja na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre áreas contaminadas.

Mas, em relação à Estação da Ponte Pequena, nós temos toda a segurança de que ali todas as providências foram tomadas para que não houvesse problemas do ponto de vista ambiental para a população do entorno. Inclusive, a creche foi encapsulada. Aliás, o Presidente Silvano Silvério esteve aqui nesta semana na Comissão para prestar todos os esclarecimentos necessários. Mas, é evidente que nós estamos atentos à produção da CPI e todas as recomendações e sugestões que a CPI fizer nós vamos levar em consideração.

Em relação à iluminação pública, a PPP, nós optamos - em vez de contratar uma assessoria técnica particular, fazer uma licitação, até porque ia demorar. Tivemos sugestões de contratar o Banco Mundial etc. para fazer os estudos, mas - por buscar o conhecimento do mercado porque tínhamos muitas sugestões do mercado, das empresas que trabalham nessa área de iluminação, no sentido de que tinham sugestões a dar para uma melhoria e uma modernização da iluminação pública. Então, fizemos um chamamento, no ano passado. Trinta e quatro empresas foram homologadas para fazerem estudos, nessa área de uma possível concessão de serviços, da modernização. Recebemos 11 estudos, dos quais 5 estavam completos, na área de finanças, da modelagem técnica, modelagem econômica e das garantias. Com base nesses estudos, a Comissão presidida pelo meu querido amigo - e tenho muito orgulho de tê-lo como parceiro e Secretário Adjunto Dr. Renato Gonçalves - com a presença do Presidente do Ilume, da nossa procuradora Dra. Alessandra, e especialistas,

contratamos a SP Negócios para nos ajudar com a modelagem econômica e jurídica, e tivemos ainda parceria do BID. O Prefeito gostaria de ter um selo internacional para dar todas as garantias de que essa modelagem, de que essa licitação que estamos querendo, que estamos colocando em andamento, pudesse estar cercada de todas as garantias e preocupações.

Optamos, conforme será explicitado na audiência pública do dia 13, sugerimos a licitação pelo menor preço, a melhor contragarantia, contraprestação. Qual a preocupação? Será que não corre o risco de uma empresa vir, mergulhar o preço e ganhar a concorrência pelo menor preço e depois não ter condições de executar? Aí optamos por fazer inversão de fases para exigir garantias. Essa pergunta é muito importante, a garantia de que as empresas que ganharam as concorrências tenham condições de executá-lo. Então, elas já prestaram serviço na área? Elas têm capital? Nossa ideia é afugentar os aventureiros, que podem mergulhar o preço e depois criar problema como já houve problemas dessa natureza na história da Administração.

As garantias que nós solicitamos, e agora na audiência, se for o caso, elas poderiam ser modificadas, mas as exigências são em relação a não permitirmos que algum aventureiro mergulhe preço e ganhe a licitação. Ele pode por um preço mais baixo, mas nós vamos ver se, de fato, as empresas têm condições de executar. As exigências que colocamos no edital são essas e com essa fundamentação.

Agradeço muito às perguntas feitas, e vou passar ao Silvano que pudesse concluir com as perguntas. Se necessário, depois podemos mandar por escrito, se for o caso.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) –** Tem a palavra...

**R –** Bom, para complementar, quanto à fiscalização até 2012, de fato, tinha alguns processos na Amlurb e em 2013 tomamos a providência de encaminhar todas as multas às empresas dos indivisíveis. Basta ler no Diário Oficial a quantidade de multas aplicadas às empresas, todo dia. A quantidade é muito grande de multas aplicadas. De fato, nós aplicamos as multas, o Secretário explicou qual o procedimento para permitir a ampla defesa, mas talvez,

Vereador Ricardo, não está no sistema, não constam as multas aplicadas às empresas dos indivisíveis. Nós abatemos a multa na fatura que pagamos. Fiz levantamento na Amlurb, foram aplicadas e cobradas da Inova, 250 multas em 2014, valor 180 mil reais; e da Soma, foram 350 multas no valor de 201 mil reais. Esses valores não entram no sistema, a que entra é a de posturas. A Amlurb faz a partir de 2013 trabalho muito forte de fiscalização, multas. Em que pese à dificuldade de penalizar a empresa, essa é a única garantia que temos em contrato.

Não sei se respondi a sua indagação.

Em relação aos valores administrativos, avaliando a execução orçamentária de 2014, devemos em 2014 concluir com gasto da execução orçamentária de 8,601 milhões de reais, da rubrica Administração da Unidade. E no ano de 2015 a nossa previsão é 11,950 milhões; e a variação que é da ordem de 3 milhões e pouco de reais, são duas as naturezas principais. Primeiro, algumas nomeações feitas no primeiro semestre de 2013, não haviam sido nomeados todos os comissionados em Amlurb, eles deixaram de onerar o orçamento de 2014, vão entrar plenamente em 2015. Aumenta então um pouco. E a outra foi a frota, que antes onerava recursos da Secretaria, deixou de onerar, e foi transferida para Amlurb. Antigamente, Amlurb era Limpurb, havia um gasto de frota que era de lá. Então o grosso tem a ver com essa natureza.

A parte da Prodam, são 1,850 milhão. E os serviços que ela presta a Amlurb são muito importantes porque há alguns sistemas que permitem fazer todo monitoramento e pesagem de todos os resíduos que entram nas unidades de aterro, eventualmente de triagem em toda a cidade. Imaginem a cidade de São Paulo, com a quantidade de unidades que tem, todo caminhão que entra – seja em unidade de transbordo, de aterro – é monitorado, é pesado o resíduo e vai para um sistema que tem de ser público. É importante a manutenção desse sistema – Siegel e o Siscor -; o sistema da folha de pessoal e outro que entra este ano para monitorar todo cadastro de transporte de resíduos, basicamente da construção civil, que vai permitir que monitoremos e façamos uma melhor fiscalização do serviço.

Informo ao Vereador Nomura que como resultado da CPI das Áreas Contaminadas, o pessoal da Amlurb esteve na creche fazendo vistoria. De fato, constatamos que toda creche é encapsulada, não há problema. A única coisa é que há árvore e onde há árvore plantada não pode encapsular, não é de acesso. Talvez o que pode acontecer, é estar acontecendo eventualmente um banco de areia em cima do concreto encapsulado, mas checamos. Então, não há procedência naquela sua preocupação que é, de fato, preocupação importante.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Agora passo a palavra aos inscitos.

**O SR. RICARDO NUNES** – Presidente, ele precisa me responder. Desculpe, mas esse dado eu preciso ter. Ampliação e melhoria da infraestrutura da coleta seletiva, fonte 02, 39 milhões, executado zero.

**R** – Dá para explicar. É porque já vinha desde 2008 um gasto, previsão orçamentária com recursos do PAC para galpões de triagem. O que aconteceu é que os recursos dos galpões de triagem eram recorrentes, recursos de fonte do Governo Federal via Caixa Econômica para implantação dos galpões de triagem, com custo muito alto. Para ter uma ideia, cada galpão de triagem estava estimado em 4 milhões e poucos mil reais, eram alguns que não se viabilizaram. Mas em função da ampliação dos galpões de triagem, dos mecanizados, que nós demos conta de fazer na cidade, só para ter uma ideia, cada galpão desses tinha a previsão de triar 4 toneladas/dia. Com as duas centrais implantadas, da Ponte Pequena e da Carolina de Jesus, estamos triando 500 toneladas/dia contra em torno de oito galpões que nos permitiriam triar 20 a 30 e poucas toneladas/dia. Então, seria um custo muito alto para o Município e, em virtude da indisponibilidade de áreas desapropriadas para essa finalidade, achamos por bem não prosseguir, até porque os prazos da Caixa Econômica acabavam sendo muito curtos e não viabilizava.

Então, dos 46 milhões que constam no Orçamento de 2015, cinco milhões aproximadamente são para o convênio das Senais, a que o Secretário Simão Pedro se referiu, e também 48 milhões de recursos para a modernização do BNDES. Esses recursos de 39

milhões não causaram prejuízo para o Município.

**O SR. RICARDO NUNES** – Mas serão em 2015? Os 46 vão ser realizados?

**R** – Vão ser realizados. Isso já está praticamente certo.

**P** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Okay.

**O SR. SIMÃO PEDRO** – Vereador, o Silvano acabou respondendo uma questão que o nobre Vereador colocou, ou seja, por que o Orçamento da Administração-Secretarias, principalmente o quesito pessoal permaneceu o mesmo? É que há transferência de encargos de pessoal que estavam na Secretaria e que passaram para a Amlurb e com isso se deu esse equilíbrio, essa manutenção, essa ideia de que permanece o mesmo. Ou seja, a pergunta é: por que não tem previsão de reajuste, etc. Percebe-se que cresce um pouco o gasto na Amlurb e diminui o nosso na Secretaria.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Perfeito. Está comunicado. Encerrou sua fala, Relator?

Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro.

**A SRA. MARIA DO SOCORRO** – Simão Pedro, eu quero saber da praça. Eu quero saber do telecentro. E a iluminação, porque lá até hoje eu não vi todo o equipamento que você falou no Conjunto Habitacional Águia de Haia, Cidade A.E. Carvalho, Vila Ramos, perto do X do Morro, Vila Nova, certo? Nada temos lá. A praça. Por que você inutiliza a praça e usa os idosos para conservação, arranjando uma maneira, uma autoestima? Porque tenho certeza de que na hora em que vocês olharem para a população ganharão muito mais.

Sobre a Amlurb, o lixão, a praça tem... Se você quiser ir lá irá ver, só tem uma e estou admirada. O subprefeito está de parabéns, durante 25 anos o primeiro subprefeito que nos olhou foi o Maurício. Eu não puxo o saco dele, não. Mas foi o único que foi até o Conjunto Habitacional Águia de Haia, andou pela favela e viu nossas necessidades. Limpou uma praça que há 28 anos ninguém enxergava e que desemboca na Caititu e uma praça que era depósito

de animais e lixo.

Agora, eu pergunto, atrás do Assai tem um depósito de lixo. Têm documentos em todos os setores. Até hoje ninguém tomou as providências e têm documentos da Petrobrás e da Eletropaulo e o subprefeito mostrou as multas.

É depósito de lixo. Houve epidemia da dengue e epidemia de ratos.

Dentro do conjunto tem o terreno do CDHU há mais de 9 anos abandonado. Temos documento também. Lá é uma cracolândia.

Será possível que não é do interesse de vocês enxergar? Porque se tem um que ajuda, tem mais de 100 que prejudicam.

O Telecentro não tem nada.

Não existe nada na praça. A não ser que vocês queiram colocar para ser roubado.

Eu, Maria do Socorro, que estou falando. Eu não acredito em Papai Noel.

Nós temos o Itaqueirão, Parque do Carmo, Cidade Líder, José Bonifácio e a nossa Itaquera. Pergunto: onde é que vocês estão colocando todos esses benefícios que a gente não enxerga? Quero resposta, porque enquanto eu estiver aqui, vou lutar. Acredito que um dia a dignidade de vocês vai olhar pros menos favorecidos. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** – Obrigado, Vereadores Dalton, Nomura e Ricardo; Beto Custódio e Simão Pedro.

As perguntas são muito tópicas, envolvendo, primeiro, uma questão conceitual e muito grave, porque, infelizmente, o Plano Plurianual aprovado no primeiro semestre está com muito problema.

É inacreditável, absurdo e incongruente, que estejamos discutindo uma Pasta importante dessas, por quase duas horas, que envolve assuntos de limpeza, coleta seletiva, Telecentro, iluminação e funerária, e todos esses temas estão na página 23 do PPA, como órgão responsável da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e não, à sua Secretaria de

Serviços.

Realmente, a sua Secretaria está subordinada à SDU em todas essas discussões. Realmente, é uma coisa assustadora. Essa submissão até 2017 em assuntos tão específicos, tão sérios da sua Pasta na SDU, do Secretário Fernando Melo, isso deve ser corrigido urgentemente. É um erro conceitual do Prefeito Fernando Haddad e sua equipe e, na minha opinião, vergonhoso e injusto.

Voltando à sua Pasta, falando nos temas que citei, coleta seletiva, iluminação e Telecentro, eu não observo nenhum planejamento para controle social nesses assuntos tão bilionários na cidade de São Paulo.

O senhor que é tradicional, que atua na área da participação popular há anos, não prevê um conselho deliberativo da população em relação a Anlurb, à Funerária e à iluminação? É fundamental, Beto Custódio. A gente atua nessa área há anos e não vê, na Secretaria, uma participação popular efetiva para, de repente, abrir essa caixa preta.

Em minha opinião, como o Vereador Dalton explanou sobre a questão da limpeza pública, os bilionários, é uma caixa preta, uma coisa muito estranha.

A questão da Central de Triagem: eu gostaria de saber quanto custou a do distrito Perus. A verba para 2014 é de 2 milhões e 600 mil reais. Foi executada? Está pronta? Quanto custou? São Mateus: 10 milhões de reais. Está pronta? Quanto custou? E da Sé, região da Ponte Pequena, Ponte Grande e Avenida do Estado? Quanto custou? Está pronta ou não?

Por fim, para terminar, quero registrar outra coisa incrível: o serviço funerário caiu 20 milhões de reais; de 136 para 116 milhões de reais. Realmente, a funerária que as pessoas vêm, se organizam, que tem dificuldades, perde 20 milhões de reais. É, realmente, muito triste, muito lamentável.

Também na questão da iluminação observamos algumas incongruências – por sinal. Para a Vila Mariana, Moema e Saúde, está prevista, para 2014, uma verba de 68 mil reais. Para o triênio seguinte, 204 mil reais e, para 2015, para a mesma região, 250 mil reais.

Quer dizer, para os outros dois anos vai ficar com zero?

A Conselheira Socorro disse muito bem: vocês têm que esmiuçar o que serão os 578 mil para Itaquera, o que será para o Parque do Carmo, para a Vila José Bonifácio, para a Vila Carmosina e para a Cidade Líder.

Tem que haver transparência nesse orçamento de iluminação, porque é um dinheiro importante que está sendo gasto. Claro que o dinheiro aumentou e vocês investiram bastante em iluminação, algo que a gestão Kassab, por meio dos Srs. Dráuzio Barreto e Alexandre de Moraes, não fez. Eles têm que ser chamados aqui, sim, para explicar o que fizeram e o que não fizeram em sua gestão até 2012.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

**O SR. LAERTE BRASIL** – Sou presidente da Federação Unida dos Municípios, Trabalhadores e Empreendedores da Cidade de São Paulo, Uni São Paulo Trabalho e Empreendedorismo. Primordialmente, quero saudar a Presença ao Sr. Secretário Simão Pedro, aos Vereadores presentes, dos presentes e dos internautas, mobilizados para ouvir e debater a peça orçamentária de 2015.

Há uma central que está sendo constituída para defender a população e desenvolver políticas públicas com os órgãos públicos legislativos e executivos, tanto em nível municipal como no estadual e federal.

A Secretaria teve um avanço, deu um salto para o futuro nos dois anos em que o Secretário está à frente da gestão, representando 22 anos das administrações anteriores, que deixaram sucateado todo o sistema de serviço público da cidade de São Paulo.

Sobre as bocas de lobo e galerias. A cidade de São Paulo tem cerca de 1 milhão e 115 bocas de lobo e galerias. Não são bem galerias, são manilhas que, durante os 25 anos de regime militar, foram sucateadas pelos militares, que deixaram todo o serviço à mercê. No Governo Serra e no Governo Kassab, num processo de “gatunagem”, esses dois sucatearam e

limparam os bolsos da população paulistana, aprovando orçamentos de limpeza dessas bocas de lobo, que foram construídas com tecnologia atrasada – hoje, a cidade de São Paulo não aguenta 20 minutos de chuva. Eles aprovavam orçamentos, não executavam os serviços e faziam gatunagem, desviando todas as verbas aprovadas e hoje a cidade de São Paulo está passando por um grande processo de desenvolvimento de limpeza urbana.

Outra questão são as Praças Digitais. Apresentamos o programa Praças Digitais no GT de Metas do Governo Haddad e inclusive nas 32 audiências sobre o Plano de Metas. Hoje, a cidade de São Paulo é comparada a um país como o Uruguai. Defendemos que, para construir uma nova sociedade voltada ao mundo do trabalho e empreendedorismo, é preciso investir em políticas públicas para formação de um novo cidadão que hoje é a criança, o adolescente, a juventude. As Praças Digitais servirão extraordinariamente de informações para essas ações.

Sobre o problema do lixo, Secretário, dentro de 90 dias, quase cem milhões de bitucas serão jogadas nas ruas da cidade de São Paulo. Essas bitucas vão para os bueiros, para o lençol freático, contaminando-o e causando vários danos de saúde à população. É preciso, então, que a Secretaria desenvolva um programa de educação para os munícipes da cidade de São Paulo, instale lixeiras de material resistente, para que os vândalos não possam queimar e quebrar, como vem acontecendo e digitalize o sistema de limpeza para que o munícipe, através de seu computador, tablet ou celular, possa acessar e ver a hora em que o carro está vindo, evitando que ele jogue lixo fora do horário.

Era o que eu tinha a dizer. Obrigado pela palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Secretário, rapidamente, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. SIMÃO PEDRO CHIAVETTI** – Respondendo às perguntas, a Dona Socorro foi vitoriosa numa reivindicação que escuto desde o ano passado. O Prefeito acabou de lançar, e participamos disso, do programa Praças Mais Cuidadas, que prevê a contratação de

aposentados, de pessoas para cuidar das praças. Obviamente, é o aperfeiçoamento daquele programa de zeladores de praça. Está prevista a contratação do zelador, de preferência pessoas idosas, aposentadas para cuidar de mais 650 praças. Esse programa é capitaneado pela Secretaria do Trabalho, mas tem a participação da nossa Secretaria e da Secretaria das Subprefeituras. Acho que é um bom programa, que contempla bem uma preocupação que a senhora tem, porque o idoso é uma pessoa produtiva, que pode continuar contribuindo com a Cidade. Esse programa vai nos ajudar porque o idoso pode verificar, por exemplo, se uma lâmpada queimou, se o *wi-fi* não está funcionando, se houve algum problema. A nossa Secretaria tem um interesse grande nesse projeto.

Sobre as Praças Digitais e Telecentros, estamos implantando as Praças Digitais. Há 79 funcionando nesse programa inédito, novo, que oferece internet com qualidade. Eu mesmo tenho andado pela Cidade e vistoriado algumas. Tenho recebido críticas e sugestões, mas, de uma maneira geral, o que a imprensa tem feito é elogiar o programa, a iniciativa. Não é fácil, mas vamos ter 120 praças ou parques com internet grátis e de qualidade. Isso é algo inédito em São Paulo, talvez um dos maiores programas em termos de grandes cidades. O João Cassino, que tem uma equipe muito boa, está capitaneando esse serviço. Vamos ter depois o grande desafio de como ampliá-lo, porque o Prefeito determinou que implantássemos internet em pelo menos uma praça por distrito para não ocorrer de uma região ser privilegiada em detrimento de outra. Por exemplo, em Itaquera, no Distrito de José Bonifácio, a Praça Brasil; no centro de Itaquera, aquela praça da antiga estação de serviços; na Cidade Líder, a praça da Avenida Líder; na Cohab I, Artur Alvim, a Praça Diva; e assim será em Parelheiros, na Brasilândia, no Butantã, etc. Evidentemente, no centro, onde circulam 2,5 milhões de pessoas por dia, vai haver pontos em maior número.

Sobre os Telecentros, o convênio é uma parceria e, portanto, exige uma contrapartida. Então, não posso obrigar uma entidade a fazer o convênio. Chamamos todas as entidades que tinham convênio e propusemos ampliar a parceria, inclusive repassando

recursos para pagamento de contabilistas para contratação, já que a empresa que prestava serviço para a Prefeitura durante muitos anos entrou no Cadin e não pudemos renovar o contrato porque a lei não permite. Por isso o fechamento. Mas 89 entidades responderam o nosso chamado e assumiram o compromisso e agora está funcionando muito bem.

Temos, agora, que buscar uma alternativa para contratar para os Telecentros diretos. Inclusive é bom todos saberem que a Universidade Aberta do Brasil, com cursos universitários que funcionam nos CEUs, funciona também nos Telecentros. Aumentamos o número de máquinas de 20 para 50, as melhores, e fizemos parcerias. Então, durante a noite e nos sábados, há cursos da Universidade Aberta e durante o dia é liberado para as pessoas. Para isso, contratamos monitores com programa da Secretaria do Trabalho e agora vamos lançar um edital para contratação e estamos pedindo autorização das Secretarias para reabrir gradativamente os 48 Telecentros, que eram diretos, mas não eram dentro de CEUs e bibliotecas. São equipamentos que eram da Cohab e agora vamos reabri-los todos para que o programa volte a funcionar com novos conteúdos, com cursos Pronatec, com o Redes e Ruas e em parcerias importantes para que a juventude e também os idosos possam sentir atração por esse programa.

A Praça Digital não vai substituir o Telecentro. É lógico que, cada vez mais, o cidadão passa a usar a internet por aparelhos móveis. A Praça, então, tem uma função, enquanto o Telecentro tem outro, tem curso e atividades, que também teremos nas Praças

Sobre essa denúncia que a senhora fez, eu pediria para que nossa assessoria anote o endereço do local. Estamos combatendo os pontos viciados e já pegamos quase quatro mil pontos de lugares viciados, onde há descarte irregular. Temos feito blitzes, temos exigido parceria melhor com as subprefeituras e, em muitos lugares, reduzimos em mais de 30%. Quem sofre muito são as subprefeituras de fronteira, como Itaim Paulista e São Mateus, mas pretendemos, com o novo contrato, aumentar o serviço do Cata Bagulho, que hoje é feito de quatro em quatro meses, para 15 em 15 dias. Por isso, para esse novo contrato, estamos

umentando o número de Ecopontos.

Sobre o Plano Plurianual, perguntado pelo Fábio, eu não tenho essa informação, mas vou verificar. Sobre as centrais mecanizadas, implantamos a primeira na Ponte Pequena ao custo de 23 milhões para a concessionária, já está embutido na tarifa, e aproveitamos o espaço e o local já existentes; então, não precisamos investir para construir galpão. Já a da Santo Amaro, gastamos cerca de 34 milhões, porque pressupôs-se a terraplanagem, a fundamentação, a construção do galpão; o maquinário importado da Alemanha e da França custou mais ou menos uns 20 milhões, e o restante foi para implantação. Mas, repito, não houve dinheiro do orçamento, já era o dinheiro previsto no contrato para equipamentos para ampliar a coleta seletiva e a reciclagem. Está prevista a construção de mais uma dessas na região da Vila Maria e outra na região de São Mateus.

Em relação ao orçamento do Serviço Funerário, não houve redução. O problema é que houve uma previsão orçamentária inadequada, houve um aumento. Eram 120 milhões em 2013 e passou para 186 milhões em 2014, mas estava previsto um reajuste muito alto do serviço. Aliás, consultei o Prefeito e tomei a decisão de não dar um reajuste tão alto porque temos que fazer isso gradativamente porque senão a população sofre. Então, de fato, há preços e serviços que estão com o custo muito baixo. A Dra. Lúcia está fazendo todo um levantamento de custo para que tenhamos preços públicos adequados; se for necessário, vamos fazer uma adequação. Estamos lançando novos produtos de serviços para recuperar receita, mas recuperando junto a qualidade, está certo? Para a gente não ter mais aquela notícia de que o cidadão procura um serviço particular porque o Serviço Funerário, que é monopólio, é mau. Então, há uma série de coisas que precisamos melhorar.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Quer dizer, Secretário, que não dá para morrer, não é? Não quero nem entrar nesse debate, porque, na verdade, existia um projeto de lei, que tramitava há 4, 5 anos, para melhorar. Porque a burocracia é complicada. Nem quero falar disso, perdi minha mãe no dia 14 passado, mas o povão sofre.

**O SR. SIMÃO PEDRO CHIOVETTI** – Sofre, evidente.

**P** – Até a última hora. Então, existia um projeto de lei. O grande debate é se privatiza ou se não privatiza. Sou a favor de não privatizar...

**R** – Eu também não.

**P** - ... porque tem que ter dignidade até na hora da morte. Quanto a isso, nem vou entrar no debate, senão não vamos encerrar. Era isso, Secretário.

**R** – Para encerrar, só para dizer que sou contra a privatização porque, pelos exemplos de privatização em outras cidades, vimos que o serviço não melhorou. Acho que tem que terceirizar muita coisa, algumas não têm sentido. Vou dar um exemplo. Estamos licitando mais 40 carros com motorista, e temos uma briga com o Governo do Estado – era bom os cidadãos saberem -: o Serviço Funerário presta um serviço hoje que deveria ser do Estado. Aliás, a justiça já determinou que seja devolvido para o Estado o serviço de transporte de corpos para o Serviço de Verificação de Óbitos. Era do Estado, houve a greve de 99, a Prefeitura assumiu provisoriamente e ficou. Como prefeitos anteriores procuraram o Estado para que ele voltasse a prestar esse serviço, o Governo do Estado entrou na justiça, que determinou que volte. Para vocês terem uma ideia, nós poderíamos liberar mais de 40% das viagens para fazer aquilo que é dever do Município, que é pegar o corpo lá no IML e fazer o serviço funerário, e não ficar, por exemplo, pegando na casa e levando para o Serviço Funerário, que não é atribuição nossa, mas da Secretaria de Segurança Pública. Mas, por enquanto, temos que fazer, e isso tem nos prejudicado em relação a tempo. Mas estamos lutando para melhorar a qualidade com uma série de iniciativas.

Agradeço muito a presença de todos vocês que nos prestigiaram, agradeço muito a participação e as perguntas que os nobres Vereadores fizeram, bem como a participação e perguntas dos cidadãos. Por último, quero colocar nossa Secretaria à disposição. Se necessário, podemos voltar a esta Casa para que as coisas fiquem bem explicadas; e pedir a aprovação do nosso orçamento para que possamos, no ano que vem, prestar um serviço cada

vez melhor para a nossa população nessas áreas pelas quais sou responsável. Muito obrigado.

(Palmas)

**P** – Vou encerrar. Antes, quero dizer que sou a favor que o Serviço Funerário tenha uma taxa única para os serviços. Só há uma coisa de que vou discordar pela última vez aqui. Não costumo falar de política, pois estou presidindo uma audiência pública, mas, Secretário, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, vocês não fiscalizam nada. É mais fácil cair água na Cantareira do que ter uma CPI lá, Secretário.

**R** – (Risos) Mas, aí, o senhor está me jogando uma responsabilidade.

**P** – Só fiz um comentário em respeito ao meu colega do PSDB. Isso é sinal de que o Governador tem força. Então, está encerrada a presente audiência pública.

Não vou antecipar agora. Primeiro, vou ouvir o Tribunal de Contas, rapidamente, pois as questões não são tantas e tão complexas. Fica adiada a audiência pública do tribunal para mais tarde nesta Casa. Aí, ouviremos, por acordo, a Secretária da Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, Marianne Pinotti, que está presente. Logo em seguida, o Tribunal de Contas.

Os trabalhos estão suspensos por um minuto.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Dalton Silvano.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Ouviremos agora o representante do Tribunal de Contas do Município para falar sobre o Tribunal de Contas e sobre o Fundo do Tribunal de Contas do Município. Presentes, Sr. Rodrigo Pupim de Oliveira, Secretário Geral; Claudio Figo, Subsecretário Administrativo e Noé D'Agostini, Coordenador Financeiro.

Passo a palavra ao Sr. Rodrigo para que faça sua apresentação inicial.

**O SR. RODRIGO PUPIM DE OLIVEIRA** – Boa tarde, nobre Vereador Dalton Silvano, nobre Vereador Aurélio Nomura e a todos os presentes. Falo em nome do Tribunal de Contas do Município e farei uma brevíssima explanação, um resumo sobre a nossa proposta orçamentária. Conforme divulgado no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* de 2 de outubro de

2014, o orçamento do Tribunal para 2015 é de 268 milhões, 920 mil, que corresponde a cerca de 0,5 % do orçamento do nosso município e traz um acréscimo da ordem de 6% em relação ao orçamento atualmente vigente, o que seria o correspondente ao índice inflacionário oficial estimado para este ano. Cabe esclarecer que o valor está abaixo dos limites máximos, que são definidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que são aplicáveis ao Poder Legislativo. Já o orçamento do nosso fundo apresenta uma redução em sua expectativa de receita e, portanto, também de despesa de cerca de 5% e monta a 2 milhões, 850 mil.

Como se vê, o orçamento do fundo corresponde a 1% do orçamento do Tribunal e visa a prover as condições necessárias para a expansão e o aperfeiçoamento das atividades do Tribunal, principalmente no que se refere à modernização do parque de Tecnologia da Informação e o aprimoramento dos servidores por meio de treinamento e qualificação.

Devido às características do nosso órgão, eminentemente técnico, 92,34% do orçamento consolidado se refere a despesas com pessoal, inclusive obrigações patronais. A esse percentual se somam outras despesas, que são destinadas a consumo, 0,28%, a serviços, 4,58%, e à mobilização, 0,74%, e outras.

No ano de 2013, a execução do orçamento foi próxima de 74% do autorizado; esse percentual pode se repetir este ano. A diferença entre os valores entre os valores que são autorizados e o executado ocorreu principalmente em função da existência de 226 cargos vagos; desses, 199 devem ser providos por concurso público, em fase de estudos, mas que deve ser realizado no ano de 2015. Além disso, a administração do Tribunal vem trabalhando para economizar, racionalizando as despesas e negociando principalmente os índices de reajuste dos nossos contratos de prestação de serviço.

É esta, Srs. Vereadores, a minha rápida explanação quanto ao orçamento do TCM.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – O.k. Tenho só uma pergunta em relação ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Contas, pois vejo que a verba foi reduzida.

Gostaria que o senhor explicasse o item “expansão e aperfeiçoamento das atividades do Tribunal de Contas”.

**O SR. RODRIGO PUPIM DE OLIVEIRA** – O Fundo foi instituído pela Lei Municipal 15.025/09 e prevê a arrecadação com taxas decorrentes do pagamento de consignações e outros descontos em folha de pagamento do Tribunal e a utilização do espaço do Tribunal para agências bancárias. Esse valor é revertido para a modernização administrativa. Então, há cursos de treinamento para os servidores, aprimoramento da parte de informática e tecnologia do Tribunal; tudo previsto conforme essa lei.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – O.k. Tem a palavra o Relator, Vereador Ricardo Nunes.

**O SR. RICARDO NUNES – Duas questões só. (53)**

Duas questões só: manutenção do sistema de informação e comunicação, de 200 mil reais para 225 mil reais. Vocês usam lá só o sistema da Prodam ou usam outros sistemas?

**O SR. RODRIGO PUPIM** – Nós temos contrato.

**O SR. RICARDO NUNES** – Com a Prodam?

**R** – Com a Prodam e com terceiros.

**P** – Com terceiros também?

**R** – Sim.

**P** – Ah, tá. Você sabe dizer o percentual do custo com terceiros e Prodam? Só para esclarecer: estou fazendo essa pergunta porque, por exemplo, se pegamos Secretaria de Relações Internacionais, tem 50 funcionários, em número redondo, e gasta 300 e poucos mil. O Tribunal de Contas, que tem um número gigantesco de funcionários, usa o sistema de forma constante, até porque a atividade assim o exige, de controle das contas, e gasta bem menos. Na verdade, é até um elogio. É só para fazer um comparativo com outros órgãos. Então, o custo que vocês têm para manutenção do sistema de comunicação e informação é de 220 mil

reais para quantos funcionários?

**R** – Atualmente, temos cerca de 600 funcionários.

**P** – Então, vocês devem negociar bem com a Prodam.

**R** – Sim, fazemos o possível.

**P** – Vocês têm auditado os contratos da Prodam com as demais Secretarias?

**R** – Sim, existe o Plano Anual de Fiscalização, e a Auditoria, com certeza, seleciona alguns desses contratos, senão todos, para fiscalização.

**P** – É que percebemos casos de *per capita*, por número de funcionários, de 1.500 reais, 500 reais... Parece-me bastante abusivo.

**R** – Acredito que deva haver uma explicação técnica. Eu não saberia dizer qual.

**P** – Com relação ao aumento de pessoal com encargos sociais, de 237 milhões, para 250 milhões, você falou que havia 226 cargos vagos. Serão preenchidos uma parte por livre provimento e outra por concursados, não é?

**R** – Exatamente. O Tribunal está com seus quadros defasados em número de funcionários. Estamos fazendo um estudo para verificar qual é o perfil adequado para o preenchimento desses cargos, e a previsão é que, em 2015, seja realizado o concurso.

**P** – Certo, está previsto aqui. Para quantas vagas?

**R** – Ainda não está certo. Acredito que cerca de 80% dos cargos vagos.

**P** – Ok. Acho que, de minha parte, já não tenho muitas dúvidas com relação ao Tribunal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Vereador Aurélio Nomura.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Eu gostaria apenas de ouvir dos senhores o seguinte: a Prefeitura está com previsão de contratar de 300 a 600 analistas para verificação, através da Controladoria, de fiscalização dos funcionários públicos municipais, como também dos contratos em andamento pela Prefeitura. Parece-me, salvo melhor juízo, que essa operação vai custar mais de 200 milhões nesses próximos dois anos. O salário menor de 9 mil reais e

deve ir até mais de 20 mil reais, até o teto. Minha pergunta: o Tribunal de Contas não faz esse tipo de fiscalização? E há necessidade de fazer esse tipo de contratação para preencher a lacuna que deveria, em princípio, ser competência do Tribunal de Contas do Município? E da Câmara Municipal também.

**O SR. RODRIGO PUPIM DE OLIVEIRA** – Vereador, agradeço a pergunta. Realmente, há uma disfunção nesse sentido. Contudo, as competências são diversas. A competência do Tribunal de Contas do Município, como órgão de auxílio ao Legislativo, é um controle externo. Há suas próprias competências, principalmente quanto à legalidade e à economicidade. A Controladoria exerce um controle interno. Em alguns pontos, se confundem, mas em muitos são diversos.

**P** – Mas não faz controle com relação a valores? Quanto a isso não faz absolutamente nada?

**R** – Não. Acredito...

**P** – Não tem uma planilha de controle se existe um valor excessivo ou não ? Isso não existe?

**R** – Essa competência é do Tribunal de Contas. Quanto à economicidade dos contratos, é do Tribunal de Contas.

**P** – Não, o senhor acabou de falar que não. Poderia me repetir a competência?

**R** – A competência do Tribunal é controle externo. A legalidade e a economicidade dos contratos. Controladoria é controle interno, principalmente quanto à atuação dos funcionários, à questão da moralidade. São competências...

**P** – Mas vai verificar os contratos também. A Análise vai analisar os contratos em andamento. Por isso a minha pergunta. Vai haver duplicidade de análise?

**R** – Eu acredito que não. São competências diversas, concomitantes, que se complementam em muitos casos.

**P** – Eu não entendi, mas tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Acho que entendi. A Controladoria, que quer ampliar a quantidade de cargos, mas que ainda não foi aprovado, ela resulta em fazer sindicância, procedimento administrativo com relação aos funcionários públicos.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Não, ... Eu só não entendi o que tem a ver a Controladoria com os contratos.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Eu só queria ver se existe a duplicidade de função nessa questão da análise...

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Mas a Controladoria não analisa contrato, né?

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Sim, está constando. O representante da Controladoria veio aqui e fez essa questão. Nós perguntamos anteriormente. Também segue esse padrão da análise dos contratos. É por isso que estou perguntando. Vai haver a substituição da Controladoria pelo Tribunal de Contas? É o que está me parecendo.

**O SR. RICARDO NUNES** – Presidente, apenas para colaborar. O que escutamos aqui – e acho que é isso que o Vereador Aurélio está falando – é que a Controladoria pretende aumentar o quadro de funcionários para atuar principalmente na economicidade, que é exatamente o que o Tribunal de Contas faz ou deve fazer. E o orçamento para contratar 300 pessoas é de 200 e poucos milhões. E o orçamento total do Tribunal de Contas é de 265 milhões para 600 funcionários. E lá seriam 200 e poucos milhões para 300 funcionários.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Só resta saber – e eu não estava aqui para perguntar – é se a Controladoria vai analisar os contratos inclusive após a assinatura ou antes da assinatura.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Vai analisar a contratação e a execução do contrato. Então, estou levantando a tese de que existe duplicidade, o que me deixa preocupado, porque os valores são altos. Imagino que ou o Tribunal de Contas vai perder a função de fazer essa

análise ou não. Volto a perguntar se não existe duplicidade de análise. V.Exa. afirmou que não existe. Então, era isso o que eu queria ouvir, mas estou sem entender o porquê dessa afirmação.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Não sei se já viu o projeto detalhadamente.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Não. Não profundamente.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Então, acho que é por isso. Então, está bom. Acho que compete aqui, aos Vereadores, diante até do que é colocado, manter ou não esse texto. O resumo da situação aqui é o seguinte: contrata mais 600 funcionários de livre provimento ou não contrata. Quantos são de livre provimento?

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Tudo de carreira?

Era só isso. Não há mais oradores inscritos. Eu gostaria de agradecer a presença do Rodrigo Pupim, Cláudio Figo e Noé D'Agostini.

**O SR. RICARDO NUNES** – Agradeço.

**O SR. RODRIGO PUPIM** – Obrigado pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Então, de comum acordo, vamos à próxima a ser ouvida, Sra. Larissa Beltramin, Secretária Adjunta do Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Sr. Rogério Sottili, que, de comum acordo, será a próxima a ser ouvida.

Com a palavra, Sra. Larissa, dez minutos, obviamente, com a flexibilidade – como falei para o Sr. Secretário Simão Pedro, o senhor pode falar dez ou 15 minutos, pois são várias coisas. A flexibilidade de 15 minutos virou duas horas.

Por favor, faça sua explanação sobre o tema Orçamento, para depois eu abrir às perguntas. Inscrições, por favor, do meu lado direito.

**A SRA. LARISSA BELTRAMIN** – Boa tarde a todos. Em primeiro lugar,

cumprimento o Presidente da Mesa Vereador Dalton Silvano, bem como o Vereador Ricardo Nunes, da Comissão de Finanças e Orçamento.

Saúdo nossa equipe da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, o pessoal da área de planejamento, orçamento, execução orçamentária, bem como alguns coordenadores dos temas que serão expostos, tais como: o Alessandro, da Coordenação de Política LGBT; a Luana, da População de Rua; o Flariston, da Coordenação de Criança e Adolescente; o Mauro, nosso presidente do Conselho da Criança e do Adolescente, o CMDCA.

Agradeço a presença de todos vocês nessa audiência pública sobre o Orçamento, que está tramitando na Câmara e é para o ano que vem.

Preparei para tentar, em dez minutos, apresentar, embora o Orçamento da Secretaria não seja tão alto, a Secretaria coordena políticas setoriais de vários temas, então, essa apresentação é para tentar deixar mais objetiva e também conseguir responder as questões que forem colocadas logo em seguida.

A Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania vem, desde o início do ano passado, com a construção do seu orçamento baseada na implementação do Programa de Metas da Cidade. São 13 metas que estão sob responsabilidade da Secretaria. Passarei o primeiro slide de qual foi a previsão orçamentária de 2014, o valor que foi aprovado o ano passado para esse ano.

- Apresentação de vídeo.

**A SRA. LARISSA BELTRAMIN** – O valor que está em execução é de 57 milhões. Na PLOA 2015, apresentado o Orçamento, 68 milhões, que ele é detalhado em: atividades finalísticas, que são ações do programa de metas da Cidade que são 15,9 milhões; a operação e manutenção dos Conselhos Tutelares, que teve a transição da Administração da Secretaria de Coordenação de Subprefeituras para a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, esse valor é de administração e manutenção dos Conselhos Tutelares da Cidade, são 44 conselhos; administração geral, 23 milhões; e recursos adicionais provenientes de convênios com o

Governo Federal, 11,7 milhões.

Pode seguir, por favor.

Nesses valores, então, vou passar quais são as metas que estão sob responsabilidade da Secretaria e alguns indicativos do detalhamento do que significa o Orçamento.

É importante é, aqui, também relatar: não significa que todo o Orçamento da Prefeitura, nessas temas, esteja, obviamente, na Secretaria de Direitos Humanos.

A Secretaria de Direitos Humanos articula e desenvolve algumas ações finalísticas nesses temas, mas muito do Orçamento, nessas temáticas, nessas políticas – que são os maiores do Orçamento – são orçamentos previstos seja na área de Assistência Social, ou Saúde, Educação, Secretaria de Trabalho e, assim, por diante.

Então, aqui são aqueles orçamentos que computam ações mais de articulação e de realização e execução de projetos complementares às políticas públicas que são transversais e que são de responsabilidade também de outras Secretarias.

Então, aqui, na área de população em situação de rua: 1,3 milhão, projetos, principalmente, de qualificação profissional e acesso à empregabilidade dessa mesma população.

O início dos trabalhos do POT – Programa Operação Trabalho, a partir do ano que vem, também para população em situação de rua, uma ampliação do programa sob responsabilidade da Secretaria de Trabalho, mas que vai ter um esforço, inclusive, orçamentária da nossa Secretaria e a continuidade da pesquisa participativa da população em situação de rua, também prevista nesse orçamento.

Vamos em frente.

Aqui, em relação à Juventude, a meta prioritária é o Plano Juventude Viva. Contemplam-se, aqui, as ações de prevenção da violência nos territórios prioritários que são dez. E ainda contemplam-se ações como estações da juventude, o apoio aos projetos da

sociedade civil e de coletivos, na cidade, de prevenção à violência nos territórios.

O mapa da juventude que tem uma primeira etapa que já está sendo entregue pela Unicamp esse ano. O ano que vem tem uma segunda etapa do mapa da juventude. A manutenção do portal da juventude, que está sendo estruturado junto à Prodam.

O apoio à rede de articuladores territoriais do Juventude Viva.

Há projetos de atendimento psicossocial aos jovens e familiares, vítimas da violência praticadas pelo Estado, bem como atividades do mês da juventude.

É um orçamento municipal de 2,6 milhões. E a fonte federal de convênios na ordem de R\$ 4,6 milhões, referente às pactuações que foram feitas ao longo do ano passado e desse ano e que o recurso entra na conta da Prefeitura para executar a partir do ano que vem.

Seguinte.

Na política LGBT, então, a fonte municipal é de 3,4 milhões e fonte federal 500 mil.

Vejam aqui alguns itens que já estão em andamento e que no orçamento do próximo ano trata do fortalecimento e a reestruturação dos Centros de Referência de Combate à Homofobia, que está indo agora para o Largo do Arouche.

Aqui, vemos: a implantação de um novo Centro de Referência de Combate à Homofobia na zona Leste; implantação de unidades móveis LGBT; o início da implantação do programa Transcidadania; e a realização da Parada do Orgulho LGBT que também compete à Secretaria.

Vamos ao próximo.

A Ouvidoria Direitos Humanos que é o atual Balcão de Atendimento, que é um espaço responsável por fazer orientação jurídico-psicossocial, além de receber denúncias de violação aos direitos humanos na Cidade. Conseguimos, aqui, uma parceria com o Governo Federal, então, 516 mil da fonte municipal, que é a Fonte 00 e a federal que é de 350 mil, para estruturar um Centro de Referência em Direitos Humanos e conseguir fazer a realização de audiências públicas de mobilização para conseguir ter encaminhamentos das denúncias que

são recebidas no âmbito da Prefeitura.

Seguinte.

Educação em Direitos Humanos. É uma meta, a Meta 63. Todas essas outras que passei são metas também. Das 123 metas do Programa de Metas da Cidade 13 estão na nossa responsabilidade.

Aqui é a meta em educação e direitos humanos, principalmente na Rede Municipal de Ensino. São quatro Centros de Educação em Direitos Humanos que têm as atividades desenvolvidas nos CEUs.

Tem também a realização do Prêmio Anual Municipal de Educação em Direitos Humanos, que é no 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, celebrado pela ONU; a realização do Festival Entre Todos, que é na área de cinema, curta-metragem; a produção de material didático junto à Secretaria de Educação para trabalhar tema da Cultura e Direitos Humanos no âmbito das escolas; apoio e fortalecimento das casas de mediação de conflito, numa parceria com a Secretaria de Segurança Urbana, que são as casas, as inspetorias da Guarda Municipal que tem nas regiões, então, fortalecer a política de mediação de conflitos nos territórios; e capacitação de servidores públicos na temática de direitos humanos, que é uma ação junto à Escola Municipal de Administração Pública.

Pode passar.

Na temática do Direito à Memória e à Verdade, é a Meta 64. Esse ano, depois da aprovação da Lei da Criação da Comissão da Verdade - essa comissão começou a funcionar esse ano - os recursos para manutenção são de 1,2 milhões e também mais 800 mil de convênios com o Governo Federal para apoiar o funcionamento dessa comissão.

Então inclui: o apoio à retomada e identificação dos mortos e desaparecidos políticos da Ditadura Militar; vai ter agora, na semana do 10 de dezembro também o lançamento do Monumento do Ibirapuera, o Memorial do Parque do Ibirapuera; e aí os recursos previstos para manutenção; e projetos de Educação e Cultura pelo direito à memória

e à verdade, que são desenvolvidos também junto à Secretaria Municipal de Educação.

Pode passar. Na política para imigrantes, foi criada a coordenação de políticas para imigrantes no início da nossa gestão. Aqui é uma ação desenvolvida junto com a Secretaria Municipal de Assistência Social, que é a implantação do CRAI. É o primeiro serviço de referência e acolhimento em conjunto. Então, os recursos são previstos na fonte municipal, 486 mil; e fonte federal, 1,5 milhão para implantar esse serviço de referência e acolhimento. Já começou a funcionar o acolhimento e a partir dessa semana começam os serviços de referência que são: acompanhamento interdisciplinar; regularização e apoio a feiras culturais e festividades de imigrantes na cidade; mapeamento, que é uma pesquisa para subsidiar a elaboração e monitoramento das políticas públicas para os imigrantes em São Paulo e a qualificação da atenção aos imigrantes por agentes públicos na linha das ações de capacitação e de formação de servidores para um trabalho em que todas as secretarias tenham as especificidades do tema e nas suas políticas.

Pode passar. Em seguida aqui, então, já indiquei no início 17 milhões, que são parte de infraestrutura e funcionamento dos conselhos tutelares, operação e manutenção e política de formação.

Pode passar. Idosos. A fonte municipal, 849 mil e a fonte federal, convênio com o Governo Federal, 200 mil. Aqui também a Meta 69 e a Meta 71 estão previstas no Programa de Metas. Além dessas duas metas, há outras três, que estão na responsabilidade da Secretaria de Saúde - as URSIs – e nas Secretarias de Assistências Sociais, que são as ILPIs, instituições de longa permanência e os centros/dia. Então, essas outras metas da saúde e da assistência social estão no Orçamento, respectivamente, da saúde e da assistência social. No Orçamento da Secretaria de Direitos Humanos fica a campanha de conscientização sobre a violência contra a pessoa idosa e a criação e a manutenção da UAPI – Universidade Aberta da Pessoa Idosa. Então para o ano que vem serão atividades que já estão em andamento este ano, já foram implantados e o ano que vem precisam de manutenção. Também aqui mostra a

realização dos jogos municipais dos idosos. Tivemos agora em novembro o primeiro encontro dos jogos municipais e o ano que vem será mantido. Então já tem garantia no Orçamento. A retomada das oficinas no polo cultural do idoso e um recurso também para iniciar a implantação do Fundo Municipal do Idoso, que é um trabalho que vem sendo desenvolvido junto ao grande Conselho do Idoso e também com a Prodam, porque precisa de sistema de gerenciamento para os projetos futuros.

Pode passar. Conferências. Aqui no nosso calendário, para o ano que vem teremos várias conferências na área de Direitos Humanos e Cidadania. Então têm recursos para apoiar a parte mais de infraestrutura das conferências, políticas sobre drogas, política municipal do idoso, a conferência na área da juventude, imigrantes, conferência LGBT e a conferência da criança e do adolescente.

Pode passar. Órgãos colegiados. Pela política de participação social, que é coordenada pela nossa secretaria. Então, o fortalecimento dos órgãos colegiados também é uma ação que precisa ter um orçamento específico, desde a estruturação, de conseguir reformar o auditório para ter salas de reuniões, equipamentos audiovisuais para o funcionamento das reuniões, atas, tudo mais. Desenvolvimento de mecanismo para o fortalecimento da participação social e formação de conselheiros também, principalmente agora com o advento do marco regulatório das organizações da sociedade civil. Também é uma agenda que a gente precisa ter respaldo orçamentário para desenvolver processos de formação, tanto dos servidores públicos, quanto junto às entidades.

Pode passar. Aqui é o plano de ocupação do espaço público pela cidadania, que é uma ação desenvolvida junto com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e com a Secretaria de Serviços e Secretaria de Cultura. São essas intervenções urbanas e projetos específicos realizados em alguns territórios da cidade. Então é a continuidade do edital Cidadania nas Ruas e o edital Redes e Ruas, que esse ano já estão em andamento para apoiar projetos nas praças; fortalecer a atividade nas praças com a juventude, com a

população, crianças e adolescentes; a execução de projetos territorializados, dando continuidade ao que temos hoje no Largo do Arouche, na Praça da Kantuta e também na região da Luz, no âmbito do programa De Braços Abertos.

Aqui é uma plataforma digital de rearticulação da rede de direitos humanos, formação e capacitação também dessa rede no âmbito do marco regulatório das organizações da sociedade civil.

O festival dos direitos humanos, desde o ano passado, acontece na semana do dez de dezembro. Então, neste ano, será de oito a quatorze de dezembro com atividades de celebração em vários pontos na Cidade e também de levantar a bandeira pelos direitos humanos. É o festival Cidadania nas Ruas. E o caderno explicativo que mostra como coletivos, pessoas e entidades, na Cidade, podem desenvolver atividades nos territórios e conseguir as autorizações da Prefeitura de uma forma mais articulada.

Na política sobre drogas, pela fonte Municipal, temos 80 mil do Governo Municipal e, na fonte Federal, um convênio de 1,2 milhão para apoiar projetos territorializados de prevenção ao uso abusivo de substâncias psicoativas e fazer a pesquisa avaliativa do programa De Braços Abertos, também em parceria com o Ministério da Saúde que deve ser desenvolvido no próximo ano.

A incubadora de projetos sociais é o nosso equipamento que funciona no Cambuci. Ali vemos a estruturação e manutenção das salas da incubadora, o projeto Comunica DH, que é a comunicação em direitos humanos, realização de exposições e oficinas e capacitações ao longo do ano: 271 mil.

Na área de criança e adolescente, há a parte dos recursos do Fumcad. Aqui é importante diferenciar. A Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, nos orçamentos que falei até aqui, são recursos da fonte 00. A fonte 05 é a fonte do Fumcad, que é o Fundo da Criança e do Adolescente, que representa uma unidade orçamentária específica. Vocês podem ver que o orçamento é bem maior do que o da própria Secretaria como um todo, porque são

recursos do fundo. Todos os recursos, ao longo dos anos, doados a partir da doação do imposto de renda, a dedução fiscal, são do fundo e apoiados pelos projetos aprovados no âmbito do Conselho da Criança e Adolescente. Há uma parte do fundo que é de operação e manutenção do Conselho da Criança e Adolescente e tem uma parte do orçamento que é o fundo propriamente dito.

Para o orçamento do próximo ano, tendo em vista o processo da série histórica de execução orçamentária, a operação e manutenção do CMDCA: 3,2 milhões. Vemos ali com algum detalhamento que são atividades de áreas, consumo, serviços de consultoria. No próximo ano haverá também a Conferência da Criança e Adolescente, a eleição dos Conselhos Tutelares, equipamentos e material permanente. E a previsão orçamentária para o fundo, para o próximo ano, é da ordem de 111 milhões.

Aqui é apenas uma apresentação de como vimos participando de todo processo das audiências no âmbito do CPOP, que é o Conselho de Planejamento e Orçamento Participativos, coordenado pela Sempla. Nas audiências públicas das Subprefeituras, incorporamos boa parte das sugestões feitas. Essas três foram recebidas especificamente pela nossa Secretaria e já fazem parte do balanço feito no CPOP, mas nós indicamos também na pauta LGBT a requalificação dos espaços de convivência LGBT no Largo do Arouche, que está com um projeto específico de requalificação.

Na área de imigrantes, foi demandada, nas audiências públicas, nas Subprefeituras, a implantação dos CRAS de forma descentralizada. Na nossa devolutiva, inicialmente, vamos implantar o CRAI com os recursos previstos no CRAI do Centro e conforme a necessidade e a expansão futura, mas não para o próximo ano ainda.

Para os idosos, a campanha de conscientização foi contemplada. Haverá recursos específicos para a campanha de conscientização e prevenção de violência contra os idosos. Há a previsão para isso e vamos desenvolver essa campanha junto à Secom. Houve o início de uma campanha no ano passado. Neste ano, ela não foi ainda fortalecida, mas para o

próximo ano está garantida no orçamento. Foi contemplada essa demanda colocada na audiência pública, também no âmbito do CPOP.

Do orçamento mais geral, de forma mais breve, são esses os temas que a Secretaria desenvolve, que tem orçamento previsto e está no conjunto do orçamento da Administração Municipal, tramitando aqui na Câmara de Vereadores.

Gostaria de agradecer e me colocar à disposição para tirar qualquer dúvidas, alguns questionamentos e colocar toda nossa equipe à disposição, não só hoje, mas permanentemente para o diálogo. Muito obrigada!

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Aproveito para parabenizar a Sra. Secretaria que foi bem objetiva nas questões. A quantidade de projetos que tem estou impressionado. É o dinheiro do povo. Vou fazer uma pergunta. O orçamento de 62 milhões foram aplicados 23, em torno de 30%. Parece-me que em 2014, não foi um ano muito bom para a execução do orçamento. Quer dizer, tem estrutura? Como todos sabem os órgãos da Prefeitura do Município de São Paulo, falo isso por conta até das emendas, é difícil da execução de você fazer convênios, contratar as ONGs, fazer licitação, concorrência, é difícil. A gente perde recurso porque a estrutura da Prefeitura do Município de São Paulo, é muito lenta. Se eu fosse da oposição ia falar que parece um elefante branco e não é culpa do prefeito, da Secretária ou de ninguém. A máquina. Então só foram executados 23 milhões contra 62 orçado. Outra questão que gostaria de abordar lá no Polo Cultural, no Cambuci, que nós, junto com nossa assessoria tivemos uma reunião e queria transformar aquele polo cultural em uma universidade. Qual é o nome da Universidade que queria implantar lá?

**A SRA. LARISSA BELTRAMIN** – O Polo do Idoso, universidade aberta.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Se não ouvir o povo, ai fica difícil. Aí fizemos uma reunião com os idosos. E o mais grave que aconteceu, os idosos de lá que tinha suas atividades nas oficinas, foi tirado a professora deles. Esse é apenas um exemplo. Há vários projetos que a senhora colocou. Peguei um, que por acaso, aqui de passagem vi que foi

lá no Cambuci, agora não sei o que está ocorrendo nos demais polos culturais. Obviamente que o Governo quer colocar um projeto, mas se não ouvir a comunidade, não adianta. De falar: vamos colocar a Universidade aberta! Não queremos. Queremos continuar nossas oficinas. Aí tiraram a professora de dança, tiraram as oficinas. Jamais esqueço do idoso, de corpo presente posso não estar lá, mas minha mente. Está sempre lá. O povo não quis universidade lá. Agora, não sei nos outros bairros. E precisamos voltar com a música, com a oficina do polo cultural do Cambuci, etc. Só duas perguntas...você vai lá e fala na reunião que eu briguei pelo idoso, a lei do (palavra ininteligível) do idoso é minha, tem o Centro de Convivência da Terceira Idade, lá no Parque do Chaves e aí vai, já estou no time.

**O SR. RICARDO NUNES** – Lá na Secretaria Municipal de Direitos Humanos, são quantos funcionários?

**A SRA. LARISSA BELTRAMIN** - São 260 funcionários de carreira, comissionados, estagiários.

P – De uma forma geral, achei bastante interessante que aumentou bastante a fonte de recursos 02, que é dinheiro proveniente do recurso federal, então, nós tínhamos em 2014, 148 mil reais e foi para 471, acho que tem, da nossa parte, os parabéns porque, diferente de outras Secretarias, acaba tirando muito do Tesouro Municipal e buscando poucos recursos federais, acho que era a primeira observação que eu queria fazer, super importante. Com relação à administração de unidades, de 19 milhões foi para 22, se puder depois falar um pouquinho. Também outra observação que na sua Secretaria só tem um milhão de recurso 07, o restante é tudo recurso 00 ou 02. Praticamente vão conseguir fazer todas as atividades porque são recursos, desde que o recurso federal chegue, mas dá para desenvolver todas as atividades.

O Vereador Dalton Silvano comentou da baixa execução, depois se você puder falar, acho que é importante poder entender, mas quero ver se você pode nos explicar, por exemplo, da fonte 00, ações de educações em direitos humanos, fonte 00, de 762 mil para um

milhão e 900, aumentado 152%. O que justificou o aumento porque é fonte 00 para a gente poder ver se mantém aqui e se você pode nos ajudar a remanejar para outras Secretarias que estão aí numa dificuldade bastante grande.

Operação e manutenção dos conselhos e espaços participativos municipais de 200 mil para 403 mil. Você passou ali, mas só para detalhar esses itens é importante.

Outra coisa, operação e manutenção da ouvidoria municipal de direitos humanos. Estão previstos 516 mil reais, da fonte 00, realmente é necessário? A gente não poderia usar a própria ouvidoria do município porque 516 mil do jeito que está o Orçamento hoje, apesar, de que tivemos aí uma sinalização de conseguir fazer a renegociação da dívida do município, mas se a gente pudesse deixar isso para 2016 ou colocar a fonte 07. Eu já vi que você está planejando 350 mil da fonte 02 e o total para operação e manutenção da ouvidoria é de 866 mil, não que seja muito vendo isoladamente, mas se olhar no contexto geral da peça orçamentária de São Paulo é um valor bastante considerável. Pergunto da eventual necessidade de se fazer isso agora se não poderia ser incorporado à ouvidoria do município, se já temos a ouvidoria aqui da Câmara Municipal, do município, se precisaria, realmente, ter uma ouvidoria só dos direitos humanos ainda mais com esse valor, se pudermos dialogar sobre isso.

Ações do plano Juventude Viva que da fonte 00 você diminuiu, isso não é uma pergunta, é mais uma constatação só para os presentes de 5 milhões em 2014 foi para dois milhões e 600 apesar de que mesmo sendo fonte de recurso 00 só conseguiu executar 252 mil, mas baixou e aumentou na fonte 02, do governo federal, então é só uma constatação para dizer que é super importante da parte da Secretaria de vocês trazer esse recurso do governo Federal e diminuir a parte do tesouro municipal.

Outra questão, ações permanentes de integração e promoção social e econômica da população em situação de rua. Observamos várias políticas da Assistência Social, da Secretaria do Trabalho, não estaríamos concorrendo com outras ações de outras secretarias,

como agora em que acabamos de ouvir a Secretaria da Mulher e se falou das casas das mulheres em situação de violência.

Já temos isso na Assistência Social e parece que algumas vezes ficamos disputando muito a mesma atividade, tanto é que em 2014 tínhamos 1,90 milhão e se executou zero. E estamos repetindo aqui 1,322 milhões. Quer dizer, se foi zero em 2014, não podemos tirar esse 1,322 milhão, uma vez que a Assistência Social já tem essa atividade com a população em situação de rua. E a Secretaria do Trabalho também, quer dizer, será a terceira secretaria que está atuando dentro da mesma área. Não tenho aqui a verdade. É uma constatação pelas peças orçamentárias.

Outra questão é sobre as ações de promoção de direito à memória e à verdade, com aumento bastante significativo. Tínhamos 989 mil reais em 2014, foram executados só 139 e agora está indo para dois mil e quarenta e sete. Quer dizer, uma atividade que teve pouca execução orçamentária em 2014. Precisamos repetir isso para 2015?

E há uma coisa que acho grave e precisaríamos detalhar bem para poder fazer o relatório do orçamento. É justificar o aumento de pessoal e encargos sociais, em 2014, 5,683 milhões indo para 18,104 milhões. Ou seja, um aumento de 219% em pessoal e encargos sociais.

Mais uma pergunta. Não estou achando o item, é com relação aos conselhos. Nas subprefeituras também há a mesma despesa. Aí queria entender se essa despesa é da sua Secretaria ou das subprefeituras.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. RICARDO NUNES** - Os conselhos tutelares estão com vocês. Então o que houver de administração de Conselho Tutelar lá na subprefeitura pode deixar tudo aqui em Direitos Humanos?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. RICARDO NUNES** – Vocês repassam.

A última pergunta, sobre o Fumcad, quanto temos hoje em recursos. Vi que foram colocados com destaque os projetos do Fumcad que conseguiram vazão, mas hoje quanto tem de recurso nesse Fundo?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Tem a palavra o Vereador Aurélio Nomura.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Obrigado, Presidente. Primeiramente gostaria de saudar a Secretária Larissa Beltramim e cumprimentar toda a assessoria presente.

Gostaria de começar pela dúvida. Ouvimos na semana passada a Secretaria de Assistência Social. E estávamos vendo no item referente às ações do idoso e do índio, um milhão de reais e ainda dentro do código 07.

— Ou seja, aquela que ainda depende de decisão pertinente à questão do reajuste. Então para o ano que vem não temos absolutamente nada.

Vejo na Secretaria da senhora, também nessa questão de ações permanentes à inclusão da pessoa idosa, estamos vendo aqui um percentual de 200 mil reais dentro do código 02, ou seja, aqueles que dependem de recursos federais.

Para o senhor ter uma ideia, esse ano existia uma previsão de recebermos o equivalente a quase sete bilhões de reais de fundos federais, e recebemos apenas 211 milhões, quase absolutamente nada.

A minha preocupação é que eu vejo essas questões. Para a implementação da política municipal de imigrantes, também na verba 02, um 1,5 milhões; na política de álcool e drogas, 1,2 milhões, também oriundo de recursos federais; para o Plano Juventude Viva, são 4,6 milhões, também dentro dos recursos federais; promoção de ocupação de espaço público da cidadania, também código 02, previstos 1 milhão de reais.

Enfim, analisando esse orçamento, pergunto à senhora: no caso de não haver recursos federais, qual o plano B da Secretaria para implementar essas políticas tão caras e tão importantes para a nossa cidade?

Segunda questão.

Estamos acompanhando o Fumcad, e pegamos uma manifestação de um funcionário da Secretária-Adjunto, que dizia que a Secretaria não tem a estrutura necessária para dar vazão à demanda gerada por 94 projetos, credenciados para receber recursos do Fumcad, falta recursos humanos para análise das prestações de contas, e, por isso, os repasses estão bastante atrasados. Ela fala em criar um mutirão para, com isso, atender e repassar para 64 municípios. Mas o que temos visto é que o Fumcad está atrasado com todas as entidades. Pelo que temos acompanhado, inúmeras entidades, não estão recebendo recursos do Fumcad, e falam que aumentou, e muito, o tempo de demora, de espera para receber esses recursos. E V.Exa. citou inúmeras ações que pretende a Secretaria de Direitos Humanos. Mas a minha preocupação é a seguinte: como gerir, se esses recursos humanos já são insuficientes para gerir sequer o Fundo Municipal de Direitos da Criança? Essa é a outra questão. Lembrando que alguns recursos do Fumcad chegam a 224 milhões para financiar esses projetos. Então eu gostaria de ouvir as palavras de V.Exa.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – A Secretária pode responder.

**A SRA. LARISSA BELTRAMIM** – Eu vou tentar responder na ordem em que as questões foram colocadas, pelos Vereadores Dalton, Ricardo e Aurélio.

A primeira é sobre a execução orçamentária.

Estou aqui com o quadro demonstrativo de despesas de sexta-feira. O valor que temos empenhado, do orçamento disponível para a Secretaria este ano, é de 71%. Esses valores empenhados estão no prazo de liquidação, e realmente a nossa execução orçamentária ocorre no fim do ano. Então, como o senhor falou, tem toda a dificuldade ao longo do ano, restrições, toda a tramitação para fazer os conveniamentos, todo um esforço. O valor de liquidação desses valores está em 46%, e vamos trabalhar para, nessas próximas semanas, aumentar esse valor do empenhado para o liquidado. Então, o valor vai ser maior do que o que está nessas últimas semanas.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Isso é bom. É sinal que o dinheiro público está sendo oferecido para a sociedade.

**NÃO IDENTIFICADA** – Então, do valor empenhado de 71, a cada dia, há novos empenhos, novas liquidações. Então, essa tabela vai crescendo ao longo de todo período. Em outubro e novembro, são os períodos mais fortes de execução orçamentária.

Sobre o polo cultural do idoso, a UAP(?) foi implantada. Já há em dois territórios, além de Cambuci, Santo Amaro e Vila Clementina. Ela está se expandindo. A proposta da meta é chegar em quatro. Já foi retomado o diálogo com a comunidade. O próprio Secretário Rogério Sottili recebeu as entidades, por conta das oficinas que tinham sido encerradas no ano passado. Já a parceria para retomar as oficinas já foi assinada, em convênio, na semana passada. As oficinas culturais já estão sendo retomadas nesse ano, com o convênio deste ano, na execução orçamentária desse ano. Então, no ano que vem, elas vão ter continuidade, mas essa retomada e o diálogo foram retomados. Então, quanto ao polo cultural, ainda não chegou a notícia para V.Exa.

**P** – O hiato foi muito grande. Não chegou. Então, vá lá, por favor, por favor, no polo cultural, e avise a Sra. Secretária. Isso já me ajuda.

**R** – Já está formalizado.

**P** – Quanto às atividades que nós tínhamos lá, fora a dança...

**R** – Eram cursos, dança, Tai Chi, Yoga...

**P** – De cabeça, não me lembro de todas, mas sei que nós estamos sempre lá. Há dezesseis...

**R** – Como foi fechado e foi tudo desenvolvido na semana passada, a tramitação do convênio demorou três meses. Na semana passada, foi feito o pagamento. Então, as atividades vão recomeçar. Realmente é uma notícia recente. Então, é importante que a informação chegue a todo mundo e não só aqui, pelos mecanismos também da secretaria.

Sobre o aumento dos recursos federais, é um esforço que vem ocorrendo desde 2013. Toda a pactuação, de fato, no Siconv(?), até passar por todas as etapas de formalização dos projetos, até o recurso cair na conta da Prefeitura, realmente há todo esse trâmite, mas quanto à parte do nosso orçamento, que depende de recurso federal, são convênios que estão aprovados. Estamos esperando. Ou a primeira parcela já caiu na conta da Prefeitura ou são repasses, em que as parcelas vão cair no ano que vem. Então, não são pactuações em aberto,

são tratativas de projetos que já estão no aspecto técnico assegurado. Por isso que foi colocado. Não teremos prejuízo nas atividades que estão previstas para o ano que vem em relação ao orçamento. Houve essa lógica de complementar e conseguir diminuir alguns orçamentos da fonte 00, como na área do Juventude Viva, porque os recursos federais compensam exatamente as atividades que estariam cobertas pela fonte 00. Então, houve um trabalho de conseguir assegurar a vinda dos recursos da fonte 02. Por isso que a gente não tem nenhum recurso de fonte 07 condicionado. Realmente o orçamento da secretaria não fica dependendo dessa previsão.

Quanto ao aumento, na Educação em Direitos Humanos, depois de toda a pactuação com a Secretaria Municipal de Educação, há a formação dos servidores e todo o material de capacitação, que está sendo desenvolvido com toda a rede municipal, que é extremamente ampla na cidade de São Paulo. Então, há um acréscimo de recursos nessa área. Apesar da ação de mediação de conflitos nas subprefeituras estar estruturada na Guarda Civil Metropolitana, no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, o orçamento é nosso. Então, também há o acréscimo para conseguir reestruturar a infraestrutura física dessas inspetorias, para conseguir fazer a mediação de conflitos. Então, o orçamento acaba aumentando, porque há esses espaços nas inspetorias, onde não há computador, mesa, cadeira, não há a menor condição para funcionar e fazer a mediação de conflitos junto à comunidade.

Por isso que o orçamento, na área de Educação em Direitos Humanos, acaba crescendo. Do nosso ponto de vista, é superimportante, porque não existia uma política de Educação em Direitos Humanos, e ela começou a ser estruturada no ano passado. Há uma coordenação específica para isso. Há um grupo de trabalho que se reúne mensalmente entre a nossa secretaria e a Secretaria do Sr. Secretário Callegari. Se não houver, na Cultura e na Educação em Direitos Humanos, uma forma de conseguir pautar toda essa temática a mudar, fazendo toda uma transformação de cultura de Direitos Humanos, na cidade de São Paulo, a

gente sempre vai estar tratando da violação. Aqui a ideia é tratar, cada vez mais, da prevenção, da promoção dos direitos e da garantia de direitos. Então, apesar do aumento do orçamento, é um investimento para o presente e para o futuro.

A ampliação do orçamento na área de participação social é dada também como fruto da própria estruturação da política municipal e do sistema municipal de participação social na Prefeitura. Então, são várias as secretarias que desenvolvem as ações participativas: a Sempla, no âmbito do CEPOP, Ciclo Participativo e a Secretaria de Relações Internacionais e Federativas, que está à frente do projeto do Governo aberto. Há também a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, que está fazendo todo o processo de participação social no Plano Diretor e agora na Lei de Zoneamento.

A nossa secretaria articula essas diversas instâncias, no sentido de fazer formação de conselheiros. Então, há o orçamento adicional. Nesse ano, a gente estava sem recurso. Para o ano que vem, precisa haver a formação de conselheiros, não só os existentes vinculados às secretarias, mas, com a eleição dos conselhos participativos das subprefeituras, que foi desenvolvido junto à Secretaria Municipal de Relações Governamentais. Nós trabalhamos que o orçamento é feito de uma forma articulada, para conseguir fazer capacitação e formação dos conselheiros da Cidade como um todo. Também é contemplada a formação dos conselheiros do CEPOP. Então, são parcerias que estão sendo desenvolvidas entre as várias secretarias que trabalham juntas, como a de Direitos Humanos, a Sempla e a Serv(?), de Relações Governamentais, junto a com Secretaria de Governo e a Secretaria de Relações Internacionais Federativas. Aí nós conseguimos desenvolver esse projeto aqui, tendo, como base, o orçamento na nossa secretaria.

Quanto à pergunta feita sobre a Ouvidoria, aqui é uma questão mais de competência. A Ouvidoria Geral do Município recebe demandas e denúncias de vários temas, principalmente sobre funcionamento dos serviços públicos em geral; mas ela não analisa e não tem uma equipe específica para tratar de denúncias de violações ao Direitos Humanos. Então,

por que é importante haver a Ouvidoria Específica e o recurso dos 516 mil para isso? Porque é o advogado, o psicólogo e a assistente social que estão ali de plantão. Como a ideia é fortalecer esse serviço, enquanto há violência contra o idoso, o crime de homofobia e a violência contra criança e adolescente, para se fazer todo o encaminhamento dessas denúncias, monitorar e ver quais as autoridades e as instituições que precisam dar respostas no atendimento dessas violações, isso não é feito pela Ouvidoria Geral do Município. Geralmente se isso chegar na estrutura da Ouvidoria Geral do Município, é encaminhado para a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, mas a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, até então tem funcionado como balcão de atendimento. Por isso que é necessária uma Ouvidoria, onde há pessoas especializadas em tratar de denúncias de violações a temas muito específicos. Não há outra área da Prefeitura que faz isso, e que possa dar os encaminhamentos e monitorar, para conseguir dar uma resposta cada vez mais efetiva. Hoje quanto a esse serviço, a Ouvidoria Geral não tem essa atribuição.

No projeto que está colocado na meta específica de criação da Ouvidoria, isso já é com aval, com a concordância tanto da Ouvidoria Geral do Município, que é vinculado à Controladoria, como também da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento de Gestão, que acompanha o conjunto dos serviços que passam por reformulação no âmbito da Prefeitura. Então, por isso que depende de uma dotação orçamentária específica.

Do Juventude Viva, então, a diminuição da fonte 00 foi compensada pelos recursos da fonte 02, de convênios já pactuados, com uma parcela na conta da Prefeitura e, no ano que vem, haverá outras. São convênios assegurados. Não há risco da descontinuidade ou de ficar sem ter alternativa. Essas ações estão garantidas.

Sobre o tema da população em situação de rua, se há ou não concorrência com outras Secretarias. Todas as ações previstas e o orçamento na Secretaria de Direitos Humanos são articulados num espaço intersetorial, envolve outras várias Secretarias e não há nenhuma ação desenvolvida por nós que seja desenvolvida também por outra Secretaria. Então não há

duplicidade. O acompanhamento da população em situação de rua que faz os cursos do Pronatec, por exemplo, o caminho da formação profissional para garantir o emprego, não há nenhuma Secretaria que faça isso específico. Então junto com a Assistência Social e com a Secretaria de Trabalho, o papel da nossa equipe é justamente fazer aquilo que ninguém faz. A parceria está prevista para isso. Por isso há a previsão no nosso orçamento.

Da mesma forma, a pesquisa participativa. Ela não é feita por outra Secretaria. É feita, inclusive, a partir do acompanhamento do comitê da população em situação de rua, que tem participação tanto da sociedade civil quanto do Poder Público e ele é desenvolvido ali. As várias fases dessa pesquisa participativa são desenvolvidas com o conjunto das Secretarias, mas o orçamento está previsto na fonte 00, na dotação da nossa unidade.

Há parte do orçamento, tratando da execução orçamentária, que tem parceria justamente com essa parte da empregabilidade. Foi fechada uma parceria com o núcleo de atendimento psicossocial da PUC, que é um contrato que está em trâmite. Ainda pretendemos executar. Como o orçamento é de 1,3, boa parte dele se pretende colocar nesse contrato que teve toda tramitação ao longo deste ano e está em fase de assinatura para conseguir efetuar o pagamento. Por isso uma parte do orçamento, que estava previsto, ainda deve ser executada neste ano.

Na área do Direito à Memória e à Verdade, as ações têm um acréscimo em razão de toda retomada da parceria com a Unifesp, com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal para a retomada da análise das ossadas dos desaparecidos políticos, das ossadas de Perus. Neste ano houve toda estruturação da parceria e, no próximo ano, a Prefeitura apoiará também esses trabalhos junto à Unifesp e ao Governo Federal. Assim, o orçamento acaba sendo um pouco maior porque não estava previsto para este ano. Como era uma atividade prevista para o próximo ano, a parceria foi oficializada, o espaço na Unifesp foi alugado, existe uma casa específica, o transporte da funerária já foi feito pela GCM e os peritos já estão analisando essas ossadas. Então foi preciso um acréscimo para isso e também para

esse trabalho de amparo para o funcionamento desses trabalhos, que foram iniciados no segundo semestre e que devem ter continuidade no próximo ano.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Secretária, V.Exa. pode responder a todas as perguntas, mas precisamos ser objetivos.

**A SRA. LARISSA BELTRAMIM** – Os senhores fizeram várias perguntas.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Estou falando porque ainda há outras Secretarias para se manifestarem. Tem bastante gente inscrita. Pode responder a todas, apenas estou pedindo objetividade, aos Vereadores também, inclusive eu.

Pode continuar, Secretária.

**A SRA. LARISSA BELTRAMIM** – Houve um aumento no item de encargos e pessoal, em razão da transição da administração de Conselhos Tutelares para a nossa Secretaria. Por isso houve o aumento do orçamento. A Secretaria foi criada no ano passado e como nesse período houve a transição de toda parte de Coordenação das Subprefeituras, Administração e Pessoal de Conselho Tutelar, houve aumento desses encargos na peça orçamentária do ano passado para este e deste para o próximo, porque assumimos toda parte de pagamento.

Também a Câmara de Vereadores aprovou o projeto de lei dos direitos sociais dos Conselhos Tutelares. Antes não eram pagas férias, licença-maternidade e 13º. Com a aprovação do projeto de lei, no fim do ano passado, isso também aumentou encargos para garantir esses direitos dos Conselheiros Tutelares. Isso aumenta, necessariamente, o orçamento. Por isso há esse valor adicional.

**O SR. RICARDO NUNES** – Onde estava essa parte dos Conselheiros Tutelares?

**A SRA. LARISSA BELTRAMIM** – Estava na Coordenação das Subprefeituras e passou para a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania. Além do repasse dos 17 milhões para parte dos encargos de pessoal, quando aprovada a lei dos direitos sociais, aumentou 13º, licença-maternidade e férias. Não houve aumento da parte de encargos de pessoal com o

peçoal da própria Secretaria. Foi todo proveniente dessa transição da Administração.

**O SR. RICARDO NUNES** – Obrigado.

**A SRA. LARISSA BELTRAMIM** – Dos recursos do Fumcad hoje, há 224 milhões na fonte 05, dos quais 102 milhões são vinculados aos projetos que já estão aprovados e cujas entidades estão fazendo a captação de recursos. Então, são recursos vinculados. E há 121 milhões disponíveis na conta do Fumcad, vinculado aos projetos futuros que serão aprovados no próprio Conselho.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Satisfeito, Relator?

**O SR. RICARDO NUNES** – Sra. Larissa, são 224 milhões na fonte 05 e 121 milhões disponíveis na conta, para...

**A SRA. LARISSA BELTRAMIM** – Cento e dois milhões estão vinculados a projetos já aprovados, são recursos com previsão de pagamento, e 121 de recursos não vinculados, que são para projetos deliberados no âmbito do próprio Conselho.

Em relação à execução orçamentária, o Fumcad este ano está com valor de 144 milhões, que é o valor aprovado no Orçamento de 2014. Desses, 73 milhões estão empenhados em projetos que tramitarão neste ano, 45 milhões já liquidados e ainda há o período do final do ano que tem pagamentos em curso.

O Vereador Aurélio fala sobre a questão do Fumcad. Essa entrevista aconteceu na semana passada. Tem uma comissão específica aqui na Câmara, coordenada pelo Vereador Police Neto, que trata do Fumcad, especificamente. Nosso Coordenador da área de criança e adolescente veio na semana passada para apresentar as medidas que estão em curso em relação ao Fumcad. Desde o início da nossa gestão, temos trabalhado e feito um esforço muito grande porque realmente o Fumcad não tem infraestrutura. Ele tem muito mais capacidade para receber as doações. A série histórica, nos últimos anos, o Fumcad tem recebido entre 70 e 80 milhões de doações por ano, mas a capacidade de execução, nos últimos cinco anos, vem na casa dos 20, 25, 30, chegou a 40 milhões, em 2012; 39 milhões, em 2013 e, agora,

está nessa ascensão de execução pelo esforço que vem tendo.

São diversas as questões, mas como não dá tempo para aprofundar, vou colocar o seguinte: no momento dessa entrevista, existia a questão daqueles projetos com atraso de pagamentos parciais para eles terem continuidade. Tínhamos 65 deles, 35 já foram resolvidos nas últimas semanas, porque há um mutirão em curso. Tanto a Secretaria de Finanças e a de Educação têm aportado recursos humanos, funcionários, porque como não tem havido realização de concurso, nos últimos anos, estamos com 20 funcionários a menos na Secretaria, entre aposentados e funcionários que vão para outras Secretarias. Como não há reposição, tanto do quadro técnico; de assistentes sociais, psicólogos, que fazem os pareceres técnicos dos projetos; uma vez que esses se aposentam e não tem concurso, com déficit de pessoal quanto também das prestações de contas.

Então nós temos, efetivamente pendentes de análise de prestação de contas, um passivo ainda de convênios de 2007, 2008, 2009,10, 11. Para dar vazão a isso, há providências no que se refere a mutirão, para conseguir já acelerar os pagamentos, mais da metade deles já foram feitos, fazer a formalização dos novos convênios, dos editais que foram aprovados em 2013 e 2014.

O mais importante, porque o Fundo é muito promissor, é que consigamos fazer uma modernização administrativa e aperfeiçoamento na gestão financeira do Fundad. Esse processo está em curso, é um grupo de trabalho na Prefeitura, com a Secretaria de Finanças, Controladoria, Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, para que possamos ter um sistema de gerenciamento do Fundad que também, futuramente, servirá para o Fundo do Idoso, quando ele for estruturado, para que o processo não seja tão manual.

Muitos dos atrasos, atrelados ao déficit de recursos humanos que nós temos na Prefeitura, acabam acarretando esse cenário, para o qual temos dado bastante atenção, mas que ainda a solução depende de um período, porque o passivo era muito grande.

Pontualmente temos recebidos as entidades. Quando há problemas de documentação de prestação de contas, aí formaliza qual é a pendência e as entidades vão para resolver. Nós temos conseguido fazer o repasse do pagamento e analisar a prestação de contas. Isso tem acelerado um pouco o trabalho mutirão, mas certamente é um problema

ainda, em que todos esses atores estão se debruçando, porque ele é importante e precisa ser melhorado.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** - Só um adendo. As receitas de aplicação orçadas para este ano estão em 12 milhões, mas até o dia 30 de outubro, o Funcad recebeu 33,5 milhões. Para o ano que vem, está sendo estimado em receitas e aplicação 11 milhões.

Estamos vendo que, mesmo com esse esforço, ainda a coisa não vai ser tão ágil como todos estão querendo.

**A SRA. LARISSA BELTRAMIM** – O recurso do Funcad sempre vai ficar vinculado ao Fundo Funcad, ele não poderá ser gasto com outra coisa. Não vai ser melhorado enquanto uma solução estruturante não for dada e ela passa por um sistema de modernização da gestão e reestruturação de recursos humanos certamente. Senão o problema acaba continuando, que é um problema que vem apontando nesses últimos anos, pela série histórica que se tem.

Inclusive ele tem muito mais capacidade para receber acima de 80 milhões, por ano, de doação, o problema é que ele não foi estruturado na última década para dar vazão e ter uma estrutura técnica de funcionamento. Isso precisa ser retomado, é um projeto que a gente tem se debruçado bastante.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Logo que se vê que a senhora está na Secretaria da Cidadania, dá uma explicação nos mínimos detalhes.

Só estou preocupado, na verdade, é que temos algumas pessoas inscritas e temos mais três secretarias depois, para dar continuidade.

Não é nem por nossa conta, não. Não temos problemas de horário, o problema é com vocês, para que possam participar. Sempre peço para que possamos agilizar nas perguntas e aí também nas respostas.

Pergunto para o relator se ele está satisfeito?

Porque temos pessoas inscritas, senão passo a palavra para o público aqui, depois o relator retorna.

**O SR. RICARDO NUNES** - Para agilizar, Presidente, pediria para a Larissa então a questão do Código 4321, Ações Permanentes de Integração, Promoção Social, Economia de População em Situação de Rua, 1,362 milhão. Se a senhora puder, depois, detalhar, por escrito. Alguém da sua assessoria técnica, com o meu assessor ali, não me parece, por enquanto, justificável o recurso.

**A SRA. LARISSA BELTRAMIM** – Mandaremos, por escrito, a execução deste ano

e a previsão orçamentária dos projetos do ano que vem.

**O SR. RICARDO NUNES** – Isso. E a questão da Operação e Manutenção da Ouvidoria Municipal de Direitos Humanos.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** - A primeira oradora inscrita é Célia Bicudo, do Grande Conselho do Idoso.

**A SRA. CÉLIA BICUDO** – Boa tarde a todos. Vereador, muito obrigada pela sua atenção pelo Polo Cultural e tenho aqui o *Diário Oficial* de 21 de outubro, onde fala de uma autorização para o convênio, com o Centro Cine Clubista de São Paulo – CECISP, onde emita-se a correspondente nota de empenho. Não saiu mais nada no Diário Oficial. Só está dizendo que autoriza o convenio. Segunda coisa, aqui na página 43 da proposta de orçamento, está para as oficinas o polo, é complementar. Gostaria de saber de saber se esse vai ser com o dinheiro dos 800 mil que vocês colocaram no vídeo ou se vai ter de vir recursos do Governo Federal, como o nobre Vereador falou, aí precisamos saber de um plano B.

Se for, realmente uma verba complementar acredito que não vamos estar garantido das oficinas para à Cidade de São Paulo. A Larissa sabe e me espantou um pouco ela dizer que houve uma conversação, porque eu faço parte da Comissão do Polo Cultural da Terceira Idade, assim como o André Benevides e nós não fomos convidados para nada. Aliás, nós tivemos uma reunião com o Secretário, com a senhora, no dia 13 de junho, quando o próprio Secretário pediu que nós tivéssemos uma nova reunião após 90 dias. Tenho um papel, não trouxe, coloquei na Secretaria solicitando esse novo agendamento, dia 21 de agosto e até agora, toda semana, no telefone, diz que o Secretário não tem data para nos atender. Não vi onde foi essa conversação.

Quanto ao API do Cambuci, ela funcionou em 2003, do dia 29 de agosto ao dia 26 de novembro, não inteirando nem três meses, e até agora não tem nada circulando, Eu vou diariamente ao polo cultural então não existe nada. E outra observação, Vereador Dalton, acho que o senhor estavam, quando colocaram aquela placa: Polo cultural da terceira idade, Houve

uma reforma entre o final do ano passado e quase até o meio desse ano da reforma que interminável, e pintaram, aquela placa sumiu e temos questionado onde está essa placa. A nossa questão é: os usuários do polo cultural desejam, novamente, a placa e por gentileza, aceitamos até que a UAPI tenha suas aulas. Mas que não retire aquela placa, Polo Cultural para ser colocado UAPI. É isso que desejamos. Aceitamos com muito bom agrado a instalação da UAPI no equipamento do polo cultural. Na verdade é meio a meio. Uma sala no polo, e uma sala na incubadora.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Na verdade, o polo cultural já faz parte do patrimônio histórico da cidade e do Cambuci, particularmente.

**A SRA. CÉLIA BICUDO** – Assim os idosos desejam, que sejam respeitado. Minha pergunta é simples: como posso levar notícias que essas oficinas estão garantidas. Nessa reunião com o Secretário, informamos e a coordenadora do Idoso estava presente e ela disse também, existiam muito mais de 100 entidades que eram beneficiadas pelas oficinas e o Secretário foi claro: será só por polo, mesmo com nosso apelo, que olhasse para todos os grupos. Porque tem grupos terminando, tem grupos que já não existem mais e idosos que estão em casa fazendo isso de medicamentos para depressão, uma série de coisas, porque não tem mais convívio das oficinas. Era só isso. Obrigada!

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Com a palavra a Sra. Alcione Maria Lourenço.

**A SRA. ALCIONE MARIA LOURENÇO** – Boa tarde a todos. Estou aqui porque não ouvi falar agora nessa mesa dos direitos humanos, das pessoas com deficiência. Apesar de eles serem parados, porque não encontrei nenhuma pessoa com deficiência aqui, além de mim, sei que eles existem e deficiente também é gente. Também têm suas necessidades. Não ouvi. Se não me engano a Secretaria das Pessoas com Deficiência está submissa aos direitos humanos. Está dentro da Secretaria dos Direitos Humanos e não ouvi falar uma palavra sequer das pessoas com deficiência. Não sei quanto veio de verba, não soube nada até agora. Eu

gostaria que a Secretaria dos Direitos Humanos, lembrasse que deficiente também é gente e tem suas necessidades. No momento é só. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Dona Alcione, com todo respeito, cabe essa Presidência informá-la, que estamos aqui para a próxima audiência pública, em seguida temos a Secretaria de Esportes, a Sra. Mariane Pinott que é Secretária da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida. Essa é uma matéria específica que será tratada em seguida. Portanto o Deficiência e Mobilidade Reduzida, faz parte dos debates desta Casa.

Com a palavra a Sra. Maria do Socorro.

**A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES** – Boa tarde. Sou da região de Itaquera e com muita honra levanto essa bandeira, por quê? É ótimo. A Secretária falou a respeito do idoso só que queria saber onde estamos incluídos na região de Itaquera. Porque vocês só colocam no papel, mas não sabemos o verdadeiro local. Porque Itaquera tem: José Bonifácio, Cidade Lider, Parque do Carmo e Itaquera Centro. Só que Itaquera onde atuo conjunto habitacional Águia de Haia, Vila Nova, na nossa região temos córregos, morros, favelas, tudo de bom imaginário. Temos uma área que é habitada pela cracolândia é do conhecimento do governo, temos a (palavra ininteligíveis) que é calamidade pública, é do conhecimento do governo e também vou dar uma última: Secretária, Cidade Carvalho, Vila Nova, nós temos um equipamento que era usado para o CAPS, certo, e foi passado 2 para o CAPs 3. Conheço a direção e trabalha muito bem, só que através de pessoas de pouco escrúpulo, certo, juntaram poucas pessoas e foram até o Secretário solicitando que a comunidade não queria... que nós pedimos o equipamento para o idoso e até hoje está fechado. Esse documento já circulou em várias regiões, Secretaria, aqui na Câmara e lá com a Dra. Guiomar, com o Conselho do Idoso, e até agora ninguém deu uma resolução, é um prédio que está fechado, ficando deteriorado e nós queríamos com o equipamento para o idoso e eu fui a única pessoa que perturbei para caramba o Plano de Metas. Queremos equipamento para o idoso e eu acho que é nosso direito vocês olharem com carinho aquele prédio fechado e abandonado por causa de políticos

partidários que prejudicaram a população idosa.

Eu, Maria do Socorro, continuo acreditando que um dia alguém vai ouvir, nos escutar. É a cracolândia braço abertos na cidade, lá dentro não, lá dentro tem uma miséria.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** – Boa tarde a todos, Srs. Vereadores, Sra. Secretária-Adjunta Larissa, Conselheiros e, especialmente, o grande Conselho Municipal do Idoso, que é um conselho que tem vários conselheiros aqui presentes e que fazem um grande trabalho realmente de fiscalização que infelizmente não é muito bem respeitado pela Secretaria e Direitos Humanos, o que é extremamente lamentável e desrespeitoso, haja vista, como a Conselheira Maria do Socorro falou na LDO de 2104, aprovada no ano passado, antes da revisão do Plano de Metas, não havia uma meta para o idoso. Isso prejudicou bastante a execução da dotação da população idosa e seus vários projetos de serviços para 2014, um ato vergonhoso da gestão Haddad em março de 2013.

Vergonhosa também é a ausência do Secretário, o Secretário Rogério Sotile não veio no ano passado na prestação do Orçamento de 2014 e não veio de novo na prestação de 2015, realmente, esse Secretário parece que não gosta muito olhar na cara da população e ver o que está acontecendo e ouvir as críticas necessárias e ponderadas e injustificadas em relação a sua péssima execução do Orçamento da Secretaria de Direitos Humanos.

Em nove meses não foi executada nem a metade da média mínima fundamental, que foi de 62 milhões para 23 milhões executados. Isso é inaceitável, vergonhoso, e realmente, aviltante ao direito da população idosa, da juventude e de vários segmentos envolvidos nessa pasta. Como também é vergonhoso a não participação popular nessa Secretaria. O CPOP, como todos sabem, não é deliberativo, prova maior é a inexistência do Plano de Obras e Serviços, aprovado pelo CPOP e ele não consta na Peça Orçamentária, diferentemente existente até 2004 com esse sim verdadeiro conselho do orçamento participativo. Esse conselho já surgiu com problema, pessoas conselheiras da região Sé eleitas em Perdizes, que

é área da Lapa. Está tudo errado, obviamente, é um conselho preocupante e que realmente precisa passar por muitas ponderações.

Também a questão da verba da transparência. A verba do Conselho das Mulheres não está prevista para 2015; Conselho do Controle Social da Secretaria de Serviços, execução: 2,2%. Pergunto à Secretária Larissa, das 11 conferências previstas para 2014, quantas foram executadas? E eu já vou responder: acho que nenhuma, porque execução orçamentária dessa Pasta foi zero, de janeiro até setembro de 2014. Quer dizer, de 1,05 milhão de reais aprovados aqui executaram zero, então nos nove primeiros meses não houve nenhuma conferência, porque está zerado aqui. Zero empenhado também, realmente é uma situação absurda, mais um tapa na cara da população que depende dessa, desculpe, incompetente Secretaria, porque para trazer né, Vereador Celso Jatene? Esse resultado realmente a Secretaria de Direitos Humanos está devendo muito.

E por fim, denunciar a própria Secretaria que dá verba (ininteligível) de pessoa idosa. O Secretário Sottili já tirou 232 mil reais para outros assuntos, quer dizer, a verba já é pequena e executam só 21 mil reais, nem 2% e ainda tiram 232 mil reais dessa dotação. Então, chega dessa história de dotação atualizada. Foi dotação tirada dos idosos. O Prefeito Haddad e o Secretário Sottili assinaram decreto tirando dinheiro de vocês, idosos, inclusive no sábado passado, e isso não pode ficar assim.

E quanto à criança e adolescente, execução da 8402, 0,9%. Para concluir, Fumcad, 22%. E vou encerrar com um dado estarrecedor. Tem uma dotação referente à operação e manutenção dos conselhos participativos, que são as verbas do Comuda, Conselho da Juventude e Conselho do Idoso. Em nove meses executaram somente 318 reais, não são mil reais, são reais, para oito conselhos, 0,2%. Daí a gente denuncia. Tem que acabar com a vergonha dessa Secretaria chamada Direitos Humanos. Chega de incompetência e desrespeito à população vulnerável da cidade de São Paulo e retomada da Coordenadoria do (ininteligível) Participativo Deliberativa. Vamos trabalhar em Direitos.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Tem a palavra a Sra. Maria Batistela, do Grande Conselho do Idoso.

**A SRA. MARIA BATISTELA** – Boa tarde a todos. Meu nome é Maria Batistela, do Conselho Municipal do Idoso.

Eu queria saber com relação às fls. 43, vol. VII, da regionalização e detalhamento das ações. Consta como verba suplementar, 140 mil para Jogos Municipais do Idoso – o Jomi. Sr. Secretário, D. Larissa, considerando os gargalos, as dificuldades da organização dos atuais jogos e as experiências adquiridas, e considerando que a verba indicada anteriormente figura como suplementar, solicitamos nesse momento a inclusão da verba para os jogos de 2015 como orçamentária e rubrica própria, assim como os jogos sejam regulamentados como política pública por decreto do Sr. Prefeito e a confirmação se realmente consta como figura suplementar essa dotação.

Agora, eu queria fazer uma colocação não como conselheira e sim como munícipe. Já há alguns eventos que vou participar e consta o nome do Secretário Rogério Sottili e ele não comparece, portanto, não o conheço pessoalmente. Na minha terra, no interior de São Paulo, a gente chama essas pessoas de ratinho de gaveta. A gente sabe que existe, mas nunca viu, não é?

Bom, primeiro, eu gostaria de saber por que a Prefeitura de São Paulo contrata serviços de outros municípios, sendo que São Paulo tem o maior mercado de prestação de serviço, e logicamente onde o mercado é maior, a concorrência é maior e conseqüentemente o custo é menor, certo? Como exemplo, existe o departamento pessoal e aqui em São Paulo tem grandes empresas na área de Recursos Humanos e não sei porque foi contratado serviços de outro município.

Locadoras de veículos também. Aqui existe um mercado enorme e também foi contratado serviços de outro município para essa prestação de serviços como os Toyotas para

os secretários, Voyage, enfim, todos os tipos de veículos.

Eu acho que se houve concorrência pública – eu não entendo como uma empresa de outro município ganhou essa concorrência sendo que se um carro que nós solicitamos para ir até Jabaquara, zona Leste, vem de Guarulhos para nos atender e conseguir um custo inferior. É complicado. A minha matemática ainda não bate.

Se esse procedimento não tem nenhum impedimento legal, existe a falta de compromisso e desprestígio o mercado de serviços deste Município. Podemos dizer que existe uma deslealdade com os munícipes que os elegeram.

Eu queria fazer uma observação. A gente não pode esquecer que o Prefeito de Guarulhos é do mesmo partido que o de São Paulo, o que nós dá o direito de dizer que existe algo além do que uma simples prestação de serviços.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Com a palavra a Sra. Meire Duque, do Grande Conselho do Idoso.

**A SRA. MEIRE DUQUE** – Boa tarde a todos. Cumprimento a Sra. Secretária Larissa, os Srs. Vereadores e todos os presentes.

Conforme o volume 7, folha 43, da proposta orçamentária que diz sobre a regionalização e detalhamento das ações, consta como verba suplementar 20 mil reais para a estruturação do Fundo Municipal do Idoso.

A minha preocupação é com essa verba suplementar. Gostaria de saber de onde vem esses 20 mil reais e se por acaso essa verba está incluída na verba geral, se está na Fonte 000 ou outra fonte.

A indicação como verba suplementar para a estruturação deixa profunda dúvida quanta à regulamentação do Fundo com grande anseio da população idosa a vista dos benefícios que poderão ser implementados para esse segmento, além da possibilidade da ampliação de mão de obra ou manutenção de empregos em vários setores.

Nós solicitamos também um gesto concreto do Secretário e de V.Exa. também em relação aos idosos da cidade de São Paulo incluindo como verba orçamentária e com rubrica própria desses 20 mil reais. Somente assim é que nós vamos concretizar isso. Estamos preocupados realmente.

Solicitamos também a regulamentação urgente do Fundo porque já está se arrastando a algum tempo. Já é de fato Federal e agora nós queremos aprovação em São Paulo e queremos que ele seja assinado ainda este ano para que o conselho possa se reunir e fazer o planejamento. Se o Fundo for assinado em 2015, quer dizer somente em 2016 é que vai começar as ações positivas, até aprovação, assinatura e tudo mais.

Se a senhora puder responder, agradecemos.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Encerrada as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Remo Cherubin.

**O SR. REMO CHERUBIN** – Boa tarde a todos e a todas, boa tarde à nobre Mesa. Presidente, sentimos sua falta na Comissão Extraordinária, e no Ipiranga também. Compareça lá.

Deixem-me aproveitar para fazer uma propagandazinha do Ipiranga.

Sou coordenador do Fórum do Idoso de Ipiranga. A próxima reunião é no dia 28 de novembro, às 14h. Quem tiver coragem de ir lá conhecer, por favor, apareça. O endereço é Subprefeitura do Ipiranga, Rua Lino Coutinho, 444.

Estive na 2ª Conferência Nacional do Idoso, e a ex-Ministra dos Direitos Humanos convocou a próxima reunião para o ano 2013. Não se sabe ainda o que aconteceu, mas a conferência não aconteceu. Agora, na Peça Orçamentária, temos o Orçamento, ou suponho que seja, para a conferência municipal no próximo ano, que vai gerar a conferência nacional, também no próximo ano. São 48 mil de verba suplementar. Já falaram em verba suplementar, então gostaria de saber o que é isso, e se isso está realmente orçado, para que o evento comece realmente em 2015, a conferência municipal, a regional, estadual, e, ainda, a nacional.

É só isso. Muito obrigado.

**O SR. ANDRÉ BENEVIDES** – Boa tarde a todos. Temos aí uma longa história, um ano de disputa a respeito do polo. Então, ao passo que eu cumprimento a Mesa, vou ser breve e objetivo nos pensamentos. Quero fazer alguns esclarecimentos.

Estava vendo que a Parada Gay vai ter mais de dois milhões de verba. Enquanto isso, as conferências que você acabou de citar, os imigrantes e os idosos, juntos, chegam a pouco mais de um milhão e meio de reais. Então há esse desequilíbrio, que temos de fato de corrigir de uma vez por todas, pois já chegamos à metade do mandato, e, no próximo ano, temos de implementar algumas ações.

Não sei se vai auxiliar, mas a Mesa questionou a quantidade de funcionários. Eu sei que tem os convênios com o (Ininteligível), são convênios federais. Então a Secretaria tem contratado uma série de pessoas por inexigibilidade. Não sei se isso impacta, mas fica a informação para vocês checarem.

A meta 71, que é a Universidade Aberta para a Terceira Idade, é um projeto que vem da Unifesp, como tantos outros. Consta como 100% cumprida, mas, salvo melhor juízo, não está cumprida, mesmo porque previa para a Brasilândia. Então tem de corrigir no Sempla. Isso é muito importante.

Vamos à questão do polo, que é o que está acirrando os ânimos. Vou fazer algumas observações práticas.

O que temos na Peça Orçamentária? A incubadora. O número da ação é 14.244.3018.8406. Essa é uma ação que destina uma série de verbas para a incubadora, que é um equipamento público criado pelo Decreto 47.635. Então, no momento em que a Secretaria vem e estabelece uma dotação orçamentária por equipamento, ela age corretamente. Porém, infelizmente, a Secretaria não vê o polo como um equipamento. Na realidade é um equipamento. Foi criado pelo decreto 39.813 e vou ler – o Fábio vai gostar muito disso – que as despesas com a execução desse decreto correrão por conta das

dotações orçamentárias próprias.

Então não dá para simplesmente sumir com o polo. O polo tem de existir. Nessa peça orçamentária não temos nenhum valor destinado para o polo. Temos sim, como já foi citado aqui, alguns valores em anexo a uma ação. Assim não pode ser.

Vamos citar o caso específico das oficinas. O que diz o decreto, para que serve o polo? É o local para o desenvolvimento de atividades diversificadas nos campos da Cultura, Lazer, Esporte, Educação e Saúde dentre outros. Então não é nenhuma lista restritiva, Larissa, você sabe muito bem que não temos conseguido desenvolver nada lá.

Peço então que a Mesa providencie os requerimentos que forem necessários para a inclusão nessa peça orçamentária dessa dotação que consta em decreto, para que o polo passe a ter esse recurso, que está sendo citado como recurso, que está sendo passado por convênio. E isso está fazendo uma mecânica tremenda que vai para a Associação dos Cineclubistas do Estado de São Paulo, que dará essas oficinas.

Então são dois pontos. Primeiro, dotação específica e segundo, ampliação dessa verba que está aberta, para atender os outros núcleos de idosos da Cidade, porque nenhum dos núcleos está tendo oficina.

Vereador Dalton Silvano e demais Vereadores, peço que se amplie. Pelo cálculo que fiz são cerca de 2, 3 milhões de reais que deveriam ser necessários para isso, que são as oficinas em todos os núcleos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano – PV)** – Tem a palavra o Sr. Rubens Casado, Presidente do Grande Conselho do Idoso.

**O SR. RUBENS CASADO** – Boa tarde à Mesa, faço uma primeira referência, o Vereador Ricardo Nunes fez uma observação muito interessante quando falou que a elevação dos valores da memória, distribuir verba para a memória, se não mudarmos, daqui a pouco, não teremos memória. Se os idosos vão antes não precisa mais da comissão da memória

mais.

Outra preocupação é com relação a esses itens que foram colocados, oficina do polo cultural, os jogos, a estruturação do fundo e a conferência, todos como verba suplementar. E dentro daquele campo que o Vereador Nomura falou, se não vier dinheiro de fora não será realizado. Então não nos dá garantia nenhuma de que isso será realizado. E o Fábio bem disse: se aquilo que está no orçamento não está sendo realizado tão pouco serão os outros.

Particularmente vejo que não há uma atenção na peça orçamentária com referência aos princípios previstos na política municipal do idoso, exceto com relação ao artigo 4º, inciso 4º, quando fala da prevenção e educação para o envelhecimento saudável. Aí enquadraríamos as universidades, o resto não. É um campo muito grande, tem mais cinco itens que dariam para efetivamente ter uma atenção maior por parte da Secretaria. E não tem nenhuma atenção, nenhuma outra ação dentro dos princípios previstos pela política municipal do idoso.

Gostaria também de dizer o seguinte: precisamos de um mapeamento da situação dos idosos em situação de rua. Não temos isso. Como está a situação dos moradores de rua idosos.

Outro mapeamento com relação aos idosos fragilizados, os idosos carentes e os cadeirantes. Não sabemos disso. Quando a colega falou dos deficientes o Presidente remeteu para outra audiência. Não. O idoso é idoso. O cadeirante idoso nunca é visto da mesma forma. Separando não vamos ter nunca um resultado positivo. Então precisamos ter um mapeamento dos idosos que são cadeirantes, para que possamos definir políticas públicas, senão, não dá.

Outro mapeamento, os idosos em situações especiais, os autistas, os que têm Síndrome de Down, os que têm quadro de demência, todos são enquadrados em Alzheimer.

Espera um pouquinho: não são todos não. Parece que Alzheimer é a solução do stress. Tudo se joga na vala comum, tudo se coloca na Casa de Davi. Esperem aí: temos que diferenciar o que é o idoso autista, o que é o idoso com Síndrome de Down, o que é o idoso com deficiência intelectual. Temos que começar a diferenciar isso.

Estamos na cidade de São Paulo. Temos orgulho de sermos paulistanos.

Temos que prestar atenção na qualidade do atendimento para o idoso. Não adianta

somente ter equipamento. Como esses serviços são realizados?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Sr. Rubens, esta Presidência não remeteu o problema do deficiente para Secretaria alguma. Apenas como Presidente, e como fui mencionado, tive a obrigação e o dever de informar que temos, aqui, o debate com a Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida. Não quis justificar nada não, nem remeti para Secretaria. Só informei: “Teremos audiência pública com a Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida”. Só isso.

**O SR. RUBENS CASADO** – Vereador, é o momento de começarmos a ver que o idoso também tem que ser visto como deficiente cadeirante. Só isso.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Sem problema.

Essa bandeira, já estamos levantando há tempo. Agora, temos que cobrar do Poder Público. Ao mesmo tempo em que estou presidindo esta audiência, também estou cobrando.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

Saúdo o nosso Vereador, e meu amigo querido, Agnaldo Timóteo.

Uma salva de palmas ao Vereador Agnaldo Timóteo.

- Aplausos.

**O SR. LAERTE BRASIL** – Presidente da Uni São Paulo Trabalho e Empreendedorismo e Presidente Mundial da Uni Cosmos Nações, Trabalho, Sustentabilidade das Cidades.

Primeiramente saúdo a presença da subsecretária, Dra. Larissa, os Vereadores da Mesa, os internautas, os telespectadores da TV Câmara, todos aqui mobilizados para debater as políticas públicas de direitos humanos da cidade de São Paulo.

Um dos eixos da sustentabilidade humana das nossas é direitos humanos. Mas, hoje, aquelas pessoas que violam o direito de ir e vir das pessoas têm direitos humanos como defesa de marginais. Estou defendendo direitos humanos, mas o meu direito, neste estado, é violado 24 horas por dia pelo Governador que distribui dinheiro roubado dentro das instituições de segurança pública, no comando geral da Polícia Militar, na Secretaria de Segurança Pública e na (ininteligível) de Exército. Enquanto o Governador e esses três bonecos fazem as operações terroristas de Estado para me perseguir, a público eles ficam usando tática de

vampiros (ininteligível) geral.

Mas esta arena aqui não é a arena fundamental, porque eu vou dar um “sacode” no Governador, no Ministério Público Estadual, no Federal, na Polícia Federal e na ONU denunciando a forma da distribuição de dinheiro roubado que ele faz, e assim eu vou fazer ele pular micareta sem máscara, porque micareta pulada na cidade de Feira de Santana é mascarado. Como o Governador anda de careta suja o ano todo, eu vou arrancar as máscaras desse ladrão e fazer ele pular na frente do povo sem máscara, ele e os comparsas dele.

Mas aqui eu vou me ater... Antes eu não via políticas públicas de direitos humanos aqui na cidade de São Paulo, e nessa gestão deu um avanço para o futuro através da apresentação que foi feita aí pela Secretaria. Mas eu sei que não dá para fazer tudo. O companheiro disse que dois milhões seria muito para a marcha LGBT. Não é muito, porque esse evento, depois do Grande Prêmio de Fórmula 1, arrecada mais de 120 milhões para os cofres públicos da municipalidade. Acho que um aporte de dois milhões é pouco, porque só para a conferência do Rotary que vai mobilizar 40 mil pessoas está sendo destinado um aporte de quase oito milhões de reais; então isso ainda é pouco.

A minha proposta que vou trazer para a Secretária é se, no Dia Internacional dos Direitos Humanos, não daria para fazer uma virada de direitos humanos na cidade de São Paulo, o Governo, o poder público, o Executivo, o comércio e as entidades envolvidas nas políticas públicas de direitos humanos.

Era o que eu tinha a dizer. Obrigado pela palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Com a palavra Nicole Meier, Fórum Municipal de Travestis e Transexuais.

**A SRA. NICOLE MEIER** – Primeiramente boa tarde à Mesa, boa tarde à Larissa, boa tarde a todos os presentes.

Tinha dois pontos para começar a minha falar, mas primeiramente eu vou... Eu acho bonito ver a representação dos idosos nesta plenária hoje, e é uma pena muito grande

que nós, travestis e transexuais, não tenhamos a chance de chegar a essa faixa etária. Tem uma pesquisa de várias universidades brasileiras e travestis e transexuais vivem, em média, até 35 anos. Então já começamos pelo item vulnerabilidade social. Vivemos até 35 anos, essa é a estatística de vida de uma travesti, de uma mulher transexual ou de um homem trans. Ponto.

Com relação à Parada do Orgulho LGBT eu sigo as palavras que o amigo ali falou: é um evento que arrecada 200 milhões de reais todo ano para São Paulo, só de lucro, só de imposto, e que só perde para o Carnaval, em nível de turismo – isso segundo o Observatório de Turismo. Eu acho que a gente tem que rever, porque dois milhões para uma parada que gera 200 milhões de reais por ano ainda é pouco. Ponto.

O meu questionamento vem em cima do POT, para a gente começar falando do POT. O Programa Operação Trabalho dá uma chance para essas pessoas que são expulsas da escola, expulsas da família, expulsas de casa e jogadas à margem da sociedade, com a prostituição como única opção de trabalho. Ponto.

No Programa Operação Trabalho essas pessoas têm a chance de estudar, de se profissionalizar, tudo bonitinho. Porém, hoje em dia tem 25 pessoas nesse Programa Operação Trabalho e a verba que existe aprovada até hoje garante 100 vagas até agosto do ano que vem; ou seja, de agosto até dezembro não tem verba para custear o atendimento a essas 100 pessoas. Quem são essas 100 pessoas? Travestis e transexuais - abrindo parênteses mulheres transexuais e homens trans, que são coisas diferentes, mas eu não vou explicar aqui.

Primeiro ponto que eu quero falar é a respeito disso. Por que não se aumenta a verba do Programa Operação Trabalho? Eu só queria deixar claro para as pessoas daqui que essas meninas que fazem prostituição na rua, que as pessoas gostam de falar muito mal delas, são sustentadas por pessoas que muitas vezes estão aqui dentro desta plenária. Ou seja, é o mesmo homem que joga ela na esquina, que não dá emprego, que não dá cidadania, que não dá direito a nada que na calada da noite vai procurar os seus serviços sexuais.

Então, falando de cidadania, temos que falar de idosos. Vocês têm os direitos de vocês. Eu acho digno. É uma Secretaria de Direitos Humanos. Todos nós somos humanos, então não cabe a ninguém chegar aqui e desmerecer um segmento a mais ou um segmento a menos. Ponto.

O meu questionamento ao Programa Operação Trabalho é justamente esse. Nós estamos capacitando pessoas, estamos tirando pessoas da marginalidade, estamos profissionalizando essas pessoas. Acho que esse trabalho do Programa Operação Trabalho é você ensinar a pessoa a pescar; você não está dando o peixe, você está ensinando a pessoa a procurar o mercado de trabalho que – vamos ser sinceros – é muito difícil aí fora. Imaginem: você sendo uma travesti, uma transexual já não vão querer te contratar; sem ensino médio ou fundamental, pior ainda, porque a gente esbarra no preconceito.

Quando a gente fala de preconceito - já nem preciso mais desse *tablete* numa hora dessa -, hoje em dia o que mais me incomoda são campanhas de combate à homofobia, programas de combate à homofobia. Homofobia não contempla travestis e transexuais. Nós não apanhamos por sermos travestis ou sermos transexuais; nós simplesmente somos mortas. Basta abrir o jornal, no noticiário das 18h, nesses programas sensacionalistas você vê: travesti assassinada, aí diz o nome de registro. Quer dizer, olhem a falta de respeito.

Então acho que hoje em dia o que a gente poderia fazer, o que eu queria que fosse inserido nesse valor orçamentário, seria um valor para fazer uma campanha de visibilidade em nível municipal para LGBT, contra a discriminação por gênero, que é o que eu sofro, porque eu sou uma mulher transexual heterossexual, ou seja, gosto apenas de homem. Eu sou como muitas pessoas daqui, eu não sou um *gay*, eu não gosto de outra travesti ou de outra transexual ou de outra mulher. Então seria uma campanha contra a discriminação por gênero e por orientação sexual que nós precisamos ter agora em 2015.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Último orador, Luís Carano, do Grande

Conselho do Idoso.

**O SR. LUÍS CARANO** – Boa tarde, senhoras e senhores presentes.

Quero dizer que existem na realidade dois componentes quando se vai fazer um orçamento. Um deles é evidentemente o aspecto legal, o componente legal, que você deve se amparar em algumas leis, como nós, por exemplo, do Conselho do Idoso. A gente se ampara no Estatuto do Idoso, que é a Lei 10.741, também no Art. 5º da Constituição Federal e na Declaração de Direitos Humanos.

Esse é o trabalho com que o nosso grupo, que tem 45 agentes, se preocupa. Nós temos que trabalhar nessa direção, mas para trabalhar nessa direção evidentemente precisa de dinheiro. E o dinheiro que vocês têm alocado para mim é muito pouco. Vocês alocaram 800 mil do Governo do Município e 200 mil do Governo Federal, o que dá 1 milhão.

Outra coisa que vocês têm que saber: existe um universo a ser atingido. Então, nós temos as leis e um universo a ser atingido. Esse universo é de, no mínimo para o ano que vem, 1 milhão e 700 mil pessoas, ou seja, de 60 anos até mais de 100. Isso dá uma média de 0,58 reais para cada idoso. Eu acho que isso é para comparar com um país da América Central. Eu gostaria que fizessem uma comparação com países mais parecidos com o nosso: Chile, Argentina e com algum país da Europa, porque eles têm essa comparação. Eles têm casas de referência de idosos e um lugar onde podem passar o dia.

Nós estamos lutando para ter algum lugar no centro e não conseguem. Só se cria ratos aqui no Parque Dom Pedro II. Aquilo podia ser alguma coisa para os idosos.

Acho muito pouco esse dinheiro. Um valor irrisório para cada idoso na cidade de São Paulo.

Não dou 5 anos para atingirmos 5 milhões de idosos.

Então, há a necessidade de se fazer alguma coisa agora. E não é uma coisa simples assim. Vocês estão falando em 1 milhão. Isso é muito ridículo.

Tem que falar com o Prefeito, que tem que falar com Brasília. A coisa tem que ser

resolvida. Fora as migrações que vêm para cá, o que tende a tornar pior ainda.

O idoso tem 1 milhão e 700 mil no ano que vem.

No censo de 2010, tinha 1 milhão e 400 o número de idosos e de dinheiro também.

Ela pos 1 milhão de idosos, e tem 1 milhão e 700, se você divide um pelo outro dá 0,58 reais para cada idoso.

Se não fizer nada agora, não vão fazer nunca nada.

Vocês têm 45 Agentes que querem gastar o dinheiro. Sobrou dinheiro, porque não conseguiram gastar. Usem os 45 Agentes para o caso de idosos. Eles vão saber como gastar. Cada um sabe dos problemas da sua região e vai querer gastar.

Nós queremos ajudar, só que estamos com as mãos amarradas, não temos o que fazer.

Esse dinheiro que vocês estão pondo é dinheiro de pinga. Não serve para nada.

Era isso o que eu queria falar.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Todos os idosos sabem que esta Câmara, Rubens, Conselho do Idoso, Grande Conselho do Idoso, os Vereadores, nós lutamos para que o idoso tivesse, principalmente naquela mini-reforma que o Fernando Haddad fez, criando Secretarias com novos cargos: Secretaria da Mulher, de Deficiência e Mobilidade Reduzida. Lutamos para que tivéssemos a Secretaria do Idoso. É que não adianta fazer discurso com demagogia. (Pausa) Já vamos embora, mas esse é um assunto que foi comentado aqui. Porque não podemos criar despesas nem Secretarias, nem participar da organização da Administração, Secretária, mas esse é o desejo de todos os idosos, que se crie uma Secretaria específica, até para ajudar a gastar os recursos.

Secretária-Adjunta, V.Exa. tem que responder todas as perguntas da forma mais rápida e objetiva.

**A SRA. LARISSA BELTRAMIM** - Vamos lá. Inclusive, a maior parte das questões, que é da área de idosos, naquilo que não for possível – pelo tempo ou pela falta de informação

disponível aqui -, como a maior representatividade é diretamente do Grande Conselho do Idoso, a gente pode fazer uma reunião específica sobre o orçamento, olhar toda a peça orçamentária na reunião do Grande Conselho do Idoso, porque nem todas as informações eu tenho aqui. Vou levantar as que eu já tenho disponíveis.

Célia, sobre a autorização de pagamento, eu recebi a cópia do *Diário Oficial*. Além do dia 21 de outubro, saiu dia 28 de outubro a publicação do convênio assinado, e já tem a autorização de pagamento. Então, tem essa atualização. A gente pode te passar diretamente; mas, de fato, depois da autorização de pagamento, foi assinado o convênio e autorizado efetivamente o pagamento, que, como é recente, deve estar na ordem dos pagamentos dessas próximas semanas na execução orçamentária.

Sobre a placa e o pedido de audiência no Gabinete do Secretário, vou levantar. Não tenho informações sobre se tiraram a placa. Obviamente, não há nenhuma intenção de tirar a placa do Polo do Idoso. Assim, já antecipo essa resposta, mas pode ter sido por conta da reforma, vamos atrás disso.

A questão específica da Alcione, realmente eu não apresentei nada em relação a orçamento de pessoas com deficiência. A Secretária Marianne está aqui e vai apresentar isso logo em seguida. Temos trabalhado junto com a Secretaria de Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida nas interfaces, porque as pessoas com deficiência são crianças, jovens, adultos, idosos; ou seja, o tema é intergeracional. Assim, não vou me alongar muito, porque há várias questões específicas da nossa pasta.

Dona Maria do Socorro, sobre a regionalização, eu não tenho aqui a regionalização exata de todas as ações de idosos em Itaquera, mas temos aquela apresentação que foi feita no Cepop. Lá tem todo o orçamento, qual é o tema e a região da Cidade. Então, eu me comprometo a entregar para a senhora em mãos, apesar de já termos apresentado esses dados, e a senhora estava presente na apresentação no Cepop e em todas as audiências públicas. É não tenho tudo em mãos agora, mas passarei à senhora, inclusive sobre o tal

prédio abandonado, que eu não tenho conhecimento. Vamos ver onde é, onde existe essa demanda, pegar no Grande Conselho do Idoso também.

O Fábio coloca a questão principalmente em relação ao Cepop. Sempla, que está presente nesta audiência pública, penso que pode dar uma resposta mais direta.

Em relação às conferências, a Secretaria de Direitos Humanos não realizou duas conferências neste ano porque elas foram reprogramadas, inclusive por decisão dos próprios Conselhos e do chamamento nacional - a conferência de idosos, que ficou para o ano que vem, e a conferência da criança e adolescente, que também foi decisão do Conselho da Criança e do Adolescente. Então, isso não é uma deliberação da Secretaria; ao não ter a conferência, há sobra orçamentária respectiva, e quanto a isso não há o que fazermos. Mas o orçamento do ano que vem garante a realização dessas conferências.

As demais são das outras Secretarias. Cada Secretaria tem a resposta mais específica do porquê a conferência programada não saiu este ano, mas, provavelmente, devem sair o ano que vem, porque é política da nossa gestão fazer as conferências, porque é sempre uma interação entre Poder Público e sociedade civil, e essas decisões geralmente ocorrem no âmbito dos colegiados.

A Maria Batistella fala sobre a verba dos jogos e o decreto. Realmente, o orçamento do Jomi, que foi inaugurado este ano, não é só da Secretaria de Direitos de Humanos; ele é uma parte da Secretaria Direitos Humanos, e uma parte, da Secretaria de Esportes. O Secretário Jatene está presente hoje. Então, é 50% de cada Secretaria. E vou levar ao Secretário para pautarmos no âmbito do Gabinete do Prefeito a regulamentação do Jomi por decreto. Acho que é uma proposta muito bem-vinda, a gente tem concordância com institucionalizar e fortalecer o Jomi.

E, para o ano que vem, embora essas dotações que estão colocadas nos anexos como recursos suplementares, na verdade são recursos garantidos na Fonte 00. Então, não é orçamento que depende de qualquer pactuação; ele não está na Fonte 07, que são recursos

condicionados à situação econômico-financeira da Prefeitura. Eles são recursos que, uma vez previstos e aprovados pela Câmara Municipal, estão garantidos para o ano que vem. Então, todos eles que estão na classificação técnica do orçamento, no anexo como suplementar, de fato estão garantidos para o ano que vem, assim como o Jomi. Isso vale para outros temas que estão nesse anexo em relação a outras ações.

Em relação à questão colocada pela Deputada Leci, que tem apoiado sempre muito as ações na área de direitos humanos e cidadania, a fonte suplementar é isso, está garantido, não é recurso que dependa de nenhuma condicionalidade.

Sobre o Fundo, temos trabalhado para conseguirmos fazer a regulamentação junto com o Grande Conselho do Idoso. Há a lei aprovada. Quanto à regulamentação do Fundo, não basta só sair o decreto; a Prefeitura precisa tomar iniciativas administrativas de constituição de sistemas de gerenciamento dos projetos. Isso já foi demandado formalmente. Temos cópias dos ofícios para fazer essa reserva para a Prodam desenvolver o sistema de gerenciamento do Fundo do Idoso, à semelhança – porque também é por dedução fiscal do imposto de renda – do Fumcad. Nesse tema, na medida em que estiver regulamentado, com as condições materiais administrativas estruturadas, com certeza São Paulo, que tem potencial para arrecadar na área de criança e adolescente, tem também na área de idosos, e é uma fonte orçamentária indispensável. Temos trabalhado para isso. O que não dá é para sair a regulamentação sem ter as condições de operacionalização. São sempre medidas normativas, mas também administrativas para conseguir fazer o Fundo começar funcionando bem, sem passivo. Assim a gente vem tentando resolver nesse assunto, porque, para gerenciar um fundo, é preciso ter uma estrutura própria, específica, e também o Grande Conselho do Idoso precisa ser deliberativo. Hoje ele é consultivo. Tudo isso, temos discutido no Conselho. Precisa alterar a composição, porque, para deliberar projetos, tem que ser paritário para daí o Conselho deliberar os projetos que vão ser apoiados no Fundo, semelhante ao que ocorre na área do Conselho da Criança e do Adolescente. Temos nos debruçado muito sobre isso, na

perspectiva de regulamentar, e já foi demandada oficialmente a estruturação de um sistema específico via Prodam na Sempla para a gente construir tanto o Fundo da Criança e do Adolescente como para usar a estrutura desse fundo, no que se refere a sistema informatizado, para o Fundo do Idoso.

O André fala sobre o valor da Parada. Também é nosso posicionamento. Não dá para comparar valor de conferência com valor da Parada LGBT, pelo próprio significado histórico e pelo quanto mexe com o turismo na Cidade. São coisas totalmente diferentes, incomparáveis em termos de orçamento. Mas o orçamento previsto na nossa Secretaria para dar suporte à realização das conferências da nossa responsabilidade, isso está garantido no orçamento. É lógico que cada conferência tem uma mobilização diferente da outra. São orçamentos que não estão só nesses 200 mil previstos, mas são suportados pela dotação orçamentária de administração da nossa Secretaria, onde tem, por exemplo, o contrato de eventos. Então, toda a parte de infraestrutura, lanche, almoço, essa parte toda não está aqui; aqui é mais a parte de metodologia e mobilização. Na outra dotação orçamentária há o recurso específico, e as conferências estão garantidas, e preferencialmente para ocorrer em espaços públicos, porque, claro, para otimizar o orçamento, não precisaremos pagar infraestrutura para a realização das conferências.

Polo do Idoso, dotação orçamentária específica. Embora não tenha uma dotação específica, os recursos de manutenção e das atividades do polo estão garantidos na dotação mais genérica, na Promoção e Defesa dos Direitos dos Idosos.

Isso é muito do processo orçamentário das diretrizes, que todas as Secretarias estão fazendo. Na prestação de contas da execução orçamentária, não há uma dotação específica, mas um DA, que é um código interno da Administração, em que se consegue saber exatamente como o recurso está sendo despendido. Então, essa é uma questão que pode ser aperfeiçoada, mas não neste momento pelo Executivo; isso pode ser feito pelo próprio Legislativo ou com uma proposta mais ampla da Prefeitura, que é coordenada no âmbito da

Secretaria de Planejamento. É um ponto que pode ficar para as nossas discussões no Cepop, que é o Conselho no qual discutimos também o orçamento e o planejamento municipal.

**O SR. RICARDO NUNES** – Larissa, oficinas do polo cultural do idoso, de 160 mil, é a demanda deles, não é isso?

**A SRA. LARISSA BELTRAMIM** – Isso. Nesse ponto, as oficinas só são mesmo no polo do idoso e não em outros espaços da Cidade porque houve uma transição – e isso é importante falarmos – quando foi criada a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania. Na antiga Secretaria de Participação e Parceria, havia uma coordenação que se chamava Compares, que era a Coordenação de Ações de Empreendedorismo e Participação. Lá existia uma dotação orçamentária específica para oficinas em todos os temas: idosos, mulheres, para o tema da igualdade racial, para a juventude. Só que, na reestruturação, a Compares foi extinta e a parte de empreendedorismo passou para a Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo; não é mais nossa a responsabilidade em termos de competência. Por isto que a nossa Secretaria não pode mais fazer Oficineiros como fazia anteriormente: a competência institucional passou para outra Secretaria e hoje está na Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, comandada pelo Secretário Arthur Henrique. Então, não temos mais orçamento para a parte de oficinas em sentido amplo, mas, na parte dos idosos, no Polo Cultural, onde temos um equipamento específico, tem dotação garantida para as atividades que vão ser recomeçadas depois de todo o processo que já citamos aqui e há todo um detalhamento a ser feito, se necessário, no âmbito do Grande Conselho, e assim por diante.

Apesar de não ter orçamento para o ano que vem, acolho a demanda de mapeamento dos idosos na cidade de São Paulo. Não está realmente específico, mas podemos desenvolver para uma agenda juntamente com outras Secretarias. Podemos tratar isso mais à frente, assim como vem sendo feito o mapeamento da população em situação de rua e o da juventude em São Paulo. Temos esse mecanismo e é tratado de forma

intersecretarial. Uma etapa do mapeamento da juventude, por exemplo, acabou de ser entregue pela Unicamp e vai ser apresentado publicamente. É um trabalho cujo orçamento compete, sim, à Prefeitura, apresentar e acolher.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. LARISSA BELTRAMIM** – Não, é para valer, Dona Socorro, é mapeamento de verdade. Sobre a sugestão do Laerte, para ter uma virada na área de direitos humanos e cidadania em torno do 10 de dezembro, no ano passado foi o primeiro, por isso ainda não é muito conhecido, mas, para a semana do Dia Internacional dos Direitos Humanos, temos programada já uma série de atividades na Cidade juntamente com o Conselho da Cidade. Então, as entidades da sociedade civil que participam das atividades no âmbito do Conselho da Cidade também estão mobilizadas para propor atividades e propor que isso faça parte do Calendário Oficial da cidade de São Paulo.

Nicole, o POT está dentro da nossa previsão do Programa Trânsito e Cidadania. Então, não está escrito na apresentação como POT, pois é um programa que está na Secretaria Municipal do Trabalho, mas cujo orçamento está previsto na nossa Secretaria, que repassa para eles para as vagas específicas para o Trânsito e Cidadania. A nossa meta é ampliar de 25 para 100, se tudo der certo e se o orçamento for aprovado.

Sobre a campanha, não houve este ano, mas está prevista com a Secom, que cuida de todas as campanhas e mobilizações no âmbito da Prefeitura, de fazer para o ano que vem. Acho que dá para acolher e discutir como vão ser os conteúdos. O Centro de Referência LGBT, antes chamado Centro de Referência de Combate à Homofobia, hoje já vem sendo encarado como um centro de referência da cidadania LGBT. Sob um olhar político, a cidadania LGBT abarca muito mais conteúdos e mensagens que podem ser trabalhadas para o ano que vem. A questão orçamentária não é com a nossa Secretaria, é com a Secom. Tudo que é campanha é na Secom, que trabalha os temas da Prefeitura de uma forma geral; tudo que é sistema de gestão, como o da Prodam, é com o orçamento da Sempla, embora trabalhe os

temas do conjunto da nossa Secretaria.

Por fim, o Luiz apontou a questão do baixo orçamento na área de idosos. Não é de 1 milhão o orçamento para idosos na Prefeitura como um todo, é o orçamento da Secretaria, mas acho que dá para considerar uma demanda para que ele seja maior. O orçamento do idoso, no entanto, está em outra Secretaria, como o orçamento para criança e adolescente: há orçamento na área de educação, na área da saúde, na da assistência social, na de esporte e cultura, e assim por diante. Se somarmos o orçamento para a Promoção e Defesa dos Idosos na cidade de São Paulo, teríamos que identificar os mecanismos de gestão e de orçamento que estão sendo aperfeiçoados para conseguir identificar como é o orçamento para os idosos na Saúde, na Assistência Social, no Esporte, no Trabalho, e assim por diante. O 1 milhão, portanto, é do orçamento daquilo que a Secretaria desenvolve, mas, em termos de política do envelhecimento ativo e saudável, há um potencial crescente e ela precisa, cada vez mais, não só no âmbito municipal, como no nacional, ganhar mais força, porque sabemos que não é um tema do futuro, é um tema do presente pelo envelhecimento da população e sabemos que os orçamentos das Administrações estão aquém da necessidade e das políticas que estão ainda em desenvolvimento.

Feitas essas ponderações, me coloco à disposição para responder outras questões, por escrito ou em audiência. Gostaria de agradecer às pessoas pelas questões formuladas, ao Presidente da Mesa e aos Vereadores presentes.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Agradeço V.Exa., Sra. Larissa Beltramim, Secretária Adjunta da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, e a todos a presença.  
(Palmas)

Dou por encerrada a audiência pública desta Pasta.

A próxima audiência é referente à Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida. Convido a Sra. Secretária Marianne Pinotti e suspendo os trabalhos por

dois minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Dalton Silvano.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Convido, para fazer sua exposição, a Sra. Marianne Pinotti.

**A SRA. MARIANNE PINOTTI** – Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui para mostrar o nosso orçamento para o ano que vem e as nossas propostas de trabalho, que é o que mais interessa para a Cidade.

A competência da Secretaria é de articulação das políticas voltadas às pessoas com deficiência na Cidade e com poucas ações diretas com a população com deficiência.

- A oradora passa a referir-se às imagens na tela de projeção.

**A SRA. MARIANNE PINOTTI** – Então, está aí nosso orçamento, construímos e pedimos um orçamento de 25 milhões. Tivemos aprovado um orçamento de 17 milhões, com as emendas deu R\$ 17,7 milhões.

Próximo.

Vou passar rapidamente pelo detalhamento do Orçamento, acho que esse é o mais importante. Essa lâmina resume o nosso orçamento.

Então, para a administração da unidade, temos uma unidade com 60 funcionários. São 7,9 milhões, quase 8 milhões.

A manutenção do sistema de informação e comunicação são 611 mil.

Projetos para inclusão da pessoa com deficiência, 4,984 milhões.

A operação e manutenção do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, pedimos 1,140 milhão. Tivemos liberados só 210 mil. Esse dinheiro é um dinheiro que fará falta.

A capacitação, formação e aperfeiçoamento dos trabalhadores da própria Secretaria e do conselho.

Operação e manutenção da Central de Intérpretes de Libras, essa é a nossa ação

direta, mais importante. É uma meta do Prefeito e, enfim, colocamos 10 milhões e foram liberados 3 milhões.

De todo o orçamento que construímos, de 25 milhões, tivemos um corte de 7,8 milhões. Ficamos com 17 milhões.

Próximo, por favor.

Para a manutenção do sistema de informação e comunicação, que é parte importante da nossa Secretaria, pois a Secretaria é feita para fazer a articulação entre todas as Secretarias, mas também com a população, enfim, tudo isso é importante para nós: 611 mil.

Seguinte.

Pode passar o próximo, não vou detalhar cada um, porque avançamos um pouco mais rápido.

Projetos de inclusão para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida são verbas federais, aqui, que trouxemos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República: 100 mil para capacitação do conselho; 200 mil para capacitação dos direitos da pessoa com deficiência; e 300 mil de previsão de emenda parlamentar.

Próximo, por favor.

Para operar e manter o Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência, precisamos de um recurso. Era um recurso pequeno anteriormente, mas precisamos melhorar o local onde o Conselho funciona. Atualmente é junto com a Secretaria de Direitos Humanos no prédio, ali, 111 da Libero. Mas é um andar que não tem uma acessibilidade boa, o espaço é muito pequeno e estamos buscando uma nova sede para o Conselho. Para isso, precisamos de um recurso maior, a partir desse ano.

Seguinte.

Aperfeiçoamento dos nossos trabalhadores. São cursos que fazemos internamente.

Vamos adiante. Pode passar, é também dos cursos de libras.

Aí é nossa ação direta que é a Meta 53, do Prefeito Fernando Haddad, que é a

Central de Intérprete de Libras.

Essa central é uma demanda da comunidade surda, das pessoas com deficiência auditiva da Cidade, já de muitos anos. É uma forma das pessoas com deficiência auditiva se comunicarem pelo telefone. É uma proposta bastante interessante e inovadora da Secretaria.

É um recurso importante, mas é uma demanda muito antiga dessa comunidade, que nós, enfim, nos esforçaremos para atender. Passamos bastante tempo para desvincular um antigo contrato realizado pela gestão anterior, onde essa central funcionaria através da Secretaria de Comunicação.

Há um ano, cerca, na verdade, exatamente um ano, no dia 10 de outubro de 2013, conseguimos finalizar esse contrato da gestão anterior e, daí começar a trabalhar a nossa central, pela Secretaria da Pessoa com Deficiência e estamos para lançar o edital de concorrência para esse trabalho.

— Não sei se vocês já ouviram falar disso, mas é uma forma de trabalhar por internet com uma central para intérpretes que traduzem para Libras o que a pessoa com deficiência auditiva precisa saber dos serviços, a princípio, públicos. Então, é uma forma também de trabalhar também para a comunidade surda da nossa Cidade.

Basicamente, o orçamento total seria de 10 milhões. A gente investiria 5 milhões para formar e iniciar as atividades e, depois, uma manutenção anual por três anos. A gente assinou, aderiu ao plano Viver Sem Limites, da Presidente Dilma, no ano passado e esse plano trouxe a possibilidade de interlocução mais direta com as outras secretarias. São ações que temos parceria com o Governo Federal, mas a gente trabalha nessa interlocução com 20 secretarias do Governo, muito fortemente com algumas delas para avançar nas questões dos direitos das pessoas com deficiência na Cidade.

Tivemos alguns repasses federais que nos ajudam bastante, principalmente para a gente poder construir a formação do conselho, cursos para a secretaria e também fomos buscar recurso no Ministério do Turismo para acessibilidade em calçadas da Cidade.

Formação e capacitação dos conselheiros. A CIL, Central de Interpretes de Libras, também tivemos algum recurso do Governo Federal investido para essa central. As calçadas do Ministério do Turismo – lógico que esse dinheiro não veio para Secretaria da Pessoa com Deficiência, mas vai para a Secretaria de Subprefeituras para construir acessibilidade em pontos turísticos da Cidade. O principal dele vai ser o Parque do Carmo, mas tem algumas áreas na região central e na Vila Mariana também.

Temos também uma parceria forte com a CET na questão da acessibilidade nos semáforos para as pessoas com deficiência visual. São semáforos que apitam quando a pessoa vai atravessar e, então, facilitam que o cego circule na cidade. A princípio são 125 semáforos, mas a gente precisa avançar muito mais na Cidade. É uma primeira experiência muito interessante, é um passo. A gente passou de um semáforo sonoro na Cidade, só tem um na Cidade para 125, mas 125 ainda é pouco. A gente precisa avançar mais nessa questão. Mas acho que inaugura uma nova fase para as pessoas com deficiência visual poderem transitar com mais tranquilidade e acessibilidade na cidade de São Paulo.

O plano São Paulo Mais Inclusiva, que mostrei um pouco o ano passado, e o considero como o trabalho mais importante da Secretaria. É uma secretaria de articulação, de meio, então, a gente precisa trabalhar todas as questões voltadas para as pessoas com deficiência com as outras secretarias.

Está aqui o Secretário Jatene que nos ajuda muito com ações nos esportes. Para vocês terem uma ideia, anteriormente, na Virada Esportiva, havia pouquíssimas atividades para pessoas com deficiência. No ano passado tivemos 10 e este ano tivemos 60 atividades e isso passa a ser crescente na Secretaria de Esportes e essa articulação serviu também para isso.

O Secretário Celso Jatene até colocou um logo da Virada Paraesportiva que vai permanecer na Cidade de agora em diante. É a marca de uma ação de articulação importante na cidade de São Paulo.

Lembrar que temos cinco eixos no nosso plano: de acessibilidade; de atenção à

saúde; de acesso à educação, cultura e esporte; de trabalho; de inclusão social e cidadania. Trabalhamos com 20 secretarias no Plano e o Plano tem 70 ações que estamos acompanhando.

Outra questão importante é o trabalho territorial. Precisamos levar essas ações e lembrarmos-nos delas para onde as pessoas vivem. Então, temos feito um trabalho muito interessante nas Subprefeituras. Vamos semanalmente ou a cada 15 dias até as Subprefeituras para discutir as questões relacionadas com as pessoas com deficiência lá onde elas vivem. Amanhã, estaremos na Subprefeitura de Pinheiros, mas já fomos a oito e pretendemos estar nas 32 Subprefeituras levando - e ouvindo principalmente - sugestões, demandas locais para que possamos avançar a cada dia nas questões relacionadas às pessoas com deficiência na nossa Cidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Tem a palavra a Sra. Alcione Maria Lourenço.

**A SRA. ALCIONE MARIA LOURENÇO** – Boa tarde a todos.

Eu e a Secretária sempre estamos por perto e conversando. A senhora falou da pavimentação, da acessibilidade nos lugares turísticos, mas nós precisamos não só nos pontos turísticos. A senhora sabe que eu levo as pessoas com deficiência aos pontos turísticos por que elas gostam de conhecer e sair de casa quando têm oportunidade, mas não é só isso.

A gente precisa de acessibilidade para chegar até as UBSs. Se a senhora reparar perto das UBSs, não tem uma calçada saudável. São todas escadinhas e esburacadas. Então, quero pedir, agora, publicamente, que arrume as calçadas no entorno das UBSs porque é difícil para mim que sou deficiente visual, imagine para quem usa uma cadeira de rodas. Um usuário de cadeira de rodas precisa pensar muito para chegar até a UBS e ter alguém para auxiliá-los porque senão eles não chegam. É isso que peço.

Eu sei que a verba é pouca, mas nós vamos lutar para que eles não fiquem

diminuindo essa verba. Só conheço um Telecentro, ensino de informática para pessoas com deficiência, na estação Ana Rosa, na Rua Doutor Fabrício Vampré. No restante da Cidade eu não conheço mais nenhum. Não tem pessoas com deficiência só lá. Nós temos pessoas com deficiência na cidade toda e todos precisam da oportunidade. Eu vou até a Ana Rosa, mas muitos não podem. Então peço para a senhora que estendam esses Telecentros.

Por enquanto eu vou ficar nesses pedidos, mas a senhora sabe que nós estamos sempre nos encontrando e o pedido vai se estender. Por enquanto é só. Eu não quero que tirem a verba porque a pessoa com deficiência já não tem nada, e ainda tiram a verba. Vai ter o quê? Em vez de tirar, tem que aumentar a verba, para que todos tenham uma vida com dignidade. É isso o que as pessoas com deficiência precisam, porque a maioria delas não têm nem como sair de casa. Saem nos finais de semana, quando a gente faz aquele trabalho de autoestima. Caso contrário, ficam lá, perdidos em cima da cama.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Tem a palavra o Sr. Paulo Siqueira.

**O SR. PAULO SIQUEIRA** – Muito obrigado, Sr. Presidente, nobre Vereador Dalton Silvano, nobres Vereadores Aurélio Nomura e Ricardo Nunes, Sr. Secretário Celso e Sra. Secretária Marianne Pinotti, com muita honra, estou aqui. Estou muito tenso com essas questões aqui e estou muito feliz, por outro lado, de estar aqui com a nossa querida conselheira, Sra. Alcione Maria Lourenço, um exemplo para a cidade de São Paulo, de luta, de amizade, falo isso também da Sra. Socorro, que está nessa luta. É isso o que os conselhos não fazem. Certamente se fizessem, a gente ia saber... Eu queria muito saber qual era a verba da secretaria para 2014. Eu desconfio que essa verba para 2015 diminuiu, porque, em três dotações chaves da secretaria, diminuiu, em muito, a dotação prevista para 2015. Tomara que a Câmara Municipal reponha esses valores. A exemplo da palestra anterior, falo para pessoas vulneráveis.

Por que a gestão Haddad e a cada segmento vulnerável está tirando o dinheiro, em

vez de aumentar, sendo que o orçamento está aumentando, de 50 para 51 bilhões de reais. Por exemplo, na dotação, na operação e manutenção dos conselhos participativos, no caso do CMPD(?), a dotação de 2014 é de 1,8 milhão de reais. Foi executado só 12% até setembro, 218 mil reais, e para 2015, 310 mil reais. Reduziu-se praticamente em cinco ou seis avos. Isso é muito grave, porque o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência é importante. Há quantos anos existe o CMPD(?)? Muitos, há mais de dez anos. Então, é lamentável que esse conselho esteja sendo reduzido, como também está sendo reduzido a questão das Libras. Para 2014, há 6,5 milhões de reais. No ano passado, falamos sobre isso. De novo, a senhora não executou nada até setembro de 2014, e ainda reduziu o valor para 2015, para três milhões de reais. Realmente a central de Libras, guias e intérpretes está ameaçada para o ano que vem. É lamentável o que está acontecendo.

Nobres Vereadores, há uma situação trágica. Quanto a projetos para inclusão da pessoa com deficiência, valor inicial, aprovado por V.Exas., 4,36 milhões de reais. Em nove meses, foi executado e liquidado zero real, nenhum centavo. Para o ano, há redução para 500 mil reais. É um fato grave e inédito. É um tapa na cara da população idosa, com deficiência e mobilidade reduzida na cidade de São Paulo.

Eu peço união do Grande Conselho Municipal do Idoso para o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Estão atacando esses dois conselhos, a população muito vulnerável. Não é possível. Há verba federal aí. A fonte 02 também não foi utilizada, quanto a projetos. Em nove meses, o projeto não sai do papel, nem com verba federal, fonte 02. Então, é lamentável o que está acontecendo. Fala também quanto à capacitação, à formação e à formação dos trabalhadores na secretaria. Aí foi executado zero também.

Quer dizer, durante esses nove meses, acho que nada ocorreu na Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. De janeiro a setembro, nada ocorreu. Será que, em outubro, vai ocorrer alguma coisa? Senão, essa secretaria não tem razão de existir. Desculpe-me, mas esse é um desrespeito da Gestão Haddad em relação a essa questão.

Vou também tratar de assuntos correlatos, como o Centro de Formação e Acompanhamento e Inclusão, para se ampliar a oferta de vaga para crianças com necessidades especiais. São sete centros ampliados para 2014. Sabem quantos foram ampliados? A meta era 13. Há sete prometidos para a LDO. Quantos realmente foram revitalizados, ampliados nas três coordenadorias de educação? E, por fim, os Centros... Construção e Instalação de Centros Especializados de Reabilitação, também projeto importante que vai atender cinco regiões da Cidade de São Paulo: Cachoeirinha, Cidade Tiradentes, Itaquera, Mooca, Parelheiros, Pirituba e São Mateus, cada um no valor de nove milhões e 700 mil reais.

Gostaria de saber se algum deles saiu do papel em 2014, sendo que a verba era de 48,6 milhões de reais, totalizando os oito e pelo menos alguns já eram promessa para entregar agora em dezembro de 2014. Gostaria de saber por onde anda, mesmo sendo essa Secretaria um assunto que essa Secretaria é responsável pelo PPA, então, tem de saber o que está acontecendo com o CER se finalmente a população vai ser atendida. Por fim, o Programa Atende, são 58 milhões de reais. Foi ampliado? Qual foi a ampliação do Programa Atende? Realmente, a resposta de Transporte não foi convincente na audiência da semana passada, então, replico a pergunta para a senhora.

Por fim, a assistência social, proteção especial à pessoa com deficiência, projeto um: atendimento à pessoa com deficiência nos núcleos de apoio e reabilitação social, 13 milhões de reais, foi executado quanto? Segundo, manutenção do serviço de acolhimento às pessoas com deficiência: sete milhões e 200 mil reais, foi executado quando e onde, totalizando 20 milhões de reais. Peço a clemência desse dinheiro não ser desviado de novo como aconteceu também com a Secretaria de Direitos Humanos em que dez verbas federais simplesmente sumiram a dotação.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

**O SR. LAERTE BRASIL** – Sou Presidente da Confederação Unidas dos Municípios

Trabalhadores e Empreendedores Sustentáveis da Cidade de São Paulo, que a Unisp trabalha o empreendedorismo. Primeiramente, vimos aqui cumprimentar a Secretária, os Srs. Vereadores, demais autoridades da Mesa, telespectadores da TV Câmara, os internautas, e todos mobilizados para debater as políticas públicas com pessoas com deficiência de São Paulo. Todos nós temos um pouco de deficiência, ninguém é normal, mas eu vou trazer aqui para a Secretária que no ano de 2013 em São Paulo foram mortos 1620 cidadãos por acidente de trânsito, desse número, 620 foram pedestres e desses 60% foram pessoas acima de 65 anos, inclusive, pessoas com deficiência. Dos mil 38% foi de madrugada, com a classe média alta, com o uso de drogas e alcoolismo. Isso supera o número de mortos na guerra entre Israel e a os palestinos na faixa de Gaza. É um verdadeiro absurdo, mas as políticas que estão sendo implementadas de políticas públicas urbanas pelo governo Haddad sem dúvida nenhuma o ano de 2014 vai diminuir em cerca de 50% as mortes em acidente de trânsito aqui na Cidade de São Paulo.

Primordialmente, além disso, 450 foram para cadeiras de rodas dando prejuízo de mais de dois bilhões de reais anualmente ao SUS. Como proposta eu vejo as calçadas demarcadas por ciclismo, nos horários de pico, os cadeirantes, inclusive, donas de casa com bebês, tem grande dificuldade de transitar nas calçadas de São Paulo.

Como sugestão, sugiro uma intervenção junto com a Secretaria de Transportes a demarcação das calçadas para pessoas cadeirantes, inclusive, senhoras com bebês.

A outra sugestão é a promoção através da Secretaria de V.Exa., integrada com a Secretaria de Esportes, é a realização anualmente, dos Jogos Paraolímpicos aqui da cidade de São Paulo como política pública de desenvolvimento. Por enquanto está assim e tenho outros dados aqui para encerrar. Temos uma pesquisa com cidadão de 18 a 50 anos que praticam atividades esportivas que conseguem transitar nas ruas da cidade de São Paulo a três quilômetros e meio por hora, o cidadão que não pratica esporte nessa faixa etária que não pratica esporte consegue andar 2,5 quilômetros. Já o cidadão na faixa etária de 51 a 65 anos

anda dois quilômetros.

Temos uma proposta de organizar a mobilidade urbana, (palavra inaudíveis) trocando todos os semáforos e que as Secretarias façam um estudo das faixas etárias, criando um sistema de digitalização em São Paulo, já entregar um bilhete do cidadão Câmara Municipal deficiência até o idoso. Ali de acordo com a quilometragem que anda por ora vai estar no bilhete em o semáforo vai dar cinco ou dez segundos a mais para ele poder atravessar. Esse projeto eu apresentei em Curitiba e já desenvolve esse serviço avançado e quando eu coloquei na conferência todo mundo achou que era impossível e Curitiba já desenvolve.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Tem a palavra a Sra. Secretária Larissa Beltramim.

**A SRA. LARISSA BELTRAMIM** – Dona Alcione sempre acrescenta muito nas falas dela a preocupação com as calçadas é uma preocupação de todas as pessoas que vivem na cidade, só lembro que as calçada são parte e responsabilidade do poder público, parte das pessoas que vivem na cidade, então, a gente precisa construir essa questão de cidadania de cuidar da própria calçada não só para o carro entrar dentro da garagem, mas para as pessoas com ou sem deficiências poderem transitar de uma forma adequada na frente da nossa casa, também é uma questão de mudança de paradigma isso.

A gente tem avançado nessa questão, fomos no Ministério do Turismo buscar recursos, mas estamos buscando recursos também no Ministério das Cidades, justamente, para fazer os entornos de hospitais e de unidades básicas de saúde. Todas as reformas, isso eu tenho o compromisso do Secretário José de Fillippi que forem feitas em UBSs na cidade vão ser feitas com acessibilidade, dentro e fora e temos, enfim, avançado pouco a pouco na melhoria das calçadas. São Paulo é uma cidade muito grande, mas a gente precisa sempre avançar, temos trabalhado com a Secretaria de Subprefeituras, com a Educação, Saúde, Transporte para melhorar a questão das calçadas.

A senhora falou dos telecentros o Secretário Simão esteve aqui antes de mim hoje e é muito sensível essa questão da acessibilidade nos telecentros, que passaram por modificações importantes nos últimos meses, estiveram fechados por um tempo, mas estamos trabalhando a questão da acessibilidade para as pessoas com deficiência, não só naquele telecentro que a senhora conhece, mas nos outros também para pessoas com deficiência visual, mas também para as pessoas com deficiência intelectual, que é fundamental que elas possam na medida do possível acessar o computador, ter essa possibilidade do acesso digital.

Temos construído a verba da Secretaria de acordo com a nossa necessidade. Temos tido todo um apoio do governo, do Prefeito, para que tenhamos mais verba. Mas o mais importante não é que tenhamos verba, é que possamos executar as ações, principalmente em conjunto com as outras secretarias. Temos conversado bastante sobre esse plano que construímos, não é, dona Alcione, com as outras 20 secretarias, e que do meu ponto de vista é o trabalho mais importante da Secretaria da Pessoa com Deficiência, que é articular as ações nas secretarias que entregam as ações. E nisso temos tentado avançar, e conseguimos avançar bastante na gestão do Prefeito Fernando Haddad.

Dr. Fábio, agradeço suas considerações, e lhe digo que pegamos uma Secretaria que tratava basicamente de acessibilidade arquitetônica, com muitos méritos, porque quando a Secretaria foi criada não se falava disso na Cidade, e conseguimos, desde a época de sua criação, pela Mara Gabrili, fazer com que a questão da acessibilidade uma questão pelo menos falada pela cidade, requisitada, para tentar mudar essa cultura é fundamental. Então, quando eu cheguei à Secretaria, basicamente era esse o trabalho que se fazia, e muito bem feito. Temos a Comissão Permanente de Acessibilidade, que discute, desde antes até da criação da Secretaria, todas essas questões de acessibilidade arquitetônica, mobilidade urbana, e eu quis trazer um olhar mais social, justamente essas últimas colocações que você fez aqui. Vou começar por elas, porque era um trabalho que a Secretaria da Pessoa com Deficiência não desenvolvia antes.

Ao estudar o plano Viver sem Limite, as políticas federais, tentar trazer isso para a Cidade, tivemos a oportunidade de levar o nosso trabalho às outras secretarias, a partir da criação do plano São Paulo Mais Inclusive, do trabalho em conjunto com 20 secretarias do Governo. Conseguimos que fossem priorizadas questões voltadas às pessoas com deficiência nas outras secretarias. A educação fazia um trabalho longo já, a saúde também, com algumas diferenças que temos trabalhado hoje, que é a questão do CER, que é uma forma diferente de trabalhar a saúde da pessoa com deficiência, pois não é a saúde apenas voltada para a reabilitação física, mas a saúde em termos de rede de proteção, que é a lógica desse novo equipamento, que é um centro especializado em reabilitação. É um trabalho de inserção da pessoa com deficiência no ambiente onde ela está, onde a saúde não trabalha só para consertar o que está errado, mas para incluir aquela pessoa verdadeiramente. Então temos acompanhado e trabalho junto com a educação na questão da educação inclusiva, no fortalecimento do Sefaz(?), que pode não ter tido aumento de Sefaz, mas seguramente teve aumento de professores de acompanhamento de inclusão, os PAAES, que trabalham no Sefaz, e uma força mais importante para a educação inclusiva. No CERs, já conseguimos habilitar 15 unidades com o Ministério da Saúde, que eram sete, e hoje são em número de cinco para atender os quatro tipos de deficiência. Um foi inaugurado em Ermelino Matarazzo, e, o próximo, provavelmente o de Itaquera, que é o que tem terreno por enquanto. A dificuldade é a questão dos terrenos, porque o CER, como está concebido no Governo Federal, precisa de um terreno de pelo menos três mil metros, e os terrenos grandes são raros na cidade de São Paulo e difíceis de se conseguir. Mas temos até trabalhado no GT de terrenos da saúde, para tentar priorizar os terrenos para os Centros Especializados em Reabilitação.

Com a Secretaria de Transportes nós trabalhamos praticamente todo dia, inclusive na nova concepção do Atende.

O Atende era para transportar, em vans, de quatro a cinco pessoas com deficiência física grave e seus acompanhantes, mas que acabam levando só uma, porque as distâncias

em São Paulo são muito complexas, é difícil de organizar os circuitos. Então a forma com que nós discutimos e trabalhamos o aumento do atendimento do Atende, a princípio, seria, nas viagens eventuais, utilizar taxis acessíveis. Isso foi discutido com o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Foi aprovado antes no Conselho, em cuja reunião eu estava presente, assim como a dona Alcione. E que nas viagens eventuais, aquelas marcadas de última hora, que os táxis passassem a buscar essas pessoas com deficiência, e que nós pudéssemos usar as vans, liberando as vans para fazer os circuitos de todo dia. Em geral, são dois a três atendimentos que as pessoas ter na saúde por semana. Então foi uma forma encontrada, discutida, aprovada e implantada pelo conselho, que eu considero inovadora e interessante para a Cidade. Não precisa de uma van para buscar para uma pessoa com deficiência, nem que seja o cadeirante. O táxi talvez seja uma forma até mais confortável para transportar a pessoa com deficiência. Foi uma vitória para a cidade, para as pessoas com deficiência, aumentar com os táxis. Além disso, estimula que a Cidade tenha mais táxis para a pessoa com deficiência. Hoje são 80 a 90, mas numa cidade como São Paulo caberia muito mais. Mas o taxista tem uma garantia de que o táxi vai ser utilizado, e essa pode ser uma forma de darmos uma garantia.

O segundo avanço no Atende foi o atendimento das pessoas com transtorno do espectro autistas e dos surdo-cegos. Conseguimos, em construção junto com o Conselho, junto com a Secretaria dos Transportes. Recentemente, o Prefeito mudou o decreto. E, hoje, o Atende atenderá surdo-cegos, que realmente têm uma dificuldade muito grande de usar o transporte público, e de autistas que não possam utilizar o transporte público. Muitos autistas vão superbem no ônibus, no metrô, outros têm claustrofobia, principalmente, e não conseguem ficar em ambiente com muitas pessoas. Então para esses meninos e meninas, adultos e adultas também, vamos poder fazer com que o Atende os atenda.

Na Assistência Social temos acompanhado muito a questão das residências inclusivas, que é isso que você quis dizer com aquela verba federal. Está aí uma política

público difícil de construir, complexa, com uma concepção diferente da concepção do Abrigo. Então te convido a visitar uma das residências inclusivas que já estão funcionando na Cidade, que não funcionavam antes, e que funcionam nessa nova concepção, em que a pessoa com deficiência pode conviver em sociedade. Uma das exigências que o Ministério do Desenvolvimento Social faz, até para mandar a verba, é que seja uma casa no meio da comunidade, que as pessoas com deficiência que vivem ali não estejam separadas, segregadas. Então é uma nova lógica de inclusão. Temos que trabalhar nisso, não é, dona Alcione. Não dá para desmerecer em nada o que as entidades que ainda abrigam pessoas com deficiência, segregadas, fazem. É o que podemos fazer hoje. As pessoas com deficiência foram salvas pelas entidades, que até hoje trabalham tanto por elas, mas precisamos começar a mudar a lógica. E esse programa social vem mudar essa lógica. As residências inclusivas podem abrigar no máximo dez pessoas com deficiência que tenham alguma autonomia e que possam conviver com os seus nove colegas e conviver em sociedade, sair, voltar, trabalhar. Temos construído junto com a Secretaria de Assistência Social também essa questão, que eu considero muito importante e fundamental para a Cidade.

Quanto à verba para o Conselho, você tem toda a razão. Estamos tentando construir uma verba melhor para o Conselho. Disse, aqui na minha primeira fala, que já era meu objetivo, desde o ano passado, conseguir um espaço melhor para o Conselho funcionar. A gente não conseguiu, não por falta de esforço. Visitamos mais de 15 lugares. Pessoalmente, fui a vários, com a Sandra, que era a ex-presidente, depois com o Gilberto, o atual presidente. Mas a questão de acessibilidade ali no centro é muito complicada. Vários lugares que toparam alugar para gente não tinham acessibilidade, não dava para ser pelo Conselho. No fim, um dos que topou e que tinha acessibilidade, na hora em que soube que era para alugar para a Prefeitura, ele subiu o preço quatro vezes. A Secretaria do Planejamento não topou e eu achei que não devia insistir, acho um absurdo que o aluguel seja inflacionado porque está alugando para a Prefeitura.

Estamos tentando construir isso. Não tenho qualquer dúvida, se conseguirmos um bom lugar para o conselho, a Secretaria do Planejamento vai bancar. Talvez não apareça diretamente no meu orçamento, mas, enfim, pagamos por lá ou damos um jeito. Hoje, ainda não temos espaço, estamos usando a Secretaria de Direitos Humanos. O Rogério e a Larissa cedem pra gente o espaço, que não é bom, mas estamos buscando coisa melhor. Ajudem a gente para acharmos um lugar melhor para o conselho, e vai ser bom para todo mundo e também pra mim.

A Central de Libras, temos uma história na cidade quanto à Central, houve uma contratação no Governo anterior que não funcionou. Uma das grandes preocupações que tinha quando assumi a Secretaria era porque havia esse contrato, tinha sido investido dinheiro público e a Central não funcionava. Fui tentar entender por que, várias questões aconteceram, mas a verdade é que a tecnologia não funcionou. Não é, Marta? (Pausa) A Marta acompanhou diretamente, desde a gestão anterior, e a tecnologia não funcionava. Caia. Temos de ter três pontos, a pessoa com deficiência auditiva, o intérprete e o serviço a ser acessado funcionando de forma sincrônica, perfeita. Caso contrário, a conversa não acontece, não tem jeito. Isso é o que estamos tentando construir. Fui visitar as Centrais de Libras no Brasil e fora dele, para que possamos ter uma tecnologia apropriada para a cidade. Além dos três pontos, não pode cair a rede. São Paulo é muito grande, são 530 mil surdos na cidade de São Paulo. Precisamos ter um fluxo positivo, tem de funcionar direito.

E a construção, e nós conseguimos terminar o contrato de um ano, no final do ano passado, estamos terminando o edital para colocar à disposição de quem quiser concorrer. Há poucas empresas no Brasil que têm tecnologia desse tipo para oferecer. Então a construção do edital não foi fácil. Não adianta me dar o menor preço e não dar o serviço que eu quero. Foi preciso construir um edital com muitos detalhes: olha, o que precisamos para a cidade foi construído junto com a comunidade surda. A Feneis – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos está aprovando a formação do edital, e foi bastante complexa a

construção. Espero que consigamos iniciar ainda este ano. A Márcia está com tudo pronto para publicar o edital até o final do mês para começarmos 2015 com a Central funcionando. Basicamente, o que houve foi a demora na construção desse processo. Não é simples, e espero que a cidade possa ter esse sistema funcionando a partir do ano que vem.

A questão de zero reais - aplicados nos projetos de inclusão - nós tivemos um corte de 4 milhões, o orçamento foi congelado. Todo aquele orçamento, continuamos os projetos através da verba que havia para eventos e dos cursos que conseguimos trazer do Governo Federal. Continuamos com os projetos de inclusão, cursos de Libras nas áreas da Saúde, Educação, Guarda Civil Metropolitana, são três ou quatro lugares em que damos cursos de Libras. Também todo trabalho da CPA na área de inclusão e acessibilidade continua; e para a formação do conselho, demorou em chegar a verba federal, são enrolados para mandar, mas vai acontecer o curso para os conselheiros. Enfim, as coisas estão caminhando, não a passos larguíssimos como gostaríamos, mas, pelo menos, não ficamos sem fazer nada.

Seu Laerte falou de tudo, não é? Falou de calçada, falou da Saúde, dos Jogos Paraolímpicos, e todas essas questões são importantes. Eu concordo com o senhor que a questão da acessibilidade é direito fundamental das pessoas. Não adianta falar da Educação para uma pessoa com deficiência na Saúde, com deficiência de inclusão em todos os sentidos se as pessoas não conseguem acessar os serviços. Acessibilidade no sentido mais amplo não é só calçada, é acessibilidade para os surdos acessarem o 156, para a Secretaria do Celso, para todas as secretarias da cidade. Essa questão do acesso, todo acesso é fundamental para as pessoas com deficiência da nossa cidade.

Comentando uma questão importantíssima que o senhor falou em relação aos acidentes de trânsito, e eles passam por tudo que já falamos quanto à prevenção da deficiência. Temos trabalhado com o Denatran, com a Saúde – setor em que há campanhas importantes para os acidentes de trânsito. Também temos trabalhado a prevenção à deficiência com a maternidade responsável, com o pré-natal, com o parto hospitalar, bem assistido. Todas

essas são formas de prevenção à deficiência. Não basta cuidarmos dos deficientes que estão aí, precisamos prevenir as deficiências que não precisam acontecer, não é Dona Alcione?

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. MARIANNE PINOTTI** – É isso aí, não é impossível. Há algumas deficiências que ao tomar ácido fólico, durante a gravidez, que não acontecem. Também faz parte do nosso trabalho a prevenção da deficiência. Agradeço o seu comentário que nos possibilitou falar disso.

Muito obrigada, Seu Laerte e Dona Alcione.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Quero agradecer a Secretaria e passar a palavra ao Vereador Aurélio Nomura para suas indagações e questionamentos.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Obrigado. Preliminarmente, gostaria de cumprimentar a Secretária Marianne Pinotti e o seu Chefe de Gabinete. Quero fazer então uma indagação. O orçamento deste ano eram 22,7 milhões. Foi liquidado apenas 5,4 milhões. Vemos que houve uma realização muito baixa por parte da Secretaria. Fica então a minha dúvida. Dentro das metas a serem atingidas pelo Prefeito, praticamente nada foi feito. Temos aí, por exemplo, residências inclusivas para pessoas com deficiência, parece que são duas... não, três estão sendo implantadas. Dos cinco centros especializados de reabilitação, parece que um foi implantado. Também quanto a questão que estamos acompanhando, Central de Libras, o orçamento previsto, que a senhora mencionou de 10 milhões, infelizmente, chegou a três milhões, a menos de 1/3 do que se pretende. Ano passado, gostaria de indagar: por que nada foi realizado? Isso nos deixa preocupado com relação à inclusão da pessoa com deficiência. Estava previsto quatro mil reais, nada foi realizado. As ações de acessibilidade, não há recursos para o próximo ano, essa também é uma indagação.

Então, apesar dos poucos recursos que possui a Secretaria, lembrando que a semana passada nós ouvimos a Secretaria dos Transportes, que só este ano está destinando dois bilhões em subsídios. Ano que vem diz que vai baixar, mas acho improvável pelo que foi

previsto no orçamento. Ouvimos a Secretaria de Obras, que tem previsão de só pagar à Loga cerca de dois bilhões, no próximo ano. Quer dizer, são valores astronômicos, que nos assusta principalmente e tendo em vista uma pasta que é de fundamental importância para a nossa cidade, principalmente para aquelas pessoas que têm deficiência e mobilidade reduzida e a gente vê uma extrema, extrema parcimônia que a Prefeitura vem investindo.

Então essas seriam as alegações e a outra questão, o ano retrasado eu aprovei uma lei que cria a obrigatoriedade de estacionamento para gestantes e para crianças de colo. Eu vi sendo implantado em supermercados, vi sendo implantado em *shopping*, mas não vi sendo implantado na Prefeitura de São Paulo, até hoje na Prefeitura de São Paulo não existe um lugar reservado para as gestantes e aquelas pessoas que estão com crianças de colo.

Eram essas as minhas indagações.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Secretário, só para agilizar, posso fazer as minhas e aí responde? Posso.

Primeiro, obrigado pela sua paciência, já veio aqui outro dia, a gente acabou não conseguindo falar, as audiências públicas quando se atrasam na verdade eu acho que é um bom sinal, porque as pessoas têm falado e questionado.

Começando pelo primeiro item da peça orçamentária, nós temos manutenção do sistema de informação e comunicação, de 399 mil reais está saltando 53%, indo para 611 mil reais. Isso dá um valor de 50 mil, 598 por mês e se dividirmos pelo número de funcionários vai dar 849 reais por mês por pessoa. Se vocês puderem dar uma olhada nisso, porque se nós fizermos uma avaliação, Secretária Marianne Pinotti, teremos um per capita de 849 reais e 30 centavos por mês do sistema de informação e comunicação, que é bastante elevado se considerarmos qualquer comparativo no mercado.

Anuncio a presença do Vereador Eduardo Tuma.

Com relação à operação e manutenção da central de interprete de Libras, na sua apresentação, Secretária Marianne Pinotti, a senhora falou de dez milhões e 33 mil, mas nós

só temos para 2015, três milhões e 92. Então se seria necessário complementar ou se o restante do valor está em outra Secretaria, para a gente poder entender.

De uma forma geral, foi uma pena que no ano passado, no Orçamento, batalhamos bastante para aumentarmos os recursos da Secretaria, tão importante, da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, chegou na Casa com 18 milhões, com o trabalho de todos os Vereadores foi elevado esse recurso para 22 milhões e agora a senhora nos traz a notícia de que infelizmente foram congelados quatro milhões de reais e está proposto para 2015 17 milhões, 783 mil. Uma pena essa redução, a gente lamenta. Algumas secretarias têm os seus orçamentos elevados e essa que é tão importante, infelizmente está se reduzindo.

Fazer mais duas questões. Existe, Secretária, esses *playgrounds* inclusivos, que outro dia eu estava num parque observando, chegou uma criança lá com cadeira de rodas e ela fica olhando a criança que pode balançar na gangorra e a criança com cadeira de rodas não pode. Então se existe alguma ideia da Secretaria trabalhar a questão dos *playgrounds* inclusivos nos parques, que eu acho que é superimportante, e se existir alguma coisa, gostaria de ter o conhecimento para junto com a Comissão de Finanças poder trabalhar alguma questão dentro dessa área, inclusive de conseguir recursos, porque toda vez aqui na Casa se comenta isso, é muito triste você ver num parque uma criancinha de cadeira de rodas não poder brincar e fica vendo o amiginho poder usar o parquinho. Parece que é algo barato, mas que tem uma ação superimportante na vida dessas pessoas.

Por último, só faze um comentário, que a senhora fez a apresentação, eu até tomei conhecimento que no ano passado, por uma iniciativa sua junto ao Ministério do Turismo, a senhora conseguiu um recurso de nove milhões para calçadas, que não aparece na sua Secretaria, mas é uma ação sua para a cidade de São Paulo, que me parece que foi um trabalho que a que a senhora desenvolveu junto ao Ministério para trazer esses recursos e foi para a Secretaria de Subprefeituras. Então parabenizar pela sua ação, que às vezes não aparece aqui, mas que a senhora desenvolveu em prol da cidade de São Paulo.

Era só isso.

Devolvo a presidência ao Vereador Dalton Silvano. Fiz minhas questões, Vereador Dalton Silvano, agora a Secretária vai responder as minhas questões e as questões do Vereador Aurélio Nomura. Se V.Exa. puder conduzir os trabalhos eu agradeço.

- Assume a presidência o Sr. Dalton Silvano.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Tem a palavra a Secretária Marianne Pinotti.

**A SRA. MARIANNE PINOTTI** – Obrigado. Vou começar pelas questões do Vereador Nomura. Na verdade, Vereador, acho que a gente pediu um orçamento de 22 milhões, a gente teve um corte já no orçamento e ele foi para 16 milhões. A gente não conseguiu, pelas razões que eu expliquei, mas volto a explicar, a gente tinha já o contrato de uma central de Libras que se chamava C-Ligue na Cidade, a gente não podia duplicar isso, nós tivemos que extinguir aquele contrato, isso demorou muito. A gente conseguiu extinguir o contrato em outubro do ano passado e aí realmente não havia mais tempo hábil para a gente construir a questão de Libras no ano passado o que a gente construiu este ano. Então, por conta disso a gente acabou não usando os recursos para a central de Libras que estava previsto para a Secretaria no ano passado.

As coisas na saúde, na educação e na assistência estão caminhando muito mais rápido do que caminhavam antes, eu acredito, mas mesmo assim eu acho que essa questão da interlocução da Secretaria da Pessoa com Deficiência é muito importante para isso. O ser, a gente foi no Ministério da Saúde no começo da gestão para entender essa nova política de saúde para as pessoas com deficiência, que sai muito daquela lógica antiga de só fazer reabilitação física e passa para uma nova lógica de que a pessoa com deficiência precisa ser tratada como um cidadão de direitos, ou seja, de direito a usar o sistema de saúde e ter os benefícios todos que o sistema de saúde pode trazer para a vida dela. Então essa nova forma de trabalhar a saúde da pessoa com deficiência, que é através da rede de atenção à saúde da

pessoa com deficiência, a gente conseguiu com Secretário Fillipi trazer para a Cidade e mudar a concepção.

Para o senhor ter uma ideia, tinham equipamentos de reabilitação na Cidade que a entrada era uma escada, enfim, que impedia as pessoas com deficiência de frequentarem aquele equipamento que eram feito para pessoas com deficiência. Então mudar essa lógica é difícil, mas é possível e acho que temos avançado. Vamos ter a conferência de saúde agora nessa semana, onde vamos ter discussões a respeito dessas questões também e isso tomou um tamanho importante e interessante na Secretaria de Saúde. Hoje tem um núcleo muito bem formado para atenção à saúde da pessoa com deficiência, de onde participa o Programa de Saúde da Família, toda atenção básica, toda atenção especializada. Não fica a pessoa com deficiência apartada lá nos NIS, que era nos NIS que ficava antes. A gente conseguiu essa interlocução dentro do sistema de saúde, que é a lógica mais importante dessa nova política federal que a gente trouxe para a cidade de São Paulo. Então acho que isso é um benefício por si só.

A questão da construção dos equipamentos é bem complexa. Eu vou confessar para o senhor que eu achei que fosse ser mais fácil na Cidade. A gente tem essa questão dos terrenos, que é uma questão que todas as secretarias grandes se deparam com essa dificuldade. Vejo um empenho muito grande da saúde em fazer com que essas unidades sejam construídas e funcionem, até porque o recurso Federal que vem é muito bom.

Mas há dificuldade de encontrar os terrenos e de aprovar os projetos. Nós temos esse CER de Ermelino Matarazzo funcionando. É um equipamento com três andares, com acessibilidade, que está trabalhando hoje na lógica de três deficiências, vai passar a atender a única deficiência que não atendiam. Nós vamos ter esse primeiro equipamento padrão na Cidade.

A partir dele, espero que inauguremos os outros quatro que estão prometidos. Das 10 residências inclusivas, duas estão funcionando plenamente, a terceira está sendo

implantada agora. Acredito que, até ao final da gestão, nós consigamos entregar as 10. A Luciana acredita muito nisso.

Aí trazemos do Governo Federal muito mais a concepção do programa do que o recurso, o recurso é muito pequeno, mas existe um esforço da Prefeitura em investir.

Para a Central de Libras nós pedimos 10 milhões para que ela pudesse funcionar 24 horas, retroagimos nessa questão e ficamos com 5 milhões para que ela possa ser implantada e funcionar oito horas, por dia, no começo. Aí, nós devemos avançar, em 2016, para fazer com que seja 24 horas.

Existe também uma demanda forte de intérprete de Libras na Saúde, combinamos, inclusive, com o próprio Prefeito de que nos hospitais, para emergências, não usássemos o computador, mas mandármos o interprete pessoalmente. Dentro desse contrato dos interpretes para a Central, também haverá o contrato dos plantonistas que ficarão divididos por região, para fazer os atendimentos de emergência na Saúde. Penso que o serviço humaniza, enfim, está se sentido mal, está com dor, não pode ficar com computador e televisão para poder...

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. MARIANNE PINOTTI** - No SAMU também está incluída nessa questão.

Por fim, respondendo um pouco do que aplicamos do nosso orçamento neste ano. Em 2014, temos aprovados 16 milhões; empenhados 8,170 milhões, que é mais ou menos 48% e reservados 5,5 milhões para a Central de Interprete de Libras que, eu espero, consigamos colocar o edital na praça e começar no mês que vem.

Deveremos executar 81% do orçamento.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** - Ok. Feitos os devidos esclarecimentos e não havendo mais nada a ser tratado desta matéria. Agradeço a presença da Secretária Marianne Pinotti e toda sua assessoria, assim como aos universitários que eventualmente participaram.

Declaro encerrados os debates da pasta da Pessoa com Deficiência e Mobilidade

Reduzida.

Suspendo a audiência pública por um minuto e meio para despedida da Secretária e já convido o nosso querido Secretário Celso Jatene.

A primeira pergunta que vou fazer será sobre a iluminação do Parque da Aclimação. Fui lá no domingo e a iluminação não estava pronta, ainda. (Pausa)

Reaberta a audiência pública sobre o tema da Secretaria Municipal de Esportes, Secretário Celso Jatene e toda sua equipe, mais Fundo de Esportes, Lazer e Recreação.

Secretário, na forma regimental, tem V.Exa. a palavra por 10-15 minutos para poder fazer a sua explanação inicial.

**O SR. CELSO JATENE** – Quero cumprimentar o Vereador Dalton Silvano, os Vereadores: Aurélio Nomura, Ricardo Nunes, Eduardo Tuma, que estão organizando e acompanhando a audiência pública.

Cumprimento as pessoas que estão nos acompanhando. Nossa audiência pública tinha sido marcado para as 3h, estamos começando falar quase às 6h. E nosso plenário ficou um pouco mais vazio, mas, mesmo assim, a turma do primeiro combate está firme aqui e tenho certeza que nosso debate vai ser bom.

Preparamos uma apresentação, podemos avançar? (Pausa)

Fizemos uma divisão um pouco mais didática, para poder fazer a explicação. Vou passar para todos e, em seguida, estou à disposição para nós debatermos.

Elaboramos um quadro geral de despesas e fizemos um comparativo entre 2014 e 2015.

Então a administração da unidade em 2014, chegamos a 68,5 milhões, aproximadamente.

A ideia é, em 2015, 67 milhões e um pouco mais de 67,9 milhões, como está ali na primeira do quadro.

A manutenção dos sistemas de informação, Prodam, o valor permanece o mesmo: 4,5 milhões em 2014; e 4,5 milhões em 2015.

Construção de Centros de Iniciação Esportiva, esse é um recurso federal para que possamos executar um programa. O Centro de Iniciação Esportiva é um programa do Ministério do Esporte.

Na verdade, tinha uma destinação de vários Centros de Iniciação Esportiva para vários municípios do País, mas não tinha nenhum centro previsto para a cidade de São Paulo.

O Prefeito Fernando Haddad tomou a frente nessa luta, junto ao Ministério dos Esportes e conseguimos trazer recursos federais para que construíssemos quatro centros de iniciação esportiva em São Paulo.

Estamos em fase de início de licitação para que possamos construir esses centros, no ano que vem. E é esse recurso que está previsto de 3,319 milhões.

Em seguida, colocamos um outro valor que é ele que dá a sensação de que nosso orçamento é superior a R\$ 500 milhões, mas é uma previsão necessária caso consigamos trazer para São Paulo mais recursos federais.

O ano passado, colocamos R\$ 250 milhões e, nesse ano, uma previsão de R\$ 277.722.504,00. O que é isso? São todos os projetos que encaminhamos para o Ministério dos Esportes.

Então, a perspectiva de trazer o recurso federal ainda em 2015 para, por exemplo, fazer a reforma de ampliação e modernização do Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa lá na Pedro de Toledo; ou criar o Centro Olímpico de Iniciação e Desenvolvimento em São Mateus; ou adaptar três centros esportivos que são: Vila Maria, Pirituba e Vila Manchester, e ainda transformar, junto com Santo Amaro - que conseguimos captar recurso privado para Santo Amaro e transformar esses quatro centros esportivos na chamada Rede Olímpica, que também para iniciação e desenvolvimento -; ou trazer recurso federal para conseguirmos construir o Parque de Esportes Radicais na zona Norte.

Então todos esses projetos foram finalizados e entregue ao Ministério dos Esportes e a ideia desse recurso constar no Orçamento é a perspectiva de conseguirmos trazer esses recursos federais para a cidade de São Paulo e, assim, poder realizar esses itens todos que citei para vocês.

A previsão de 15 milhões para implementação do Parque de Esportes Radicais da cidade de São Paulo, quer dizer, caso consigamos trazer o recurso federal, utilizaríamos esse item de cima, mas ainda existe a possibilidade de – como fizemos no Jorge Bruder, em Santo Amaro – trazer, em parceria, recursos privados. Daí poderemos construir esse Parque de Esportes Radicais.

Fizemos essa previsão, então, e estamos trabalhando para conquistar esse recurso para fazer esse parque na zona Norte, numa antiga área da Fupe.

Reforma de equipamentos esportivos: 5 milhões para 2015, quase o mesmo valor, um pouco maior do que o valor de 2014.

Promoção de atividades esportivas, a chamada Virada Esportiva, o valor diminuiu um pouco, porque é possível fazer a Virada Esportiva com R\$ 5,5 milhões e ainda existe a perspectiva para o ano que vem.

Estamos nos organizando para isso, para que possamos trazer parceiros privados para a Virada, e, quem sabe, fazê-la maior e com menos recursos.

Operação e Manutenção de Equipamentos Esportivos, a previsão para 2015 é superior ao valor de 2014, são R\$ 91.471.727,00.

Incentivo à prática de esportes, na verdade, teremos um valor um pouco menor do que tivemos em 2014. Tivemos 45,5 milhões em 2014, teremos R\$ 33.450.000,00 em 2015.

E Eventos de Esportes, Lazer e Recreação, o valor é um pouco superior para 2015, um pouco mais de 17 milhões.

Então o total de previsão do Orçamento para 2015 é R\$ 539.880.708,00, ressaltando esse valor de R\$ 277.722.504,00 que é uma perspectiva de obtenção de recursos

federais.

Fomento ao esporte que é a implantação da Lei de Incentivo ao Esporte que será feita no ano que vem que é um valor previsto de R\$ 22,595.182,00.

Depois de apresentarmos esse quadro geral para vocês, vamos fazer um detalhamento para que possam entender melhor cada item.

No quadro de detalhamento de despesas, colocamos: a folha de pagamento, um pouco mais de R\$ 54,5 milhões; diárias, R\$ 50 mil; material de consumo: R\$ 330 mil; passagens aéreas: R\$ 50 mil; serviços terceirizados: R\$ 6,5 milhões; auxílio-refeição para os funcionários municipais: R\$ 5,4 milhões – quase R\$ 5,5 milhões.

Estou falando números arredondados porque o quadro está à disposição de vocês, para que ganhem um pouco de tempo, mas se alguém quiser e precisar de algum detalhe de número, também nós estamos à disposição de vocês.

Continuando: pagamento de INSS, R\$ 8 mil; auxílio-transporte, R\$ 884.654,00; e bens permanentes, R\$ 139 mil. Total: R\$ 167.914.400,00.

Ainda no quadro de detalhamento: manutenção de sistemas de informação, a Prodam, o valor é o mesmo do ano passado: R\$ 4,5 milhões; construção dos Centros de Iniciação Esportiva, que são aqueles centros do programa federal que expliquei para vocês, R\$ 22.319.000,00, isso é recurso federal que vamos utilizar para implantar quatro Centros de Iniciação Esportiva na cidade de São Paulo.

Continuando: construção, ampliação e modernização de Centros Olímpicos – aqui está como Centros Olímpicos, mas, na verdade, são vários equipamentos esportivos que acabei de explicar, a partir do Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa do Ibirapuera, que é o que requer um valor maior, mas, também, o Centro Olímpico de São Mateus, a Rede Olímpica. Tudo isso que expliquei para vocês, agora há pouco, 277.722.504 reais.

Depois, a implementação do Parque de Esportes Radicais: 15 milhões de reais. Reforma de Equipamentos Esportivos: essa fonte 07 está sempre com destaque, porque vai

depende do aumento de arrecadação.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Só um aparte, Secretário. Aqui o Relator e nós sabemos de cor e salteado. Só falamos da fonte 07, que depende da liberação do IPTU.

**O SR. CELSO JATENE** – Pois. Mas peço licença aos nobres Vereadores que estão debruçados em cima do Orçamento. Cada vez que vejo a fonte 07, torço para que ela deixa de ficar amarela e fique verde.

Promoção de atividades esportivas, recreativas e de lazer 24 horas, que é a Virada Esportiva: 5,5 milhões.

Operação e manutenção dos equipamentos esportivos. Só como detalhe, administramos diretamente 49 equipamentos esportivos. Fora os 287 CDCs, a Secretaria administra diretamente 49 equipamentos esportivos.

Então, material de consumo: 1,9 milhão; serviços terceirizados: 72 milhões; a chamada fonte 07, aparece de novo, com 17 milhões e pouco e os bens permanentes; 200 mil reais. Total de 91.471.727 reais.

Incentivo à prática de esporte. Material de consumo: 3,5 milhões; serviços terceirizados: 28 milhões 750; outros auxílios financeiros – pessoas físicas: 1 milhão; e bens permanentes: 200 mil reais. Total de 33.450.000 reais.

Aqui entram os nossos programas continuados, que é o Temático de Artes Marciais, os Jogos da Cidade, a Taça Cidade São Paulo, Copa SP14, Revirando a Virada, Circuito Popular de Corridas de Rua; Programa Vem Dançar. Enfim, todos os programas continuados da Secretaria.

Eventos, Esportes, Lazer e Recreação. Serviços terceirizados: 17 milhões; bens permanentes: 2 mil reais.

Fomento aos esportes, que é a Lei de Incentivo. Neste ano, não tivemos condições de implantar, porque não havia recurso, mas, no ano que vem teremos esse recurso – no mínimo, quase 15 milhões de reais e poderemos chegar até 22,5 milhões.

Receitas condicionadas. Reforma de equipamentos esportivos: 5 milhões. Aqui é uma lista só da fonte 07. Operação e manutenção dos equipamentos esportivos: um pouco mais de 17 milhões; fomento ao esporte: 7,7 milhões. Total de 30 milhões da chamada fonte 07.

Aqui fizemos um quadro das emendas parlamentares apresentadas em 2014, porque tivemos, entre outras coisas, um pouco mais de dificuldade, neste ano, para executar as emendas, principalmente de obras, porque a ata de registro de preço de Siurb terminou em julho. Algumas emendas chegaram depois e tivemos uma centena, praticamente, de licitações para fazer. Então, fizemos, mais ou menos, 40 licitações. E para não correr o risco de que as emendas não pudessem ser realizadas eventualmente, mandamos algumas emendas para as subprefeituras para que eles pudessem fazer licitações pontuais também, para não perdermos o tempo da realização da emenda.

Então, fizemos, aqui, uma divisão de 68 emendas de obras. Vinte e cinco foram transferidas para a Sub; 27 foram feitas as licitações na Secretaria e agora, que ata já foi concluída, já estamos organizando 16 para que realizemos por ata.

O maior parceiro da Secretaria de Esportes da cidade de São Paulo é a Câmara Municipal mesmo, porque um valor total de emendas de quase 20 milhões de reais para somar ao nosso orçamento. É lógico que esse recurso, a sua grande maioria não irá para os centros esportivos de administração direta. Vai para os CDCs. Mas os CDCs são esporte na veia.

Foram 116 emendas de eventos esportivos. Praticamente todos eles realizados, somando um total de 9.297.659 reais.

Então, é isso que preparamos para apresentar de forma mais sucinta. Estamos à disposição.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Conforme combinamos na audiência anterior, teria muito o que falar sobre essas emendas. Se pudesse, primeiro, arrumaria a estrutura para a Secretaria de Esporte para poder completar as emendas.

Então, primeiro, falta estrutura porque, na hora em que libera todas as emendas, é impossível se executar as emendas. Esse é um problema que vamos discutir depois.

O que acontece? Precisamos saber, Secretário, de todas as emendas que não foram executadas. Porque, senão, o que acontece? O Vereador coloca a emenda, com a maior boa vontade. A emenda não é executada e fica aquela pendência.

**O SR. CELSO JATENE** – Mas só para esclarecer o nobre Vereador Dalton Silvano, que acompanha de perto os trabalhos da Secretaria, no ano passado, das emendas apresentadas, não tivemos nenhuma que não tenha sido realizada. O que tivemos, em algumas situações, foram emendas que deveriam ter sido realizadas em 2012 e não foram e, eventualmente, não conseguimos resgatá-las para 2013. Mas, aí, era um trabalho muito mais do Vereador do que da Secretaria. A Secretaria se desdobrou para fazer. Algumas emendas chegaram...

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Cumprimento a Secretaria. Não é isso. Realmente, aqui é uma obra para o Relator, porque, inclusive, agora teve publicação de licitação na Subprefeitura e deu deserta. Quer dizer, então é um problema grave.

Outra coisa, e aqui fica uma sugestão, desde a época de outros Secretários, falta uma sintonia da Secretaria com o Vereador, porque o Vereador coloca cem mil reais de emenda e quer que reforme o vestiário que custa 400. Aí, o Vereador quer fazer um campo de grama sintética, que custa um milhão e cem e põe 300 mil. Entendo que existem aqueles equipamentos e obra padrão. Vestiário: são quatro vestiários mais o banheiro, custa 500. Então não adianta por 100.

**O SR. CELSO JATENE** - Mas antes de receber a emenda, fazemos o orçamento e avisamos o Vereador do valor.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Não, mas estou dizendo agora. O que acontece? V.Exa. é um excelente Vereador e já sabe. O Vereador chega aqui e põe 100 ou 200 mil. Pode pegar. Eu estava lendo aqui, o Vereador põe 100 mil para reforma de vestiário,

não sei mais o que, 150 mil. E isso custa 200, 300, 400, 500.

**O SR. CELSO JATENE** - Aí é que está o grande problema, porque como a gente faz o orçamento antes, avisamos o Vereador. Hipoteticamente uma obra de 200 mil, o Vereador manda cem mil. E a Secretaria não tem como completar os outros cem mil. Isso às vezes funciona como um anzol, vou mandar os cem porque a obra não pode parar no meio. Então, a providência que tomamos é fazer o orçamento antes e mandamos para o Vereador. Avisamos, olha, esse valor não vai dar, precisamos desse outro valor. Mas a grande maioria dos Vereadores muda de ideia ou complementa o valor.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Normalmente ele muda de ideia, porque eu vivo isso nesta Casa.

Vou passar a palavra porque tenho apenas três pedidos aqui: por a vila olímpica na Cidade Tiradentes, piscinas aquecidas nos clubes do Ipiranga e do Cambuci e liberar verba para campo de grama sintética. São 10, 15, 20 campos, só preciso de cinco. É isso.

**O SR. RICARDO NUNES** – Gostaria de informar que a reunião de Licenciamento foi remarcada para amanhã.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Com a palavra a Sra. Maria do Socorro.

**A SRA. MARIA DO SOCORRO** – Boa tarde. Boa tarde à Mesa e a todos que restam. O problema, Celso Jatene, é o idoso. Estive olhando e não saiu nenhum projeto para Itaquera. Sou do Conjunto Habitacional Águia de Haia...

**O SR. CELSO JATENE** – Como não? E os CEUs, Dona Socorro. Dois novos CEUs na primeira etapa.

**A SRA. MARIA DO SOCORRO** – Onde?

**O SR. CELSO JATENE** – Um, estivemos juntos no Jardim Gomes e o outro no Parque do Carmo.

**A SRA. MARIA DO SOCORRO** – E daí? Eu moro no extremo Norte e o outro é no extremo Sul?

**O SR. CELSO JATENE** – Mas Itaquera acabou de ganhar dois novos CEUs. Vão começar a ser construídos agora, em áreas de esporte.

**A SRA. MARIA DO SOCORRO** – Não, eu moro no Conjunto Habitacional Águia de Haia, Cidade A.E. Carvalho, certo. Nada temos. Convidei o Sr. Subprefeito e não acreditei que ele fosse lá, porque há 25 anos que moro lá e apenas três pessoas estiveram no conjunto: a Erundina, o Mario Covas e a Marta. Quando o Subprefeito esteve lá, ninguém acreditou e nem eu tampouco. Mostrei a ele a situação. Temos sim lixão, temos uma área que também é depósito de lixo, uma cracolândia. Não temos área de lazer, não temos nada, certo?

A única coisa que temos lá é uma AMA e uma UBS. Não temos nada. Não temos EMEI, não temos EMEF, não temos nada. Temos um córrego largado e abandonado. Temos sim o Itaquerão, certo? Que é dos marajás, dos executivos, certo? A população, os idosos vivem largados, abandonados e morrendo em cima de uma cama. Nós nada temos.

Convido você, Celso Jatene, perante todos. Temos sim cracolândia. Itaquera é monstruosa, o Parque do Carmo é do outro lado. O CEU, que é nas proximidades, não atende a nossa população. Atende sim as crianças que estudam. Lá é um elefante branco. O que digo, falo e repito, não estou falando só aqui não. Falei para o Haddad. Eu, Maria do Socorro Alves, digo e repito: é bom vocês olharem com carinho a nossa região. Temos um lixão atrás do Assaí, que perguntei para o Pedro Simão onde iam colocar os computadores, em cima do lixo?

A praça única que está agora, que foi através do Maurício, ele teve a sensibilidade de ver e eu mostrei para ele. É o único local em que está sendo feita uma praça. Só isso que falo. Não puxo o saco de ninguém. Falo a realidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** – Obrigado, Vereador Dalton Silvano; Vereador Ricardo Nunes; Vereador e atual Secretário Celso Jatene e equipe; conselheiros; amigos; população; membros do Partido Humanista da Solidariedade e todos os partidos presentes hoje nesta

audiência histórica, oito horas e meia de proveitosos debates.

Na questão da Secretaria de Esportes, primeira coisa: como falamos na Secretaria de Serviços, do Deputado Simão Pedro e ele infelizmente não respondeu, vamos falar também do controle social público participativo na sua Secretaria.

A cidade de São Paulo já teve um Conselho Municipal de Esportes. Por algum motivo acontecem esses mistérios da vida e gostaríamos de saber se esse Conselho já foi convocado, restituído, será por lei ou por decreto. É um Conselho importante que já existiu em São Paulo, na época do Dr. Paulo Machado de Carvalho, em 73, e agora tem de voltar.

Também a LDO previa as obras que o senhor citou em andamento em 2014. Os dois centros olímpicos, o Parque de Esportes Radicais, pelo visto acho que nada ainda saiu de fato. As obras não começaram. Vai ficar para 2015. Gostaria que o senhor confirmasse.

Questão da Revirando a Virada. Abrir 32 equipamentos esportivos para uso 24 horas nos finais de semana. A previsão é que 11 equipamentos fossem já abertos em 2014. Gostaria de saber onde estão localizados esses 11 equipamentos. Antiga meta 41.

Centros desportivos da comunidade, o CDCs, quais são os seis que seriam requalificados dos 50, em 2014. Gostaria de saber a quantas andam essas obras e quais as regiões e quais os CDCs e seus antigos centros esportivos. Aqueles grandes e importantes equipamentos que andaram um pouco abandonados, mas agora parece que estão começando as piscinas a serem limpas, as pistas de atletismo ser recuperadas.

Quer dizer, é um projeto importantíssimo para a cidade de São Paulo. É pena que a periferia é excluída, no fundão não há esses equipamentos. Eram os antigos ligados a Cohab, eram coisas equivocadas, CL antigamente, mas agora parece que com os CEUs a coisa vai voltar a acontecer.

Questão da verba do incentivo à prática de esportes. É a verba do Fundo Municipal de Esporte, Lazer e Recreação. Se não me engano, até agosto nada tinha sido executado dos 350 mil reais. E para o ano que vem caiu para 200 mil reais. Gostaria de saber por que caiu em

150 mil reais essa verba do Fundo Municipal de Esportes para a prática esportiva.

Em outra dotação são previstos 3 milhões de reais desse Fundo para uma obra de um equipamento na Vila Mariana. Gostaria de saber se será no Centro Olímpico Marechal Mário Ary Pires ou se será no Mané Garrincha. Onde serão gastos esses 3 milhões de reais, sei que esse Mané Garrincha é um espaço muito bom. E gostaria de saber se está realmente sendo bem utilizado, porque não é o Centro Olímpico grandão. É para lá, no final da Pedro de Toledo, o centro olímpico do nosso querido bicampeão mundial falecido, Manoel Francisco dos Santos, Mané Garrincha. Lembro o Pelezão, tem vários equipamentos, Arthur Friedenreich na Vila Alpina, são vários equipamentos históricos, alguns com quase 30, 40 anos de uso. Então é importante não largar esses equipamentos públicos para a região.

Também gostaria de registrar que esporte vem perdendo verbas. Infelizmente em nove meses 132 milhões de reais foram transferidos da Secretaria de Esportes para outras finalidades, porque o orçamento começou com 522 e agora está atualizado para 390. É bom explicar porque o esporte é importante para a Cidade, mesmo que as emendas não sejam executadas, a chance de executar, como os Vereadores colocaram aqui. Isso impacta numa execução orçamentária total de apenas 23%. Claro que é mais, mas é bom explicar o que está acontecendo.

E por fim verbas federais. Ocorre a mesma questão da Secretaria de Direitos Humanos, setores que aprovaram verbas federais, reforma de equipamentos esportivos, centros desportivos, parques radicais e centro olímpico, zero liquidado nesses nove primeiros meses. Por que insistir numa verba federal que não vem? Parece Esperando a Godot, de Beckett, não vem nunca. E ainda nas reformas de esportivos para o ano que vem não tem mais verbas federal e, pior, fonte 0.7. Então está arriscado a não sair mesmo. É lamentável. E vamos ver se a coisa melhora para o ano que vem.

Queria perguntar sobre Esporte 24 horas, quais as prefeituras que estão com projeto Esporte 24 horas, sendo que Itaquera jogaram para 2015, infelizmente.

É isso e muito obrigado.

**O SR. DALTON SILVANO** – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

**O SR. LAERTE BRASIL** – Nessa audiência pública nós vamos representar a Confederação Geral do Trabalho dos Esportistas do Brasil, concluída recentemente, do trabalho dos desportistas do Brasil.

Primordialmente quero cumprimentar os Vereadores, o Secretário Celso Jatene. Em 2014 nós apresentamos... Eu sou formado em engenharia de esportes na Europa, formado, vamos dizer, formado em circo também na Europa, especializado no globo da morte, do ciclismo e no motociclismo. O esporte, Secretário, é um polo gerador de renda que no país é responsável de 13% do PIB brasileiro, isso gerando empregos em todas as epígrafes profissionais do País. E aqui na cidade de São Paulo ele gera 12% do recurso arrecadado anualmente na cidade de São Paulo, mas tem poucos investimentos. Estamos defendendo, no mínimo, 3% para a sua Secretaria e defendemos 5% do PIB para arrecadação nacional.

Mas vamos aqui. Nas audiências públicas do Plano de Metas nós defendemos a construção de 96 centros de iniciação esportiva, porque uma das grandes metas da nossa central é que para se formar uma nova sociedade do novo mundo do trabalho e do empreendedorismo é preciso investir em políticas públicas de formação do novo cidadão, que é a criança e o adolescente e a juventude. E nessa grande visibilidade que eu apresentei os projetos de construção dos CEUs à ex-Prefeita Marta Suplicy. Seria um verdadeiro clube de educação, esporte e cultura em cada distrito da cidade de São Paulo. Mas os 96 centros que eu apresentei, parabéns aos quatro que estão na meta 49, e uma das perguntas é a seguinte: se esses centros, seria possível o desenvolvimento deles para os CEUs.

A outra ação é a seguinte, apresentei também a construção do parque de esporte radicais, aqui na região Central ou no Parque Dom Pedro, já está sendo desenvolvido por essa Secretaria e a meta 45, eu defendi cinco centros de pesquisa e treinamento, mas é impossível a Administração fazer até 2016, mas vem na reforma do centro olímpico do Ibirapuera e a

construção de um centro de instrução esportiva.

Para encerrar, estou defendendo a construção de um ginásio poliesportivo. Seria uma arena com capacidade para 50 mil espectadores para desenvolver a realização de eventos, tanto na área do basquete, como do voleibol, do atletismo e do ciclismo.

Defendemos a construção de um conselho municipal de esportes, entregando todos os segmentos num conselho forte. O outro seria a realização da conferência municipal de esportes, que não estava ali relacionada.

É isso o que tinha a cientificar no momento. Obrigado pela palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Aqui não tem problema, flexibilizei bastante o horário, mas agora é o seguinte: vamos entregar às 19 horas. Então, os preâmbulos, as introduções, os discursos, a gente pode deixar para outro momento. Vamos direto para as perguntas. Aliás, há três minutos e agora vou usá-los, porque senão ficaremos sem as respostas do Secretário, pois encerrarei às 19 horas. Então, por favor, colaborem, pois o Relator ainda tem 300 perguntas a fazer.

Tem a palavra o Sr. Fausto Ferrarias.

**O SR. FAUSTO FERRARIAS** – Boa tarde a todos. Boa tarde, Celso. A minha área é corrida de rua, o Celso sabe disso. Eu só queria saber o seguinte: a gente teve, neste ano, 12 provas ou terá 12 provas, 24 no ano que vem pelo circuito popular de corrida de rua. A gente já teve há dois anos 31 provas. Só queria saber o porquê da redução de provas e se há alguma coisa na Secretaria promovendo circuito popular de corrida infantil, porque o esporte na juventude é muito importante, como diria Mandela, o esporte pode mover o mundo. Só isso.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Agora você deu um belo exemplo, foi rápido e perguntou fortemente.

Tem a palavra Mestre Henrique, da Rede Mundial da Capoeira.

**O SR. HENRIQUE** – Boa tarde. Meu nome é Mestre Henrique na capoeira, já tive a

oportunidade de conhecê-los. Gostaria muito de saber qual a importância que a capoeira vai ter nesse Orçamento. Pude ver que se refere ao esporte de maneira geral e a gente está precisando realmente de uma valorização maior da capoeira, porque ela já tomou uma proporção tão ampla. Já inserimos o esporte na ONU e conseguimos o reconhecimento como patrimônio nacional histórico. Precisamos agora colocá-la com maior ênfase nas escolas. Já existe a Lei 10.639, que estabelece a capoeira como esporte em todas as escolas. Gostaria de saber do Secretário o que teremos para o ano que vem.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – O Mestre Canguru, que vai falar depois, é da mesma Rede Mundial. Já se deu por satisfeito ou não? Vocês são da mesma rede? Então, está bem. Mestre Canguru, o senhor será chamado, fique sossegado.

Tem a palavra o Sr. Fran Kauê, fundador do projeto Correndo para o Futuro. A Presidência está agora maximizando o horário.

**O SR. FRAN KAUE** – Boa tarde a todos. Quero parabenizar o secretário pelo circuito popular de corrida de rua, mas há alguns questionamentos relacionados à quantidade, que já foram até explanados pelo Fausto, com relação à quantidade de corridas que eram efetuadas antigamente. Eram 31 e aconteceram 14 este ano e a previsão é de 24 para o ano que vem. Em relação ao Centro Olímpico, temos em Itaquera a nossa pista no asfalto, onde a gente trabalha o autorrendimento. Temos garotos que são promessas para a Olimpíada em 2016. Um menino está a um segundo do Pan Americano e vem sendo trabalhado em uma pista de atletismo pintada no asfalto.

Quando a gente fala de centro olímpico, não é a realidade que o nosso esporte precisa, não é a realidade que nós estamos tentando desenvolver nas periferias não só de Itaquera, mas por São Paulo todo. Existe um programa da Secretaria Municipal de Esporte falando de autorrendimento? Sei que não é a pauta da secretaria que trabalha mais com esporte amador, mas se existe algum programa relacionado ao autorrendimento.

Como estão os investimentos relacionados ao Centro Olímpico, no Constância, que

se não me engano, tem limitação de idade de 15 anos. Existe alguma previsão de trabalhar com isso porque temos uma Olimpíada daqui um ano e meio. Tem alguma possibilidade de extensão da idade ou se aos 15 anos, eles têm de sair para procurar os clubes para desenvolver a vida como atleta?

É só isso.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Claudio de Souza, do Tae kwon do.

**O SR. CLAUDIO DE SOUZA** – Boa tarde, Vereadores, Secretário Celso Jatene e todos os presentes.

Vou fazer apenas um registro que hoje, pela manhã, o pessoal da Federação de Tae kwon do esteve aqui para a reunião que seria antes do almoço, mas não houve e foi transferida para tarde e eles se retiraram.

Então, quero agradecer a presença deles aqui hoje também e dizer que o tae kwon do é um esporte extremamente popular para a criançada no Brasil, principalmente carente, e nós deveríamos incentivar muito através de emendas ou SEME e também deixar um registro que o Mestre Manoel, na semana passada, foi campeão mundial de tae kwon do, em Londres, representando o Brasil.

Temos de pensar com carinho nesse esporte que está crescendo muito no Brasil e que está tendo muito adeptos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Ok. Mestre Canguru.

**O SR. CANGURU** – Boa tarde a todos. Faço parte da rede mundial de capoeira, mas sou Presidente da Associação Brasileira de Integração e Promoção da Capoeira e suas Culturas no Estado de São Paulo.

Eu gostaria de propor e saber uma resposta com relação a um projeto de capoeira maior para a cidade de São Paulo. Por quê? Vários capoeiristas graduados, professores, mestres de capoeira estão deixando de praticar a capoeira e acabam se integrando em outras

lutas, no caso o MMA, que agora está bem mais forte. Estamos perdendo os atletas que temos com a capoeira porque não estão encontrando o valor na capoeira como profissional.

Queria que a gente tivesse um projeto que popularizasse mais a capoeira e que além da capoeira fazer parte amanhã ou depois do currículo escolar, mas a gente precisa de um incentivo maior do Poder Público com relação aos anseios da capoeira e do capoeirista.

Lembro também que no dia 5 nós fizemos um seminário nesta Casa com quase 200 pessoas e conseguimos mostrar a nossa representatividade e a gente agora quer que o governo também seja recíproco nessa parte.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Tem a palavra o Sr. Neriovaldo Borges.

**O SR. NERIOVALDO BORGES** - Boa tarde a todos. Gostaria de saber se tem algum projeto para ano que vem de corrida infantil, porque tem a corrida para adulto e não tem para criança, para lançar atletas para o futuro. então para gente lançar ano que vem umas 15 corridas infantil para futuros atletas.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Com a palavra o Sr. Ricardo Pereira.

**O SR. RICARDO PEREIRA** – Senhores, serei breve, vou falar exatamente em cima da corrida de rua. Participo das Corridas de Ruas do CEME desde 2011. Em 2012 tivemos 31 etapas, uma em cada subprefeitura. Hoje temos uma quantidade menor. Acredito que a corrida de rua e caminhada, muitas vezes é o acesso de muita gente a sair do sedentarismo. Acho que a Prefeitura do Município de São Paulo precisaria olhar com melhores olhos, principalmente, as corridas infantis e manter uma quantidade maior de corridas. Não 14, nem 24, como deve ter ano que vem. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Com a palavra o Sr, Relator, nobre Vereador Ricardo Nunes.

**O SR. RICARDO NUNES** – Com falta apenas vinte minutos, se o Secretário Celso Jatene, concordar teria algumas questões técnicas, poderia fazer por e-mail para sua área

técnica, ai você teria mais tempo para responder.

**O SR. CELSO JATENE** – Nobre Vereador se já está escrito, pode passar, o pessoal já leva, amanhã já respondo.

**O SR. RICARDO NUNES** – Apenas fazer uma colocação. Estamos participando de várias audiências públicas e muito bacana ver aqui o pessoal da capoeira, corrida de rua. A Secretaria da Cultura, ano passado fizeram um barulho danado aqui. Acho que vocês precisam apoiar o Secretário de vocês. Hoje para se ter ideia, só o hip hop tem 800 mil reais no orçamento, só para cuidar da questão do Hip Hop. O pessoal da Cultura fez tanto barulho aqui, legitimamente, acabou que a Secretaria de Cultura está com meio milhão de orçamento, quase tudo zero, zero. Já o Secretário Celso Jatene, tem um orçamento de fonte de recurso zero, zero diminuído de 15 milhões para 541 mil reais. Dinheiro do Tesouro, ele está correndo atrás de recurso federal, ai aumentou, de 280 milhões para 315 milhões. Mas correndo atrás de trazer recurso federal. É importante destacar esse trabalho do Secretário Celso Jatene, e dá esse relato de que setores da sociedade que se mobilizam, participam, tem conseguido levar uma parte maior do orçamento da fonte zero, zero, um exemplo, só, que dei aqui, por exemplo o Hip Hop, que é importante, 800 mil reais para o Hip Hop. Podemos ter, para as pessoas ligadas ao esporte, participando, talvez sim, talvez não, coisas específicas para Taekwondo. E coisa, que ninguém perguntou, mas temos visto que é latente da sociedade, não técnico do orçamento, mas aproveitando sua resposta, quais são as atividades para área de ciclismo, dos passeios de ciclismo, temos várias questões aí de corrida de rua, Taekwondo, de capoeira. O senhor poderia falar um pouquinho do ciclismo e as questões técnicas relativo a relatoria do orçamento, depois passo para a sua assessoria.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Ok. Incluo mais a questão dos projetos sobre Skate que é um esporte que vem crescendo na cidade.

**O SR. CELSO JATENE** – Pegar os primeiros minutos da meu espaço de resposta para dar uma informação que acredito serve para todos e para a cidade como um todo, porque

acredito ser importante esclarecer isso. Ano que vem a partir de janeiro, começo de fevereiro, a Prefeitura do Município de São Paulo vai começar a construir 10 novos CEUs na Cidade de São Paulo. Serão construídos com recursos federais que tem em média um orçamento, de mais ou menos 30, a 35 milhões cada um, nove serão construídos em centros esportivos da Cidade de São Paulo. O que vai transformar o espaço do centro esportivo, no espaço multiuso, para esporte, educação e cultura e vai revitalizar os espaços dos centros esportivos. Por exemplo, tivemos juntos, Socorro, no Jardim Gomes, o orçamento da construção do novo CEU, é 40 milhões de reais. Se a Secretaria de Esportes tivesse que gastar 40 milhões de reais para revitalizar um equipamento esportivo, isso jamais iria acontecer, e é um recurso federal. A obra será feita por Siurb, com responsabilidade direta da Secretaria de Esportes e Desenvolvimento Urbano no projeto, e todo espaço esportivo, será revitalizado e continuará à disposição da população. Isso é uma informação importantíssima, vai acontecer no Jardim Gomes, região de Itaquera no Parque do Carmo. Na Freguesia do Ó, no Tatuapé. O Centro Esportivo da Vila Maria será um dos centros esportivos transformados em Centro Olímpico de Iniciação e Desenvolvimento, é outro projeto. É Vila Maria, Pirituba e Vila Manchester, o Centro de Iniciação Esportiva. É importante citarmos isso, porque são equipamentos, e começarão as obras dos CEUs no começo do ano que vem, e obviamente, terminarão no máximo até a metade de 2016, e na segunda etapa ainda deve ter mais algum equipamento esportivo. É uma revitalização total do equipamento esportivo e uma utilização melhor do espaço público, inclusive trazendo economia para a Prefeitura do Município de São Paulo que não vai precisar desapropriar a área, não vai precisar pagar pela desapropriação porque as áreas já nossas.

Respondendo a Socorro. Socorro, aquele dia do Jardim Gomes, eu combinei com você o seguinte: a hora que você quiser combinamos com o Mauricio, eu vou lá junto com você para ver o que a gente consegue fazer em termos de melhorar atividades de esportes, de lazer, e tal, principalmente para sua querida terceira idade. Agora, você trouxe aqui um monte de informações que não dizem respeito ao esporte, male e male, tenho um orçamento de 0,4% do

orçamento geral e fico lutando para tentar transformar isso em alguma boa para a comunidade. Tem certas questões que você colocou que não dizem respeito ao esporte, mas continuo a sua disposição, é só fazer o convite, acertar com o Maurício que é o subprefeito de Itaquera que vou lá, junto com ele, para ver o que conseguimos fazer fora dos equipamentos esportivos, que é difícil para gente fazer alguma fora. Mas me comprometi com você. Vou lá. Não é promessa, é um compromisso. Estou esperando o convite.

Fábio, primeira reunião do conselho Municipal de Esportes será no final de novembro, depois lhe passo a data. Pergunta feita sobre obras, centro olímpico e esportes radicais. Na verdade, quando você falou sobre a questão do recurso federal, porque coloca se ele não vem?

Nós preparamos os projetos, protocolamos no Ministério do Esporte e estamos lutando para conseguir. Se não tiver essa previsão, quando o dinheiro vier não tem onde colocar. Você sabe disso. Você entende de orçamento mais do que eu. Tenho humildade para dizer isso. Se a gente não colocar essa previsão na hora que chegar o orçamento, na hora que chegar o recurso, se chegar o recurso, a gente não tem onde por. Então precisamos colocar. Na medida em que a gente fez o projeto, fez o orçamento, protocolou lá, tem que colocar a previsão no orçamento, e luta para conseguir. Vamos, quem sabe, se Deus quiser, conseguir pelo menos uma boa parte disso.

O Revirando a Virada, nós terminamos agora. Às vezes as pessoas dizem assim: “Mas por que fez só 14 etapas de corrida de rua?” Porque tudo que a gente faz lá, faz por licitação. A gente faz tudo por licitação. Então nós demoramos um pouco para concluir a licitação, porque tinham várias questões técnicas e por isso que nesse ano só tivemos 14 etapas. “E por que só vai ter 24 etapas no ano que vem?” Porque nós avaliamos tecnicamente que não precisa ter 31, pode ter 24 que vai servir todos os pontos da Cidade que não tem corridas normalmente. Por isso que vamos fazer 24. Agora, nós acrescentamos às corridas de rua a Caminhada da Família. A Caminhada da Família é uma atividade física, não é uma

atividade com tempo marcado. A nossa ideia é que vá a avó, o neto, o cadeirante, o nenê, o cachorro, vá todo mundo juntos, que as pessoas saiam de casa e participem da Caminhada da Família, que ocorre logo depois da corrida de rua.

Revirando a Virada. Nós começamos com 11, hoje nós fizemos uns ajustes, estamos com nove e terminou a licitação agora, porque a gente precisa contratar a equipe técnica para poder servir a população durante a madrugada. Terminou a licitação agora e nós vamos avançar desses nove e vamos concluir esse ano de 2015 minimamente com 16. Pode me cobrar, eu te passo os 16 até o final deste mês.

Aqui você fez uma pergunta sobre CDCs. Acho que você está falando sobre os centros esportivos da administração direta. Posso te dar como maior exemplo da revitalização do centros esportivos da administração direta o Tietê. Você fica satisfeito? O Tietê, quando cheguei na Secretaria ele era um espaço entregue à Secretaria de Esportes que nós tiramos de lá mais de 500 toneladas de lixo, com escorpião e tudo, tivemos que matar o escorpião de um lado para o outro, a Vigilância Sanitária nos ajudou, e começamos uma obra no começo do ano e em nove meses nós entregamos o Tietê do jeito que está. Está revitalizado? Está a serviço da população? É isso que estamos tentando fazer em todos os lugares. É um pedaço aqui, é um pedaço ali, o Tietê inteiro. E o Tietê eu acho que é o maior exemplo de que estamos trabalhando o máximo que a gente pode para entregar coisa boa, gratuitamente para a população de São Paulo.

O CEUs, eu acho que já dei uma explicação aqui que satisfiz.

Fundo Municipal do Esporte, a principalmente arrecadação dele é o Pacaembu. Fora as guias que as pessoas que usam os equipamentos esportivos recolhem, a principal arrecadação é o Pacaembu. A nossa previsão é que o Pacaembu no ano que vem terá menos jogos. Neste ano a gente teve ainda uma quantidade razoável. Para você ter uma ideia, em 2013 nós tivemos 76 partidas no Pacaembu, neste ano tivemos um número mais normal, contar o ano inteiro, vou dar um número aproximada, se depois quiserem o número exato eu

passo, mais ou menos 23, 24 partidas, que é um número normal, 76 que é anormal. E no ano que vem provavelmente a gente vai arrecadar um pouco menos no Fundo de Esportes. Talvez daí o número ter mudado.

Eu marquei aqui transferência de recursos, porque é assim, nós não conseguimos recurso federal, mas a Secretaria de Educação, por exemplo, conseguiu, só que eles não estavam cobertos no orçamento com isso. Então nós fizemos a transferência para ajudar a educação a obter o recurso federal, por isso que houve a transferência.

Laerte falou sobre os centros de iniciação esportiva, ele que gostaria que tivesse 96 na Cidade. Eu também gostaria que tivesse 96, um por distrito, mas cada um deles custa minimamente cinco milhões de reais e a gente não têm com construir 96. Então a gente conseguiu esse recurso federal para a gente construir os primeiros quatro, quem sabe, esses primeiros quatro serão o início dos 96 que você deseja e eu também desejo.

Fausto falou sobre o número de corridas. O número de corridas para um ano que vem, de 24, é uma avaliação técnica nossa. Este ano, só para vocês terem uma ideia, mesmo parando um mês para a Copa do Mundo, vamos ter mais de 140 corridas de rua na cidade de São Paulo. São Paulo virou a cidade das corridas de rua - Fausto sabe disso, não é? Mas, no circuito popular, que estamos tomando o cuidado para o circuito popular não ser ilusório, não ter os mesmos 3 mil participantes em todas as etapas, estamos tomando o cuidado para a primeira fase de inscrição ficar dentro de cada bairro para darmos oportunidade para as pessoas da região se inscreverem e, em seguida, abriremos a inscrição no *site*. Por isso aumentamos

Por isso, aumentamos o número de participantes por corrida. E, na nossa avaliação técnica, 24 é um número mais do que suficiente. Não temos analisado ainda, está em fase de análise, projeto para corrida infantil. Estamos dando outras prioridades para as crianças, como as artes marciais, o futebol, o tênis - essas são outras modalidades -, até o golfe. Estamos trazendo um programa de massificação do golfe para a cidade de São Paulo, que começa

agora no final do ano, mas, no ano que vem, vai ser mais incrementado ainda. Para os centros esportivos e para os CEUs, que é um programa de iniciação ao golfe, a custo zero para a Prefeitura. A Confederação do Golfe tem um programa chamado *Golfe para a Vida*, que, não sei por que, nunca veio para São Paulo e estamos trazendo para São Paulo, a custo zero, para levar a todos os centros esportivos de todos os CEUs. Quem sabe, até o final do ano que vem, estaremos em todos eles com essa iniciação ao golfe, porque partimos do princípio de que não é porque a criança nasceu dos bairros mais distantes da cidade de São Paulo que ela está condenada só jogar futebol. Por isso, as artes marciais, o tênis, o golfe e todas as outras modalidades que levamos.

Henrique falou sobre a importância da capoeira, não é? Montamos, no começo deste ano - você sabe disso - o Temático de Artes Marciais, que tem nove modalidades de artes marciais. No ano que vem, vamos ter 10, porque vamos acrescentar o *muay thai*. E a capoeira é uma dessas modalidades. A capoeira hoje já tem quase mil alunos, de um total de 12 mil alunos que temos no Temático de Artes Marciais.

No ano que vem... Já começamos a estender o Temático para os CEUs, além dos centros esportivos, que cada centro esportivo tem, no mínimo, duas modalidades. Não tem mais porque, em alguns lugares, não há espaço suficiente para ter quatro modalidades, mas, no mínimo, tem duas; a maioria tem, no mínimo quatro.

No ano que vem, o chamamento público será para os centros esportivos e para os 45 CEUs, está certo? Na medida em que vamos entrar nos CEUs, vamos encerrar esse ano, nobre Vereador Conte Lopes, do meu partido, com 12 mil alunos, das nove modalidades, no ano que vem, com 10 modalidades e entrando nos CEUs, com certeza absoluta vamos chegar a 30 mil alunos. A capoeira vai ser um percentual desse número de alunos, não é? Porque o aluno é quem escolhe qual é a modalidade que ele quer fazer. E, se hoje estamos aí com 12 mil e quase mil na capoeira, provavelmente vamos seguir, mais ou menos, esse número. Então, na hora em que atingirmos 30 mil alunos, com os CEUs e os centros esportivos

trabalhando conjuntamente no Programa Temático de Artes Marciais, provavelmente, na capoeira, vamos ter mais de 2.500 alunos só no nosso trabalho público.

Por falar nisso, dia 20 de novembro, comemoração ao Dia da Consciência Negra, vamos ter um superfestival de capoeira lá no Tietê. Não sei se vocês sabem, vocês dois que são da capoeira, é importante estarem lá e levarem seus alunos.

Acho que, com esse esclarecimento da capoeira entrando nos céus também, respondi ao Canguru ou não? Projeto maior para a capoeira na cidade? Respondi? Está bem.

Fran Kauê, corrida de rua, alto rendimento e limitação de idade para os atletas. Primeira coisa, o alto rendimento. Esse atleta que você falou que está muito próximo do alto rendimento, ele devia estar treinando no Centro Olímpico. Você precisa fazer um contato conosco lá urgente para colocar esse atleta no Centro Olímpico

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. CELSO JATENE** – Velho, mas deixa eu lhe explicar uma coisa: alto rendimento não dá para ter em qualquer esquina. Pista de atletismo com padrão olímpico, pública, só temos duas em São Paulo: uma é no Centro Olímpico da Prefeitura; outra é no Constâncio Vaz Guimarães, que é do Estado. Não dá para ter uma em cada esquina, de alto rendimento. Dá para ter de iniciação e desenvolvimento. Conforme o atleta vai se desenvolvendo, você vai levando para o alto rendimento. Não dá para ter em todos os lugares.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. CELSO JATENE** – Não, espera aí, se ele tem esses índices, você o leva para falar comigo, você o leva para falar comigo. Se ele tem esses índices, ele vai treinar no Centro Olímpico, eu garanto que isso para você. Eu garanto isso para você aqui, publicamente, no microfone, está bem? Se ele tem esses índices. Aí ele vai para o alto rendimento.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. CELSO JATENE** – Mas proibido por quem?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. CELSO JATENE** – Leve-o lá. Amanhã à tarde, estou lá. Vão você e ele lá, eu ponho vocês dois com Rogério Sampaio, que é o Diretor do Centro Olímpico, e ele vai fazer os testes que tiver de fazer para treinar lá. Se ele tiver de padrão de alto rendimento, ele vai treinar lá, eu garanto isso para você. Está certo? Estou garantindo aqui publicamente.

Bem, a outra coisa, da limitação de idade. Já temos a Lei do Bolsa Atleta aprovada. Só que assim, não temos recurso para tudo. O que é a Lei do Bolsa Atleta? Quando o atleta atinge essa idade, normalmente ele vai para o Sesi, vai para o Pinheiros, porque são locais que dão ajuda de custo para os atletas. Nós temos a Lei de Incentivo aprovada, que vamos implantar no ano que vem - é importante os Vereadores saberem disso. Temos o VAI do Esporte, que são iniciativas sociais do Esporte; e temos o Bolsa Atleta. Pela ordem de prioridade, vamos implantar, primeiro, a Lei de Incentivo; em seguida, vamos implantar o VAI do Esporte; e, depois, talvez, no segundo semestre, no final desse mandato, segundo semestre de 2016, implantemos o Bolsa Atleta, porque é problema de recurso. Na hora em que você começar a dar ajuda de custo através do Bolsa Atleta para o atleta de 16 anos, de 15 ou 16 anos, você tem de continuar, você tem de ter dinheiro para isso, e nossa prioridade entre o alto rendimento que o social, tem de ser o social, não é? Agora, se tivermos recurso para os dois, vamos fazer os dois.

Bem, corrida infantil... Pois não.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. CELSO JATENE** – Capoeira? Nos CEUs. Não dá para levar para todas as unidades escolares, não tenho como levar. Eu não tenho. A Secretaria da Educação pode ter, mas não tenho como levar para todas. Desculpa, mas, humildemente, digo para você que são muitas escolas. Não tenho como colocar um mestre de capoeira em cada uma, não dá, não consigo.

A corrida infantil... Já respondi.

Corrida de rua: também já respondi.

Ricardo Nunes, ciclismo. Ciclismo é uma modalidade que tem crescido muito, nobre Vereador. Inclusive estamos organizando com os cicloativistas, porque não vamos ter mais, no aniversário da Cidade, no ano que vem, o World Byke Tour. Por questões deles lá, eles não vou conseguir realizar o World Byke Tour no ano que vem, mas estamos tentando organizar com os cicloativistas um grande passeio de bicicleta na cidade de São Paulo, envolvendo todas as entidades e tal. Mas o ciclismo está aumentando aos poucos na cidade de São Paulo, os eventos envolvendo o ciclismo. Na proporção com as corridas de rua, hoje está em torno de 15 a 20% as atividades de ciclismo, sem contar a nossa ciclofaixa de lazer, que é um sucesso absoluto, que, em domingo de sol, chega a atingir 120 mil pessoas frequentando as ciclofaixas. E muita gente que anda de bicicleta hoje, no dia a dia da Cidade, começou na ciclofaixa.

**O SR. DALTON SILVANO** - Daqui a pouco, vai ter de fazer rodízio aos domingos. (Risos) todas as placas, todos os sinais.

**O SR. CELSO JATENE** – Bem, o que tenho a falar sobre o *Skate*, nobre Vereador Dalton Silvano, que foi a última pergunta.

**O SR. DALTON SILVANO** - É, para...

**O SR. CELSO JATENE** – O que eu tenho que falar sobre o skate, Vereador Dalton Silvano, que foi a última pergunta. O skate a partir do ano que vem vai fazer parte dos jogos da cidade, que é a grande novidade dos jogos da cidade o skate fazendo parte, porque todos os estudos que fizemos acusa o skate como o esporte mais popular da cidade de São Paulo depois do futebol. E o MMA disputa com o skate. A diferença é que boa parte das pessoas que gostam do MMA, não chega a metade, mas boa parte, só gosta de assistir, não pratica e o skate não, 95% de quem gosta de skate pratica o esporte. Então o ano que vem o skate vai para os jogos da cidade. Nesse ano a gente vai abrir uma licitação para construir no Tietê, naquele espaço que ainda está vago, antes das quadras de tênis, uma grande pista de skate que ocupar 2.700 metros quadrados.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Eu estava com o senhor lá quando vários

skatistas perguntaram e o senhor explicou exatamente.

**O SR. CELSO JATENE** – Vamos ter uma pista de skate que logicamente não é desse tamanho, é menor, no Ceret, ainda no começo do ano que vem, e ainda vamos ter uma pista de skate no novo Centro Esportivo de Ermelino Matarazzo, que é o antigo CDC de Ermelino Matarazzo, também vamos ter uma pista de skate nova lá. A gente vai construir até o primeiro trimestre do ano que vem e deverá estar pronto. Sem contar que por determinação do Prefeito Fernando Haddad, nós estamos concluindo na Secretaria de Esportes um diagnóstico de todas as pistas de skate que temos na Cidade, que são em equipamentos esportivos, que são em praças, que são em parques, para a gente poder recuperar aquelas que têm condições de recuperar e ver, pelo mapeamento, onde a gente precisa de mais pistas. O skate nos próximos anos será muito bem tratado.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Falo isso e até para uma sugestão, por exemplo, quando for me perguntar qual é a pista ideal eu não sei, mas o que acontece? A Federação Paulista tem o modelo ideal, aqui no Ipiranga o pessoal fala: “Você fez uma pista de skate assim”. Eu, Secretário, com sugestão, mesmo onde estivemos juntos, no Tietê, na Cidade Tiradentes o povo quer uma pista de skate, a Subprefeita fez uma pista pequena reclamaram, era pista para iniciante.

**O SR. CELSO JATENE** – Na Praça Roosevelt quem está cuidando disso diretamente é a SubSé. Mas a política, o que eu posso garantir para o skate nos próximos anos é bem legal. Pode esperar que vai ficar bom.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Encerrada a participação do Secretário Celso Jatene, aliás, brilhante participação como sempre. O senhor pode fazer suas considerações finais.

**O SR. CELSO JATENE** – Eu quero agradecer. Eu faço parte dessa Casa, mas toda vez que a gente vem aqui como Secretário o tratamento é sempre o melhor possível. E quero deixar claro para as pessoas que estão nos acompanhando aqui ou pela TV Câmara, ou pelo

som da Câmara Municipal, que nós estamos à disposição e sempre abertos na Secretaria para ouvir todas as críticas, todas as sugestões. O nosso e-mail é [celsojatene@prefeitura.sp.gov.br](mailto:celsojatene@prefeitura.sp.gov.br). Pode mandar direto para mim lá e a gente vai analisar. Se tiver que responder que não é possível, a gente tem humildade para isso. E aquilo que for possível par analisar e implantar nós estamos à disposição.

Um grande abraço a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano)** – Só para lembrar, Secretário, antes de encerrar, que a audiência pública da Câmara Municipal que era para hoje, peço desculpas, mas não houve possibilidade, ficou para amanhã, a partir das 10h, e Secretaria de Licenciamento também amanhã a partir das dez horas.

Quero agradecer a presença do Secretário Celso Jatene, Vereador, nosso colega, brilhante Secretário, e toda sua equipe que prestaram os esclarecimentos devidos. Acho que foi bastante produtivo.

Muito obrigado.

Lembro a Assessoria que fiz um requerimento de plano para que se encaminhem as Notas Taquigráficas a partir da minha fala e mais do Secretário Simão Pedro, juntamente com a minha apresentação para o Digníssimo Prefeito.

Declaro encerrada a presente audiência pública na forma regimental.